

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTROLADORIA

LUÍSA MILLAN RUPP

**O HIBRIDISMO DE LÓGICAS INSTITUCIONAIS E A CONFIGURAÇÃO DA
AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA CAPES: UM ESTUDO DE CASO EM PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

MARINGÁ
2018

LUÍSA MILLAN RUPP

**O HIBRIDISMO DE LÓGICAS INSTITUCIONAIS E A CONFIGURAÇÃO DA
AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA CAPES: UM ESTUDO DE CASO EM PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Área de Concentração Controladoria, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Crubellate.

MARINGÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R946h Rupp, Luisa Millan
O hibridismo de lógicas institucionais e a configuração da avaliação periódica da CAPES : um estudo de caso em programas de pós-graduação stricto sensu / Luisa Millan Rupp. -- Maringá, 2018.
130 f. : figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Crubellate.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2018.

1. Lógicas institucionais. 2. Hibridismo. 3. Pós-graduação - Avaliação periódica - CAPES. I. Crubellate, João Marcelo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 23.ed. 657

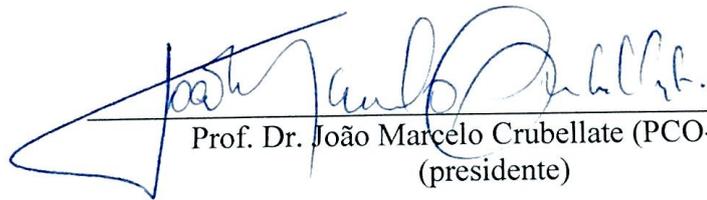
Gláucia Volponi de Souza - CRB9/948

LUÍSA MILLAN RUPP

**O HIBRIDISMO DE LÓGICAS INSTITUCIONAIS E A CONFIGURAÇÃO DA
AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA CAPES: UM ESTUDO DE CASO EM
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Área de Concentração Controladoria, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

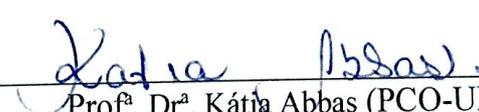
Aprovada em 26 de setembro de 2018



Prof. Dr. João Marcelo Crubellate (PCO-UEM)
(presidente)



Profª. Drª. Vera Sirlene Leonardo (DCO-UEM)
(membro convidado)



Profª. Drª. Kátia Abbas (PCO-UEM)
(membro)

MARINGÁ
2018

“institutional theory is indeed alive and well!” (Lounsbury & Boxenbaum, 2013, p.17)

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar como o hibridismo de lógicas institucionais predominantes no campo de ensino da pós-graduação *stricto sensu* (científica, gerencial e estado) influencia as respostas dos programas à configuração da avaliação periódica da CAPES. O estudo propõe uma reflexão sobre a coexistência de lógicas institucionais, inserido no contexto científico e político do campo da pós-graduação. Ao adotar uma posição de agência, questiona-se e compara a hibridização de lógicas institucionais dos programas de pós-graduação ao enfrentar as constantes recomendações da CAPES ao adotar o padrão de excelência próximo ao internacional. A estratégia da pesquisa utilizada é um estudo de caso proposital, em uma instituição de ensino superior pública, que envolve cinco programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento. A coleta de dados abrange dezesseis entrevistas semiestruturadas, sendo cinco coordenadores e onze professores permanentes, além de fontes documentais. Onde são estudados por procedimentos de natureza qualitativa dos discursos e práticas por análise do cruzamento de dados das principais evidências. Os resultados permitem a construção de mapas conceituais que revelam a relação entre as respostas organizacionais (o exercício da liderança científica, esforço internacionalização e adesão a convênios de parcerias com empresas) frente a complexidade institucional de lógicas institucionais predominantes (gerencial, científica de estado), cujos principais entrevistados declararam se comprometer e aceitar, ainda que parcialmente em diferentes níveis, a adoção das recomendações CAPES. Conclui-se que se ao invés dos atores sociais resolverem os conflitos e tensões inerentes a multiplicidade de lógicas institucionais, esses o fazem através da seleção de elementos das lógicas, nesse sentido que ocorre a hibridização, em maior grau a aceitação ou através de um discurso crítico a associação de práticas que se justifique e proteja os valores da lógica institucional científica.

Palavras-chave: Lógicas institucionais, Hibridismo, Pós-graduação, Avaliação periódica da CAPES.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze how hybridism between predominant institutional logics in the field of academic post-graduation (scientific, managerial and state) influences the responses of the education programs to the periodic evaluation by CAPES. The study provokes thought concerning the coexistence of institutional logics within the scientific and political context of post-graduation education. By adopting a stance of agency, we question and compare hybridization of institutional logics of post-graduation programs in dealing with the constant recommendations of CAPES to adopt an excellence standard that is close to international level. The method of this study is a purpose sampling case study within a public higher education institution, which has five post-graduation programs in different fields of science. The data collection involves sixteen semi-structured interviews, consisting of five coordinators and eleven associate professors, as well as documental sources, which are analyze from a qualitative perspective in regards to discourse and practices, via an analysis of cross-sectional data about the main evidence. The results allow for the construction of conceptual maps which reveal the relationship between organizational responses (the exercise of scientific leadership, internationalization efforts and adhesion to partnerships with companies) in face of the institutional complexity of predominant institutional logics (managerial, scientific and state), with the interviewees declaring compliance and commitment, although sometimes partially, to the recommendations by CAPES. We conclude that, instead of solving conflicts and tension stemming from the multiple institutional logics at hand, the social actors involved select elements from different logics, causing the hybridizations between them, but producing a higher level of acceptance, or through a critical discourse of the association of practices, that justifies and protects the values of scientific institutional logics.

Keywords: institutional logics; hybridism; post-graduation education; CAPES periodic evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– <i>Publicações nas bases Web of Knowledge e Social Science Citation Index</i>	24
Figura 2 – <i>Modelo de combinação do nível micro e macro</i>	30
Figura 3 – <i>Tipos ideais de sistemas interinstitucionais</i>	31 e 312
Figura 4 - <i>Comparação entre Lógicas de Medical professionalism e Business-like health care</i>	37
Figura 5 - <i>Comparação das Lógicas: Managed Care e Hospital Medicine</i>	38
Figura 6 - <i>Dimensões das Lógicas: Academics e Managerial</i>	40
Figura 7- <i>Dimensões das Lógicas: Managerial e Legalistic-bureaucratic</i>	40 e 41
Figura 8 - <i>Dimensões da agência e formas de trabalho institucional</i>	45
Figura 9 - <i>Colégios e Áreas de Avaliação</i>	53 e 54
Figura 10 - <i>Critérios e Ficha de Avaliação</i>	57 e 58
Figura 11 - <i>Principais obras de Norman Fairclough na evolução da ADC</i>	73
Figura 12– <i>Lógicas institucionais ativadas</i>	77
Figura 13– <i>Dimensões principais, as lógicas institucionais ativadas e as respostas</i>	78
Figura 14 - <i>Mapa conceitual Identidade CAPES</i>	79
Figura 15- <i>Mapa conceitual Excelência</i>	87
Figura 16 - <i>Mapa conceitual Internacionalização</i>	90
Figura 17 - <i>Mapa conceitual Disponibilidade de recursos</i>	93
Figura 18 - <i>Mapa conceitual Parceria programa-empresa</i>	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Distribuição do Número de Cursos na Pós-Graduação Brasileira</i>	50
Tabela 2 – <i>Classificação Equivalência Artigo Qualis A1</i>	60

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COODETEC	Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola
D.C.	Definição constitutiva
DINTER	Doutorado Interinstitucional
D.O.	Definição operacional
DO	Programas com Doutorado
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNDECITRUS	Fundo de Defesa da Citricultura
ME	Programas com Mestrado
ME/DO	Programas com Mestrado e Doutorado
MINTER	Mestrado Interinstitucional
PrInt	Programa Institucional de Internacionalização

PROCAD Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PROEX Programa de Excelência Acadêmica

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2.	OBJETIVOS	18
1.2.1.	Objetivo geral	18
1.2.2.	Objetivos específicos	19
1.3.	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES	19
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1.	INTER-RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES, ATORES E ORGANIZAÇÕES	23
2.2.	INTRODUÇÃO ÀS LÓGICAS INSTITUCIONAIS E O TRABALHO INSTITUCIONAL	24
2.2.1.	Lógicas Institucionais	25
2.2.1.1.	Definição.....	25
2.2.1.2.	Nível micro e macro	28
2.2.1.3.	Diferentes lógicas institucionais	31
2.2.1.4.	Estudos sobre lógicas institucionais	34
2.2.1.5.	Complexidade institucional	41
2.2.2.	Trabalho institucional	42
2.2.2.1.	Definição.....	42
2.2.2.2.	Modelo de dimensão de agência	45
2.2.2.3.	Conflitos nos estudos sobre trabalho institucional	47
2.3.	CAMPO DO ENSINO SUPERIOR	48
2.3.1.	Contexto brasileiro ensino superior	48
2.3.2.	Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES.....	52
2.3.3.	Instrumentos do processo de avaliação CAPES	55
	Critérios e Ficha de Avaliação.....	57
2.3.4.	Rankings de medidas de eficiência.....	60

3.	METODOLOGIA	62
3.1.	APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS E CATEGORIAS OPERACIONAIS	63
3.2.	DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA.....	65
3.3.	FONTE E COLETA DE DADOS	69
3.4.	TRATAMENTO DOS DADOS	72
3.5.	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	75
4.	ANÁLISE DOS DADOS.....	77
4.1.	IDENTIDADE CAPES.....	79
4.1.1.	Desenvolvimento pós-graduação	80
4.1.2.	Entender “por dentro” a avaliação da CAPES	80
4.1.3.	Avaliação é feita pelos pares	82
4.1.4.	Avaliação por desempenho	84
4.2.	EXCELÊNCIA	86
4.2.1.	Liderança tecnológica e científica	88
4.2.2.	Internacionalização	90
4.3.	FONTE DE RECURSOS E BASE DE ESTRATÉGIA.....	92
4.3.1.	Disponibilidade de recursos.....	92
4.3.2.	Parceria pós-graduação e empresa	96
5.	CONCLUSÃO	102
6.	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE A	119
	APÊNDICE B.....	122
	APÊNDICE C.....	125
	APÊNDICE D	128
	APÊNDICE E.....	130

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Nas últimas décadas, constata-se um esforço contínuo das organizações para reestruturar e coordenar atividades no campo do ensino superior, frente aos problemas de continuidade e eficiência. Uma organização de ensino é uma instituição de alta complexidade (Etzioni, 1974) inserida no complexo ambiente educacional, caracterizado por uma ampla demanda de recursos, objetivos ambíguos, pluralidade de profissionais, variedade nos atributos e atendimentos.

O ensino da pós-graduação é constituído pela educação e pesquisa científica em todas as áreas de conhecimento, além do treinamento profissional (Leitão, 1985). Assim, faz-se necessário considerar o sistema de ensino superior brasileiro em toda a sua diferenciação e complexidade. As universidades, em particular as brasileiras, se assumem como legítima identidade de um sistema plural e diferenciado, que continuará a atuar na tríplice missão de ensino, pesquisa e extensão, e se distribuem em diferentes dimensões, algumas delas se especializando conforme suas vocações (Schwartzman, 1984).

Em relação a sua atuação, em um cenário onde as universidades são expostas a uma maior responsabilização de suas atividades, reafirmam o princípio da busca pelo conhecimento independente de suas aplicações imediatas, e enfrentam uma crescente demanda por tornar o ensino superior mais sensível aos usuários, mediante esforços para alcançar a excelência. Amplos debates sobre a compreensão de autonomia e estrutura organizacional permeiam a construção idealizada da excelência, ideia comumente utilizada para se referir a várias atividades importantes como um mito ideal macro cultural (Hallett, 2010). Esse conjunto de pressupostos baseia-se no princípio de que o "sucesso depende da legitimidade adquirida da conformidade com os mitos macro culturais" (Hallett, 2010, p. 54).

A avaliação da formação de recursos humanos dos cursos de pós-graduação no Brasil realizada pela CAPES é uma questão que, apesar de fornecer concepções de quais objetivos e comportamentos são legítimos para alcançar *status* dos cursos, extrapola o nível de análise com base em estudos empíricos sobre a perspectiva da conformidade isomórfica (DiMaggio & Powell, 1983). A multiplicidade de respostas às pressões institucionais variam de acordo com a diversidade das características históricas, missão e posição no campo. Além disso, não só as respostas variam entre as organizações, mas a conformidade é seletiva com relação a diferentes recursos organizacionais (Andrews, 2011). As estruturas sociais são criadas para manter as suas

características, mas se observa mudanças em suas práticas ao longo do tempo com a composição de seus atores, lógicas institucionais e sistemas de governança. Considerando isso, a perspectiva das lógicas institucionais visa identificar influências na racionalidade e ações dos indivíduos e organizações. Essa abordagem busca por soluções aos problemas com agência, racionalidade limitada, interesse próprio, poder, recursos nas organizações e nos estudos institucionais organizacionais (Duran & Thornton, 2018). Além disso, tal abordagem fornece uma variedade de estratégias empíricas e mecanismos teóricos para a compreensão das organizações instanciadas em múltiplas e conflitantes lógicas. Sugere aplicar o foco voltado às questões sobre as organizações de ensino superior ao enfrentarem desafios ao conciliar lógicas institucionais concorrentes, às evidentes tensões em dinâmicas de reestruturação acadêmica em diferentes ordens, um fluxo de discurso que promulga um conjunto de pressupostos que rege a eficiência em organizações muitas vezes contraditórios aos valores tradicionais acadêmicos.

Ao considerar a profunda compreensão da natureza das mudanças e desafios no campo institucional do ensino superior, alguns estudos têm discutido o papel da universidade frente ao novo paradigma produtivo, baseado no uso intensivo do conhecimento científico, incorporando o desenvolvimento econômico e social como parte de sua missão, e estabelecer a universidade como um ator econômico em seu próprio direito (Etzkowitz, 1998).

Isso significa que a mudança institucional em um ambiente competitivo parece ter levado ao que Järvinen (2016) chama de uma gradual comercialização dos serviços. Ao perseguir eficiência e qualidade, as organizações se engajam em novas práticas e treinamentos para integrar novos princípios fortemente influenciados pelo aumento da dominação das lógicas de mercado (Gumport, 2000; Berman, 2011; Pouthier, Steele, & Ocasio, 2013; Thornton & Ocasio, 1999). Em termos gerais, essas narrativas explicam como as organizações operam, independentemente das características particulares a sua atividade, sem no entanto abandonar princípios inerentes. Por exemplo, elas permanecem receptivas ou às lógicas de bem-estar social (Pache & Santos, 2013; Rigby, 2014) ou à lógica científica (Canhilal, Lepori & Seeber, 2016; Dunn & Jones, 2010; Juusola, Kettunen & Alajoustsjärvi, 2015). Järvinen (2016) fundamenta essa emergência no aparecimento de funções corporativas e estruturas organizacionais análogas às de grupos corporativos; organizações essas que anteriormente eram fundamentalmente entidades catedráticas de colegialidade, autonomia, e a serviço do bem comum (Berman, 2011).

O campo do ensino superior é considerado de caráter institucionalizado, regulado por modelos organizacionais legitimados e mecanismos altamente articulados para transmitir esses modelos para as organizações do setor (estado, associações profissionais, agências regulatórias). Assim, quando se introduzem mudanças com forças contraditórias, “quanto maior

a incorporação, mais problemática é a realização de mudanças radicais” (Greenwood & Hinings, 1996, p. 1028). Nesse âmbito, Scott et al. (2000) explicam que, quando a mudança é profunda, os atores não apenas fazem as coisas de forma diferente, mas fazem diferentes coisas.

Nesse sentido, as organizações enfrentam complexidade institucional quando se deparam com prescrições incompatíveis de múltiplas lógicas institucionais (Greenwood, Raynard, Kodeih, Micelotta & Lounsbury, 2011). Tais lógicas servem como orientações de como interpretar e operar em sistemas sociais, definindo o conteúdo e significado das instituições (Thornton & Ocasio, 2008). Ademais, desenham os comportamentos racionais, conscientes, individuais e organizacionais, sem, no entanto, ceifar a habilidade do ator social em influenciar, moldar ou mudar as próprias lógicas institucionais (Thornton, 2004). Nesse sentido, o fenômeno da complexidade institucional não é fixo e a natureza dessa complexidade é primordialmente construída pelos processos nos campos organizacionais (Scott, 2001).

Mais recentemente e de forma análoga à discussão da complexidade institucional, vem sendo discutida a estratégia de ambidestria institucional (Jarzabkowski, Smets, Bednarek, Burke, & Spee, 2013), que possibilita a incorporação dos potenciais benefícios de operar através da coexistência de lógicas contraditórias. Trata-se então de uma abordagem na qual se permite selecionar elementos intactos das demandas de cada lógica concorrente e cingi-los às práticas e interações diárias. Jarzabkowski et al. (2013) argumentam que essa perspectiva possui um maior alcance do que os estudos anteriores ao considerar a complexidade institucional não como problemática ou resolução de conflitos, mas na interdependência das lógicas, que permite a agência de atores poderosos (ou menos) ao interpretar as lógicas institucionais, e na ação da interação social (Friedland & Alford, 1991), como também a sustentabilidade do campo no nível microsocial, “ao invés de adotar as estratégias tradicionais de *decoupling* ou de compromisso” (Smets, Jarzabkowski, Burke, & Spee, 2015, p.47).¹

Desse modo, surgem então questões que demandam maior exploração teórica, como, por exemplo, elucidar e compreender como as organizações híbridas experimentam a incorporação de diferentes lógicas institucionais (Battilana & Dorado, 2010). Na medida em que as imposições ou proibições de diferentes lógicas são incompatíveis, produzem desafios e tensões para as organizações a elas expostas (Greenwood et al., 2011). Durante décadas, as pesquisas institucionais se concentraram em como as práticas unitárias se espalham por campos relativamente estáveis e homogêneos (Lounsbury, 2007). Por isso, é interessante a aplicação dessa abordagem também em campos heterogêneos, como é o caso da área da pós-graduação.

¹ Todas as citações literais foram traduzidas pela autora para a língua portuguesa, e esse será o padrão ao longo desse estudo.

Nota-se que os artigos na teoria neoinstitucional, ao invocar noções sobre a identidade organizacional e prática, tomam esses conceitos convencionalmente como *black-boxed* (Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012). Além disso, estudos empíricos demonstraram os limites da teoria neoinstitucional na inabilidade de explicar a adaptação (Kraatz & Zajac, 1996), a ausência de uma teoria de ação (DiMaggio, 1988, como citado em Zilber, 2013, p. 86), o demasiado enfoque na influência estruturante do campo organizacional (Thornton & Ocasio, 1999), e o foco unicamente no isomorfismo mimético (Mizruchi & Fein, 1999). Critica-se também as visões simplistas de atores organizacionais como racionais (motivados pela eficiência) ou não-racionais (motivados pela legitimidade), baseados no ambiente de mercado (técnico) versus o ambiente normativo (institucional) (Meyer & Rowan, 1977).

Considerando essas lacunas, pretende-se compreender o fenômeno organizacional que os atores sociais acadêmicos reconhecem lógicas no seu ambiente e decidem se posicionar adotando os discursos ou práticas que os conectam a essas lógicas disponíveis, sendo consideradas como fonte de recursos estratégicos para as organizações (Durand, Szostak, Jourdan, & Thornton, 2013). O campo do ensino superior representa um cenário usual em pesquisas de estudos organizacionais, mas com poucos trabalhos sobre múltiplas lógicas institucionais (Scott, 2015). Destarte, tal cenário se espelha em campos organizacionais caracterizados pela complexidade institucional, seguido da multiplicidade de demandas institucionais, lógicas coexistindo e muitas vezes conflitantes, se opondo à lógica dominante (Greenwood et al., 2011).

Nesse campo fértil do sistema de ensino superior, a abordagem a partir da teoria institucional (na qual se tem como um dos aspectos relevantes a premissa de que o conhecimento empírico sobre as organizações não é uma verdade objetiva, mas uma “verdade socialmente construída”, Astley, 1985, p. 497), se propõe a organizar e interpretar complexos e ambíguos eventos que envolvem ações, significados e experiências no ambiente (Smircich & Stubbart, 1985). Além disso, evoca narrativas que exploram dinâmicas institucionais, sendo as de interesse nessa pesquisa: o trabalho institucional, que reflete a ação contínua que toma forma (na base) e se dedica a criar, manter, e mudar instituições, enfatizando-se o conceito teórico definido por Lawrence e Suddaby (2006); e a promulgação diária das lógicas institucionais (Friedland & Alford, 1991; Thornton & Ocasio, 1999; Thornton et al., 2012), o potencial das lógicas em orientar a compreensão e comportamento de atores sociais, individuais e coletivos, em um particular setor institucional (Zilber, 2013).

O aumento do volume de pesquisas em lógicas institucionais, segundo o editorial de Lounsbury e Beckman (2015), está ocorrendo em múltiplos níveis, especialmente através de

mecanismos ligando organizações ao ambiente, tendo publicações de abordagens quantitativas, qualitativas e mistas. Os autores chamam a atenção da academia para o desenvolvimento de pesquisas em microfundações (Thornton et al., 2012), com interesse especial em atrair os estudos sobre macroestruturas para estudar especificamente os processos na dinâmica interna das organizações, análise microssocial, como as lógicas institucionais se relacionam com os atores, suas identidades e práticas. Os estudos em lógicas institucionais proveem um exemplo de pesquisa em como a perspectiva produz novas áreas de investigação e paradigmas que proporcionam novas e excitantes direções acadêmicas.

Pretende-se desse modo constituir um pano de fundo, para trazer à luz os vínculos possíveis sobre a questão da complexidade institucional no âmbito educacional, com ênfase na interveniência das lógicas institucionais sobre o viés do processo avaliativo de desempenho. Essas condições são importantes, pois evocam processos como a mudança ou resistência por uma coalizão da estrutura, instituições e poder, concentrados em padrões tradicionais *taken for granted*. Especificamente, busca-se aqui gerar informações sobre o *gap* existente no entendimento de quais elementos das lógicas dos atores organizacionais atuam à medida em que enfrentam demandas concorrentes, ou como quais fatores geram esses comportamentos. Essa análise no processo é fundamental para explicar as microfundações de formas organizacionais híbridas (Powell & Colyvas, 2008).

Frente ao contexto já delineado, o estudo irá abordar a reprodução de lógicas institucionais frente aos efeitos da avaliação periódica da CAPES em programas de pós-graduações *stricto sensu* de uma instituição pública, e a submissão ou resistência a pressões institucionais presentes nas exigências da CAPES. Assim, procura-se responder à seguinte questão de pesquisa: **Como o hibridismo de lógicas institucionais predominantes no campo de ensino da pós-graduação *stricto sensu* influencia as respostas dos programas à configuração da avaliação periódica da CAPES?**

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como o hibridismo de lógicas institucionais predominantes no campo de ensino da pós-graduação *stricto sensu* influencia as respostas dos programas à configuração da avaliação periódica da CAPES.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Identificar e descrever as lógicas institucionais predominantes no contexto do ensino acadêmico superior brasileiro;
- b) Identificar as principais variáveis das fichas da avaliação quadrienal adotadas pela CAPES;
- c) Analisar a dinâmica entre as lógicas institucionais e as variáveis de avaliação;
- d) Investigar como a interpretação e a promulgação de múltiplas lógicas institucionais, em um processo *bottom-up*, moldaram as respostas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de uma instituição pública em relação a avaliação periódica da CAPES.

1.3. JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES

Apesar das pesquisas em teoria institucional proverem valiosas compreensões, ainda existem limitações e campos a serem melhor avaliados (Aldrich & Fiol, 1994; Fligstein & McAdam, 2011; Greenwood et al., 2011). Há necessidade de um entendimento mais profundo sobre a mudança, sobre a complexidade institucional (Fligstein & McAdam, 2011; Greenwood et al., 2011) e sobre a seleção das lógicas institucionais ao estudar um campo organizacional (Greenwood et al., 2011), considerando-se que a seleção de uma ou poucas lógicas pode ser consequência de aspectos não frequentemente abordados nos estudos institucionalistas a respeito das lógicas.

Pretende-se demonstrar que ainda há espaço para estudos relativos às lógicas institucionais. Isso não significa dizer que as demais áreas compreendidas na teoria do novo institucionalismo não careçam de serem estudadas, apenas que, diante deste trabalho, elas não fazem parte do escopo. Assim, busca-se a compreensão de como são percebidas as perspectivas das lógicas institucionais científica, gerencial e de estado, que permeiam as pós-graduações *stricto sensu* de uma universidade pública.

Um crescente corpo de pesquisadores (Goodrick & Reay, 2011; Reay & Hinings, 2005, 2009; Scott et al., 2000; Waldorff, Reay, & Goodrick, 2013), tem escolhido a perspectiva das lógicas institucionais para demonstrar como mudanças institucionais impostas por atores sociais com forte influência, que detém poder, contribuem para a construção de novas lógicas (Reay & Hinings, 2005; Scott et al., 2000); ou como os atores causam mudanças institucionais subsequentes através das ações de atores menos poderosos (Pouthier et al., 2013).

Igualmente importante é se considerar que a perspectiva da organização do ensino superior possibilita uma análise da atuação plural das lógicas institucionais no contexto microsocial e sua hibridização nas rotinas diárias dos docentes, tal como a premissa fundamental de que as implicações da multiplicidade lógica dependem de como as lógicas são instanciadas dentro das organizações (Besharov & Smith, 2014, p. 365).

Os estudos sobre lógicas institucionais no Brasil recebem pouca atenção. Nesse sentido, diante do levantamento bibliográfico nacional feito pela autora, é importante destacar que nenhum abordou o tema das lógicas institucionais em conjunto com a configuração das avaliações periódicas da CAPES, ou com a temática aplicada à organização escolhida: Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de uma instituição pública de ensino superior. O presente estudo pretende contribuir sob a ótica de lógicas institucionais e processo de avaliação do ensino superior, em particular na promulgação das lógicas institucionais na prática, em ação refletida no trabalho institucional dos atores sociais em manifestar a agência, quando interpretam e combinam diferentes lógicas institucionais no atendimento aos critérios estabelecidos pela CAPES.

Essa visão contrasta com estudos anteriores que enfatizaram padrões altamente institucionalizados, como a supersocialização cognitivista dos atores (Zucker, 1991), que admite as instituições como determinantes da ação, ou a visão racionalista da ação estratégica de passividade a aquiescência dos atores sociais (Oliver, 1991), a que Crubellate (2007) chama de versão atomista da ação, essa forma radical que admite que a ação é um produto da maximização de interesses pouco ou nada afetado pelas relações sociais, salientando que tais noções geram indefinições e conflitos para a teoria organizacional institucionalista. O referido autor também argumenta que há um grau de autonomia dos atores sociais nas influências das instituições, de que as instituições, além de estruturarem a ação dos atores, são constituídas pelos processos que moldam a ação. Tal caráter permite contribuir com a compreensão da capacidade de agência dos atores nas formas como hibridizam as lógicas e a explicação do porquê da escolha estratégica em integrar (ou não) lógicas híbridas.

Por conseguinte, tem como foco as organizações complexas, das quais as instituições de ensino superior são exemplos, imersos em um campo de demandas institucionais conflitantes e com necessidade de adaptações, o que é crucial para o atual estágio dos estudos institucionalistas em organizações. Visa-se descobrir mecanismos e processos relacionados a como as organizações e atores no campo gerenciam a multiplicidade de lógicas institucionais para alcançar seus objetivos, sendo desejável o desenvolvimento de um estudo com perspectiva longitudinal de conectividade entre lógicas e trabalho institucional.

A combinação ou compatibilidade de lógicas institucionais pode mudar devido a alteração nas práticas organizacionais, como a alteração da composição dos membros, contratação e socialização, para formar uma identidade organizacional sustentável (Battilana & Dorado, 2010). Compreender como essas mudanças ocorrem e quais as implicações para as organizações também é o foco pretendido deste estudo. Ao alterar o grau de compatibilidade das lógicas institucionais no campo, desde a centralidade até a ruptura, pode permitir que essas organizações evitem a ruptura ou desaparecimento (Besharov & Smith, 2014).

Esse estudo assume como premissa fundamental para a continuidade dos programas de pós-graduação a operacionalização dos requerimentos e recomendações das agências de fomento e financiamento. Ademais, estudar as dificuldades de operar os critérios de eficiência em ambientes institucionalizados contribui para a compreensão de como as organizações conseguem sobreviver e prosperar, imersas em ambientes institucionais plurais com múltiplas lógicas. Sugere-se que a incidência de mudanças radicais e o seu ritmo de ocorrência variem em todos os setores organizacionais devido às diferenças nas lógicas institucionais que dominam, em particular nas extensões às quais os setores estão fortemente acoplados e isolados.

Espera-se ainda contribuir com os gestores universitários e demais atores sociais relevantes, e fornecer *insights* para futuras pesquisas acerca do tema como o interveio das lógicas em ação na configuração das avaliações periódicas da CAPES que refletem em trabalhos institucionais. A organização, como programa de pós-graduação, e seus atores sociais, o corpo docente permanente e coordenadores, são os atores centrais dessa investigação. Permite-se explicar em detalhes como os atores organizacionais interpretam, respondem e influenciam a configuração de múltiplas e até contraditórias lógicas institucionais. Essa noção é fundamental para compreender suas ações, que em um dado período têm grande impacto na classificação por notas dos programas, o que é de elevada importância para a comunidade acadêmica, os alunos egressos, os potenciais ingressantes, a tríade do sistema do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão), para os investimentos das políticas públicas, governança corporativa e para o sistema interinstitucional do ensino científico mundial.

Não se pretende transformar este estudo em um caso representativo com os principais atores, mas alcançar luz sobre as instituições de ensino superior, com influentes atores sociais, possuindo recursos diretos e distintas capacidades e limitações.

Quanto à estrutura dessa dissertação, além da seção introdutória, a segunda seção consiste em apresentar ao leitor os fundamentos teóricos que serviram de alicerce para o pensamento institucionalista e o contexto escolhido do ensino superior, sustentando a análise do fenômeno de interesse. Na terceira seção, serão apresentados os delineamentos

metodológicos necessários para a análise dos dados obtidos, com discussões teórico-metodológica dos trabalhos de Chouliaraki e Fairclough(1999) e revisitado em Fairclough (2003). A quarta seção será dedicada às análises dos dados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais propostas por esse estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. INTER-RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES, ATORES E ORGANIZAÇÕES

As instituições vêm sendo discutidas com o significado da perspectiva de Jepperson (1991), sendo “uma ordem ou padrão social que atingiu um determinado estado ou propriedade” (p. 145), e assim possui legitimidade em influir orientações para o comportamento individual e das organizações. Tal como postulam Friedland e Alford (1991), as instituições são padrões supra organizacionais para as práticas, e representam sistemas simbólicos que as infundem de significado.

O novo institucionalismo evolui em reação a algumas visões anteriores, nas quais as organizações eram vistas como funções de produção ou como sistemas de trocas, moldadas pelas tecnologias e transações ou pela interdependência resultante das trocas com o sistema, como se o ambiente fosse simplesmente estoque de recursos e parceiros de trocas (Scott, 1987). Nesse sentido, no novo institucionalismo, não se pode renunciar ao ambiente como parte constituinte das atividades no contexto social: o ambiente institucional, além de remeter a um sistema de crenças culturais, *frameworks* normativos e regulativos, provê um processo de significação e interpretação de campo, e também atua como produto do sistema (Crubellate, 2004). Nesse sentido, além das instituições serem capazes de reproduzir estabilidade no campo, habilita o comportamento organizacional como precursores de mudança.

De acordo com Ingram e Silverman (2002), os atores no novo institucionalismo são indivíduos, organizações ou estados; são núcleos de análise que compõem busca de interesses, sujeitos a restrições institucionais cujas ações refletem em outros atores sociais. Esses atores sociais, segundo Thornton et al. (2012, p. 76), são a chave para compreender a mudança e manutenção institucional. As ações organizacionais não são resultantes apenas de tomadas de decisão entre diversas possibilidades selecionadas internamente, mas são também afetadas por um conjunto limitado de opções legitimadas, determinadas pelos atores atuantes no campo organizacional, o qual exerce sua influência via instituições: o conjunto de normas, regras, valores que demonstram para a organização o que pode ou não ser feito (Scott, 2001).

Segundo Orlikowski e Barley (2001), a análise institucional e o novo institucionalismo adentram além do explícito, alcançam o implícito das estruturas sociais e históricas, e os desdobramentos da compreensão cultural afetam e são afetados pelas ações das organizações. Assim, é necessário considerar os sistemas culturais e o arcabouço conceitual já existente para

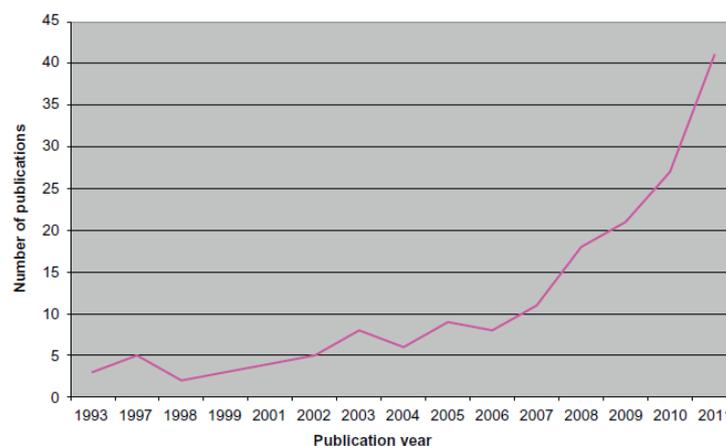
compreender e explicar certas ações tidas como “irracionais” dentro do contexto da organização (Avgerou, 2000).

2.2. INTRODUÇÃO ÀS LÓGICAS INSTITUCIONAIS E O TRABALHO INSTITUCIONAL

A teoria institucional permite a conversação entre as lógicas institucionais e o trabalho institucional; antes de se considerar qual a abordagem mais apropriada, se considera o valor de cada narrativa, a interpretação de uma "verdade narrativa" é relacionada e contextualizada na "verdade histórica" (Spence, 1982). Nesse sentido, é importante explorar os argumentos centrais dos dois frameworks, o ciclo contínuo da dinâmica institucional entre as organizações e seus atores, enquanto fenômeno socialmente construído, fundamentado pelas lógicas institucionais que fazem o elo entre as instituições e a ação (Thornton & Ocasio, 2008) nos níveis micro, meso e macro (Thornton et al., 2012).

Lounsbury e Boxenbaum (2013) assumem que muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre o estudo das lógicas desde o estudo seminal de Friedland e Alford (1991), passando pelo avanço na formulação de Thornton e Ocasio (1999) e, em especial, pelo livro de Thornton et al. (2012). Entretanto, de acordo com os autores, as pesquisas necessitam de avanços na compreensão de como as novas lógicas emergem, moldam e transformam os comportamentos e resultados.

Figura 1– Publicações nas bases *Web of Knowledge* e *Social Science Citation Index*.



Fonte: Zilber (2013).

Há um crescente interesse acadêmico nas lógicas institucionais (Thornton et al. 2012), investigando as relações entre o nível micro e macro e tornando a temática *mainstream* no

desenvolvimento acadêmico. Zilber (2013) apresenta um levantamento das publicações nas últimas décadas (Figura 1), e evidencia o crescimento exponencial a partir do ano 2000. Fizeram parte do escopo publicações que usaram como palavras-chaves o termo “institutional logic” ou “institutional logics”.

Contudo, McPherson e Saunderson (2013, p. 166) advogam que a literatura pouco se inclina sobre como os atores sociais traduzem lógicas em ação e como as reproduzem nas atividades organizacionais diárias, ou como as atividades a nível microssocial ajudam a reproduzir ou transformar estruturas organizacionais.

Recentemente, as pesquisas passaram a envolver as abordagens sobre como as organizações enfrentam a complexidade institucional e sobre múltiplas lógicas afetando grupos sociais e grupos internos a organizações (p. ex., Battilana & Dorado, 2010; Durand et al., 2013; Goodrick & Reay, 2011, 2016; Greenwood, Diaz, Li & Céspedes-Lorente, 2010; Greenwood et al., 2011; Jarzabkowski et al., 2013; Lounsbury, 2007; McPherson & Saunderson, 2013; Pache & Santos, 2010, 2013; Pouthier et al., 2013; Reay, Goodrick, Waldorff, & Casebeer, 2017; Reay & Hinings, 2005, 2009; Smets et al., 2015).

2.2.1. Lógicas Institucionais

Estudos em lógicas institucionais redirecionam o cerne da pesquisa institucional do isomorfismo a múltiplas racionalidades competindo ou coexistindo entre si, e a atores coletivos que influenciam ativamente as mudanças nos campos organizacionais (Lounsbury, 2007).

As lógicas moldam os comportamentos individuais e práticas organizacionais porque representam uma série de expectativas para as relações sociais e comportamentais.

2.2.1.1. Definição

Os precursores dos estudos sobre as lógicas institucionais, Friedland e Alford (1991), formularam o seu conceito a partir de uma visão crítica dos estudos institucionalistas, sugerindo que as relações societárias não implicam apenas na difusão material de estruturas, mas também nas relações culturais e simbólicas de organizações e indivíduos imersos em sistemas sociais guiados por interesses e poderes institucionalmente moldados, em que cada ordem institucional da sociedade possui uma lógica central. Essa análise sobre as múltiplas ordens institucionais possibilitou estabelecer uma ampla diretriz sobre as organizações, pessoas, e as influências da

sociedade para as análises institucionais sobre uma perspectiva macrossocial dos sistemas interinstitucionais (Thornton et al., 2012).

Nesse sentido, Friedland e Alford (1991) postularam a definição de lógicas institucionais, afirmando que são “simbolicamente definidas, organizacionalmente estruturadas, politicamente defendidas, técnica e materialmente restringidas, e, por isso, possuem limites históricos específicos”² (pp. 248-249). Essa concepção reflete a visão dual da força cultural em instituições, compreendendo as organizações como imersas em um contexto cultural e social, em sistemas de significados e sistemas de práticas. Ou seja, são tomadas como um conjunto de práticas materiais e construções simbólicas, que orientam as crenças, valores, regras e referências institucionais, socialmente construídas a partir das relações sociais (Thornton & Ocasio, 1999).

Entretanto, esse conceito permaneceu adormecido e foi somente revisitado com maior ênfase quando Thornton e Ocasio (1999) as definiram como “padrões históricos socialmente construídos de símbolos culturais e práticas materiais, pressuposições, valores, crenças e regras, em que os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam o tempo e o espaço, e fornecem significado a sua realidade social”³ (p. 804). Ademais, os esforços se direcionam ao potencial das lógicas em habilitar a compreensão dos comportamentos individuais e coletivos dos atores em um determinado ambiente institucional, evidenciando uma possível solução à problemática dos institucionalistas, ao conciliarem a estrutura com agência, estabilidade e mudança.

Contudo, no ano de 2012, com o livro *The institutional logics perspective*, Thornton et al. (2012) avançaram a discussão sobre lógicas institucionais ao incluir as discussões sobre lógicas em ação, e apresentaram um framework capaz de “analisar, sintetizar, diferenciar e avançar no desenvolvimento de ferramentas teóricas e metodológicas”⁴ (p. 4), em busca de uma perspectiva que estude a heterogeneidade cultural. A obra oferece uma sofisticada conceitualização, de multiníveis (p. ex., indivíduos, grupos, organizações, campo institucional e sociedade) e nível cruzado, da perspectiva metateórica das lógicas institucionais sobre regência de quatro princípios fundamentais: a dualidade da agência e estrutura, instituições

² “symbolically grounded, organizationally structured, politically defended, and technically and materially constrained, and hence have specific historical limits”.

³ “the socially constructed, historical patterns of material practices, assumptions, values, beliefs, and rules by which individuals produce and reproduce their material subsistence, organize time, and space, and provide, meaning to their social reality”.

⁴ “analyze, synthesize, differentiate, and further develop theoretical and methodological tools”

como representação material e simbólica, instituições como historicamente contingentes, e instituições em múltiplos níveis de análise.

Reinterpretando os conceitos de estrutura e agência de Giddens (2003), no qual os atores são guiados pelas condições sociais, e ao agirem com intencionalidade através da cognição, não somente natural, o fazem de forma reflexiva, não as criam, mas as recriam no convívio da vida social. Evidenciando a habilidade dos atores em forjar, proteger identidades que oscilam e influenciam as múltiplas e potenciais lógicas conflitantes (Battilana & Dorado, 2010).

Na ênfase do processo cognitivo e cultural de Dimaggio (1997), revisitado em Friedland e Alford (1991), as inter-relações entre indivíduos e instituições, e o enfoque nas microfundações de Zucker (1977), se desenvolve um conceito teórico sobre a ação das lógicas dos atores, indivíduos, organizações e sociedade.

O objetivo dessa estrutura conceitual proposta por Thornton et al. (2012) é examinar como a ação depende da forma como os indivíduos e as organizações interpretam, e são influenciados em um sistema interinstitucional de diferentes ordens institucionais, em que cada uma das quais apresentam uma visão única da racionalidade, que pretendem habilitar e restringir indivíduos e organizações, imersos em sistemas sociais (Zilber, 2013).

O framework de Thornton et al. (2012) sugere uma integração multidisciplinar (administração estratégica, política, economia, psicologia cognitiva e sociologia cultural) com a proposta de mecanismos em que as lógicas institucionais moldam o comportamento dos atores, sendo a identidade coletiva, identificação, conflitos políticos, categorização e classificações. Como também, por que meios os atores podem inovar as lógicas institucionais através do empreendedorismo. Os autores advertiram a preocupação do uso inadequado ou a incompreensão do conceito das lógicas institucionais.

Ao compreender essa definição, se aceita a existência da multiplicidade de lógicas (Greenwood et al., 2011) intencionais e naturais aos atores, configurando campos institucionais contendo múltiplas lógicas capazes de explorar uma variedade de identidades individuais e organizacionais, desde a seleção de algumas lógicas em resistência a outras, lógicas segregadas, ou lógicas que são combinadas em uma identidade híbrida, até a coexistência de lógicas conflitantes no mesmo campo (Thornton et al., 2012). Isso reforça a análise organizacional de Pache e Santos (2010), as organizações híbridas não necessitam hibridar todas as práticas, mas contém práticas ligadas a diferentes lógicas que coexistem de maneira independente. Ademais, Zilber (2013) consente que, apesar da diversidade de lógicas institucionais, o seu número não é infinito, e o seu conjunto é determinado principalmente pelo *framework* conceitual ao invés de emergir dos dados empíricos.

2.2.1.2. Nível micro e macro

A perspectiva das lógicas institucionais apresenta variados *insights*, com destaque para o campo organizacional, sendo o mais estudado na dinâmica institucional ao nível micro (Thornton & Ocasio, 2008). Entretanto, há uma escassez de análise de múltiplas lógicas institucionais em microfundações (McPherson & Sauder, 2013; Thornton et al., 2012; Zilber, 2013).

Thornton et al. (2012, p. 139) advertem que não se pode compreender o que está acontecendo ao nível intraorganizacional sem relacionar a dinâmica abrangente do campo institucional, mas ponderam que a análise não se limita aos eventos exógenos; é possível analisar que as mudanças nas lógicas institucionais possam ser estimuladas por dinâmicas endógenas, dentro de uma única ou mais organizações; tratam-se, por exemplo, de mudanças no ambiente de recursos e incongruências internas (Seo & Creed, 2002). A obra reforça o enfoque aquiescente dos estudos empíricos em microfundações, em que os processos e mecanismos de interação social conectam as lógicas institucionais à alteração ou manutenção das práticas e identidades organizacionais.

As ordens institucionais do sistema interinstitucional constituem elementos de construção disponíveis para a formação de lógicas institucionais em nível de campo; que a partir de um processo cognitivo, essas lógicas societárias fornecem scripts, esquemas, categorias disponíveis para *sensemaking* e ação. Essas categorias e esquemas são traduzidos e adotados no campo institucional, ou adaptados ao novo contexto (Thornton et al., 2012)

O modelo de surgimento de uma lógica institucional ao nível de campo reflete a complexidade dos elementos simbólicos e materiais, um nível cruzado de estruturas e processos, que conectam indivíduos, organizações, campos institucionais e sistemas interinstitucionais em um processo de construção cultural. A perspectiva de Thornton et al. (2012) estruturou formas de mudanças nas lógicas institucionais, sendo as principais:

- a) substituição, uma lógica substitui outra no campo, gerando novas práticas e narrativas;
- b) mistura, as lógicas institucionais são transformadas pela combinação de diversas lógicas, os diferentes vocabulários são reunidos para um novo e distinto;
- c) segregação, ocorre à medida que diferentes lógicas de nível de campo emergem, gerando diferentes práticas, representações simbólicas e vocabulários para as diferentes lógicas institucionais que emergem;

- d) assimilação é semelhante a mistura, porém os elementos centrais da lógica original prevalecem, com novas práticas e símbolos;
- e) elaboração, os desenvolvimentos internos nas lógicas levam a novas narrativas e práticas que reforçam ainda mais a lógica prevalecente;
- f) expansão, refere-se a expansão de uma lógica institucional de um campo institucional para outro relacionado, acompanhado de mudanças nas práticas e narrativas; e
- g) contradição, leva a um período de fragmentação no campo, acompanhado de mudanças nas práticas e narrativas.

McPherson e Sauder (2013) chamam a atenção para o estado atual das pesquisas sobre lógicas institucionais, as quais negligenciam estudar como as lógicas são incorporadas ao nível mais baixo (na base). Para os autores, a literatura administrativa não fornece compreensão objetiva de como os atores traduzem as lógicas em ação ao engajar as atividades diárias ou como, na análise do nível microssocial, as atividades ajudam a reproduzir ou transformar estruturas organizacionais.

Frente à contribuição de uma compreensão mais rica de como os indivíduos interpretam o contexto e suas relações sociais, Zilber (2013) intensifica o pensamento de que se conhece pouco sobre como as lógicas institucionais operam na frente de trabalho, ou o comportamento na rotina diária dos atores. Há um distanciamento dos estudos ao focar nas experiências diárias e posteriormente conectá-las aos significados. A abordagem da perspectiva das lógicas institucionais endereça a compreensão da ordem simbólica e material das relações, as ações e práticas são a posteriori das interpretações das lógicas e compreensão das ideias dos atores.

A autora adverte para a relevância de inúmeros trabalhos focando nas estruturas e práticas, que caracterizam as lógicas como *background* do contexto inserido, e negligenciando as construções simbólicas e os significados dos processos. A autora supracitada defende que o conteúdo das lógicas institucionais deve integrar a investigação empírica, do que a teorização de premissas fundamentais da literatura.

Em consonância, Thornton et. al. (2012) afirmam que a perspectiva das lógicas institucionais se posiciona como um campo de estudo interessante aos institucionalistas, pois “envolverá perspectivas combinadas que finalmente poderão romper com antônimos desnecessários entre categorias ‘macro’ e ‘micro’”⁵ (p. 141). De acordo com os autores, essa combinação de perspectivas ao nível macro e micro desenvolve novas abordagens que

⁵ “In our minds, some of the most exciting research directions will involve combining perspectives in ways that might finally break down unhelpful antimonies between categories such as ‘macro’ and ‘micro’.”

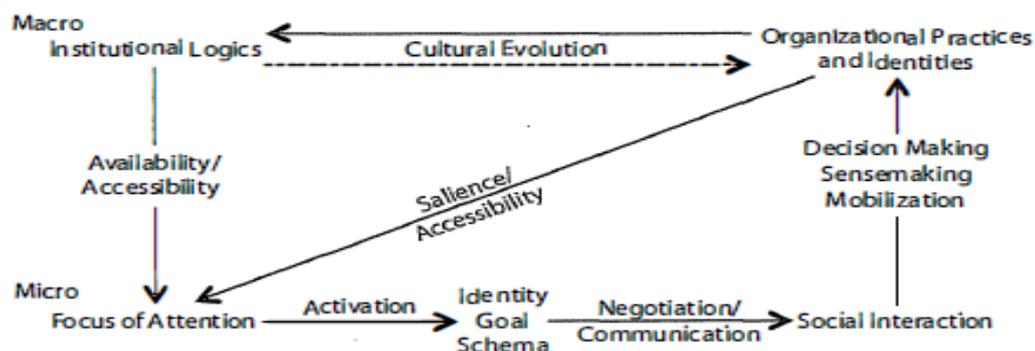
apresentam as inter-relações e interpretações individuais, coletiva ou global, bem como o enfoque material e simbólico.

Em resumo, tal noção permite que os pesquisadores analisem como indivíduos e organizações, situados em múltiplas ordens institucionais, possuem um certo grau de liberdade sobre as instituições (historicamente contingentes), orientados por lógicas institucionais que permeiam os processos inter e intraorganizacionais. Tais aspectos dessa perspectiva fornecem fundamentos para teorizar os diversos efeitos na cognição e no comportamento dos atores sociais, ao ativar acessíveis ferramentas para a capacidade criativa de agência, para alterar diferentes processos de estabilidade e mudança, em diferentes ordens institucionais. Examinando a relação entre identidade e objetivos, admite-se que nem todos os objetivos são congruentes com as identidades dos atores. Isso significa que um ator orientado por uma lógica comercial não focará apenas no objetivo do custo-benefício, mas também será orientado por sistemas normativos, regulativos e cognitivos, que provocarão sanções.

Powell e Colyvas (2008) sugerem que a mudança institucional é sutil, mais envolvida nas atividades diárias do que eventos abruptos, relacionada a membros menos poderosos e com micromotivos mundanos visando interpretação, alinhamento e confusão. E, ao indivíduos e grupos sociais se engajarem ou resistirem a essas ações, transformam lógicas e alteram identidades.

O presente estudo foca no processo integrado das microfundações, representando por Thornton et. al. (2012) em um modelo da dinâmica micro e macroinstitucional (Figura 2).

Figura 2 – Modelo de combinação do nível micro e macro.



Fonte: Thornton et al. (2012, p. 85).

As lógicas institucionais ao nível macro são acessíveis e habilitadas pelos atores, que as selecionam através da incorporação cultural, ativando identidades, objetivos e esquemas. A ativação dessas e o foco compartilhado formam a interação social. As interações sociais geram fluxos de comunicação e recursos, resultando em práticas e estruturas sociais, que incluem o

trabalho institucional e as organizações. As práticas estabelecidas são selecionadas e mantidas através de processos de evolução cultural. A partir desses processos evolutivos, as lógicas institucionais emergem nos diferentes níveis, sociedade, campo institucional e organização.

2.2.1.3. Diferentes lógicas institucionais

Na teoria sobre as diferentes lógicas institucionais se destacam o arcabouço dos tipos ideais, proposto por Friedland e Alford (1991), sobre a concepção de que a sociedade como um sistema interinstitucional, sendo cinco instituições societárias em que as lógicas são reproduzidas: o mercado capitalista, o estado burocrático, a democracia, o núcleo familiar e a religião cristã. Em seguida, a composição proposta por Thornton (2004) adicionou uma sexta classificação, sendo: mercado, estado, corporações, família, religião e profissional. Em uma extensão do estudo Thornton et al. (2012, pp. 68-72), adicionaram a essa base conceitual a sétima lógica, a lógica comunitária, como evidenciado na Figura 3.

Figura 3 – Tipos ideais de sistemas interinstitucionais

(continua)

Eixo Y	Eixo X: Ordens Institucionais						
Categorias	Família	Comunidade	Religião	Estado	Mercado	Profissões	Corporação
Base da metáfora	Família como uma empresa	Limite comum	Templo como um banco	Estado como mecanismo de redistribuição	Transações	Profissões como uma rede de relacionamentos (<i>relational network</i>)	Corporação como hierarquia
Fonte de legitimidade	Lealdade incondicional	Unidade de crença na confiança e reciprocidade	Importância da fé e religião na economia e sociedade	Participação democrática	Preço	Expertise pessoal	Posição de mercado da empresa
Fonte de autoridade	Dominação patriarcal	Comprometimento com valores comunitários e ideologias	Carisma sacerdócio	Dominação burocrática	Acionista ativo (<i>Shareholder activism</i>)	Associações profissionais	Corpo da diretoria, alta administração
Fonte de identidade	Reputação familiar	Conexão emocional: satisfação do ego e reputação	Associação com divindades	Classes sociais e econômicas	Anônimo	Associação com qualidade e reputação profissional na especialidade	Cargos burocráticos
Base de normas	Grupo familiar	Associação do grupo	Associação na congregação	Cidadania na nacionalidade	Interesse individual	Grupos em grêmios ou associações	Emprego na empresa
Base de atenção	Status na família	Investimento pessoal no grupo	Relação com o sobrenatural	Status no interesse do grupo	Status no mercado	Status na profissão	Status na hierarquia
Base de estratégia	Aumentar a honra familiar	Elevar o status e honra dos membros e práticas	Aumentar o simbolismo religioso de eventos naturais	Aumentar o bem comunitário	Aumentar a eficiência dos lucros	Aumentar a reputação pessoal	Aumentar o tamanho e diversificação da empresa

Figura 3 – *Tipos ideais de sistemas interinstitucionais*

Mecanismo de controle informal	Política familiar	Visibilidade das ações	Culto da vocação	Política nos bastidores	Analistas industriais	Profissionais renomados	(<i>continuação</i>) Cultura organizacional
Sistema econômico	Capitalismo familiar	Capitalismo cooperativo	Capitalismo ocidental	Capitalismo do bem-estar social	Capitalismo de mercado	Capitalismo pessoal	Capitalismo gerencial

Fonte: Tradução livre de Thornton et al., (2012, p. 56).

O poder experienciado quando uma lógica institucional orienta não é meramente uma questão de escolha estratégica do ator (Oliver, 1991); o foco não está mais no isomorfismo, mas no entendimento de como as múltiplas lógicas habilitam e restringem a capacidade dos atores de resistir à dominação e contra-mobilizar. Nesse sentido, se reconhece como as lógicas estão em constantes conflitos entre si, ou seja, as construções simbólicas e materiais colidem umas com as outras (Greenwood et al., 2011). Ou, como indica Thornton et al. (2012), o surgimento de uma nova lógica ou a existência de múltiplas podem criar ambiguidade e a necessidade de *sensemaking* sobre as implicações da mudança, e conseqüentemente implementar medidas para enfrentar ou resolver tensões ligadas a pluralidade de lógicas institucionais (Dunn & Jones, 2010).

Tal noção sobre a configuração de múltiplas lógicas e a agência dos atores tem importantes conseqüências para a perspectiva das escolhas estratégicas cognitivas às pressões institucionais (Pache & Santos, 2013; Seo & Creed, 2002). Essa abordagem contribui para os estudos organizacionais sobre a cognição individual do ator e o comportamento da organização, imersos em sistemas de esquemas interpretativos. Assim, muitos estudos se embasaram no âmbito da competição entre lógicas institucionais, por exemplo, a dinâmica entre a lógica profissional (a *editorial logic*), e a orientada ao mercado (a *market logic*), retrataram mudanças na estrutura organizacional de editoras no ensino superior, ao nível político, hierárquico e sobre fatores econômicos, que determinaram a sucessão executiva organizacional (Thornton & Ocasio, 1999).

No campo do sistema de saúde, os estudos sobre lógicas institucionais é usual, como quando se investiga a mudança institucional no campo das organizações de saúde (Scott et al., 2000); ou quando se pesquisa o processo de recomposição do campo após a implementação de uma mudança estrutural radical, como a reforma na saúde (Reay & Hinings, 2005, Grenier & Bernardini-Perinciolo, 2016); ou ainda quando se estudam as relações, tanto competitivas (segmentadoras) como cooperativas (facilitadoras ou aditivas), entre lógicas coexistentes, e sua influência nos profissionais e seu trabalho (Goodrick & Reay, 2011). Finalmente investiga-se

também a interação das lógicas institucionais ambíguas e contestadas, com o trabalho de diferentes profissionais clínicos com funções gerenciais híbridas (Currie & Spyridonidis, 2016).

Entretanto, no campo educacional, apesar da existência de alguns trabalhos institucionalistas, há pouca tradição (Lepori, 2016). A análise de multicasos no ensino superior de Juusola et al. (2015) comparou duas lógicas predominantes, sendo na Finlândia sobre o domínio da *academic logic* e nos Emirados Árabes Unidos sobre o domínio da *market logic*. O estudo possibilitou compreender como e por quê esses centros universitários traduziram e responderam ao processo de americanização de suas faculdades de negócios em países não-americanos, com variação nas respostas à americanização desde imitação, transmutação, compromisso, impostura e imunização (Juusola et al., 2015).

O empreendedorismo sustentável de estudantes é discutido sobre a combinação das lógicas, *market logic* e a *ecoactivist logic*; a convergência desses valores criaram novos conhecimentos e aplicações no mercado de tecnologias para a resolução de problemas sociais e econômicos (Mars & Lounsbury, 2009).

Rigby (2014) demonstrou como lógicas prevalecentes, lógicas empreendedoras, e a lógica de justiça social influenciaram a liderança instrucional de diretores em escolas. Em uma extensão desse estudo, Bridwell-Mitchell e Sherer (2016) analisaram como a interpretação dos professores orientados por lógicas institucionais (*market accountability, professional bureaucracy e communal sentiment*) dependem das características individuais pertencentes a diferentes escolas, comunidades e experiências individuais, e influenciam na implementação da reforma pedagógica.

Oertel e Söll (2017) exploraram as lógicas competitivas (*classical logic* e a *service logic*) em universidades alemãs, buscando demonstrar como o conteúdo e existência do conceito de *imprinting* (influências sociais históricas e organizacionais seminais na fundação de organizações, conforme Stinchcombe, 1965) afetaram a declaração de missão das universidades e como a consolidam para seguir uma lógica em particular.

Dentre os estudos, há frameworks políticos para entender o processo de *policymaking* de Bastedo (2009), através da compreensão do desenvolvimento da política no campo do ensino superior público em Massachusetts. Para tanto, foram entrevistados membros da diretoria, staff, reitores dos campus e sindicatos. Ao investigar as mudanças no campo, e as questões centrais de como as organizações mudaram suas estruturas para apoiarem a governança, foram teorizadas lógicas institucionais que suportaram essas mudanças.

Demais estudos abordaram as seguintes lógicas institucionais: a *commercial logic*, orientada pelo mercado e a *social welfare logic*, com sua missão de prover serviços para atender

às necessidades sociais locais (Pache & Santos, 2010); *trustee logic*, que envolve uma lógica de investimentos conservadores, e a *performance logic*, que foca em investimentos de maior risco e curto prazo (Lounsbury, 2007); *managed care logic*, visando a ordem institucional de mercado e a eficiência dos serviços prestados e a hospital *medicine logic*, com foco profissional visando a qualidade aliada a eficiência (Pouthier et al., 2013); a agência de enfermeiros ao interpretar a *policy-driven managerial logic* e *professional logic* para alcançar uma posição profissional superior (Currie & Spyridonidis, 2016); a atuação dos profissionais sobre orientação de quatro lógicas de *criminal punishment*, de *rehabilitation*, de *community accountability* e de *efficiency*, para negociar as decisões em um tribunal de drogas (McPherson & Sauder, 2013); escolas de medicina incorporando *logic of care* e *logics of science* (Dunn & Jones, 2010); ou uma constelação de lógicas institucionais guiando o trabalho profissional de farmacêuticos (Goodrick & Reay, 2011)⁶.

2.2.1.4. Estudos sobre lógicas institucionais

As contribuições advindas da teoria institucional, em particular a perspectiva das lógicas institucionais, em um cenário onde cada lógica representa um modo de pensar, agir, e a multiplicidade pode produzir competição entre os atores, questiona-se os conflitos e a dificuldade dessa gestão (Dunn & Jones, 2010; Lounsbury, 2007).

Diversos estudos tem explorado a linha de pesquisa sobre as organizações híbridas e a adesão a uma nova lógica. Pache e Santos (2013) estudaram como as organizações sociais que buscavam alcançar sua missão de bem-estar social através de atividade comerciais, centrado entre demandas competitivas de lógica de mercado e de bem-estar social, representaram internamente os elementos das lógicas competitivas que incorporaram. Desenhado como um estudo de caso comparativo com empresas que reintegram recém-desempregados para reinserção no mercado de trabalho, o estudo visou investigar como as organizações híbridas operam e explicam quando e como são capazes de alcançar vantagem do seu amplo repertório de elementos organizacionais disponíveis no ambiente plural em que se encontram. O estudo revelou que, ao invés de as empresas utilizarem as estratégias de dissociação (*decoupling*) ou compromisso (*compromising*), elas selecionaram e acoplaram elementos intactos prescritos por cada lógica. Assim, a empresa projetou a legitimidade sem o processo dispendioso de

⁶ Nesse trabalho, foi considerado de maior relevância manter o nome das lógicas institucionais no idioma original em vista da base conceitual institucional utilizada, como também para primar pela clareza nas relações conceituais.

negociações; ao contraponto, empresas com pouca legitimidade no campo podem manipular os modelos provenientes das múltiplas lógicas. Nesse sentido, as contribuições do estudo elucidaram como os líderes organizacionais desempenharam o trabalho institucional, ao combinar as referências do ambiente institucional enquanto aprendem a navegar em pequenos campos criados para a sobrevivência aos conflitos institucionais.

Com base nesses pressupostos, a combinação de lógicas em empresas híbridas revela a habilidade para trabalhar sob restrições institucionais e usar a sua vantagem para demonstrar agência. Por outro lado, híbridas, permanecem altamente pressionadas pela necessidade de legitimidade no campo organizacional.

Os estudos de Battilana e Dorado (2010) exploraram duas microfinanceiras que hibridizaram com sucesso suas lógicas institucionais e se mantiveram sustentáveis através de uma nova identidade organizacional comum que proveu equilíbrio entre as lógicas conflitantes. Os mecanismos cruciais para o desenvolvimento dessa nova identidade organizacional entre os membros da organização foram políticas de contratação e socialização.

Diferenciando, o estudo de Currie e Spyridonidis (2016) desviou o enfoque sobre organizações para a abordagem da atuação de profissionais que, através de suas posições sociais na hierarquia dos hospitais, combinaram múltiplas lógicas institucionais aos seus papéis híbridos (gerencial-clínico). Ao observar duas lógicas dominantes conflitantes nos hospitais estudados, a *professional logic* e a *managerial logic*, cada uma com características de ambiguidade e variedade, os autores relataram que os membros líderes de grupos (enfermeiros, doutores, gerentes e enfermeiros consultores, etc.) trabalharam em cooperação ou em choque, para confundir ou mesclar as lógicas para habilitar os hospitais para funcionar com sucesso, ou para defender os interesses do grupo. Desse modo, ao estabelecer o trabalho institucional (Lawrence & Suddaby, 2006) para ganhar legitimidade com outros atores de status superior (médicos, gerentes médicos híbridos, gerentes executivos), os atores foram reconhecidos como profissionais experientes e gerentes emergentes. Essas contradições institucionais habilitam a agência dos atores (Thornton et al., 2012) ao invocar uma *managerial logic* em ocasiões de acordo com as evidências baseadas nas práticas e controle de profissionais, e como sua posição social determina o tipo de argumento que eles fazem e qual a lógica que usam para fazê-lo, continuando a orientar-se de *professional logic*, no julgamento clínico, no atendimento ao paciente e a população local.

Essa reflexão sobre o estudo de Currie e Spyridonidis (2016) evoca discussões centrais na literatura sobre o trabalho institucional: a compreensão de como e por que o trabalho institucional ocorre, quais seus efeitos, como essas contribuições se combinam e como os atores

respondem aos esforços de um dos outros. O rastreamento desse trabalho ao longo de mudanças nas instituições fornece informações sobre o relacionamento recursivo entre formas de trabalho institucional, padrões de mudança e estabilidade institucional (Lawrence, Suddaby, & Leca, 2011).

Enquanto as organizações sem fins lucrativos são os tipos dominantes na população dos hospitais, essas mudaram bruscamente a personalidade de “doações” para “comercial” (Hansmann, 1987; Scott et al., 2000), caracterizando a crescente preocupação de orientação de mercado. Primeiramente, recebem os recursos de doações de patronos e convênios com o estado, e a renda advém principalmente da prestação de serviços. Assim organizações que dependem da renda sobre números e a natureza dos serviços providos, são mais sensíveis as considerações do mercado.

Acerca da mudança no campo da saúde, Scott et al. (2000), por exemplo, mostraram a transformação de identidades profissionais e práticas organizacionais no campo de saúde em São Francisco. O declínio de uma lógica profissional com o surgimento de novas intervenções regulatórias na década de 1960 permitiu o surgimento de um modelo plural de lógicas envolvendo o estado, a corporação e o mercado.

Adicionalmente aos estudos sobre a reestruturação do campo da saúde, se posiciona a pesquisa supracitada de Reay e Hinings (2005). Os autores desenvolveram significativos esforços para a compreensão de como os atores principais, guiados por lógicas institucionais predominantes (Figura 4), usaram o seu poder para implementar ou resistir a mudança estrutural na reforma da saúde em Alberta.

Desse modo, o governo, como um dos atores chave devido a seu poder coercitivo, estabeleceu com sucesso a alteração da estrutura do sistema de saúde, com a inserção da nova lógica ascendente *business-like health care*, economicamente guiada pelos princípios de eficiência, racionalização dos custos e equilíbrio do orçamento. Os planos do governo enfatizaram a relação com o consumidor, “sobrepondo as necessidades dos consumidores acima dos médicos para garantir que o serviço certo seja fornecido no lugar certo, pelo provedor certo, ao melhor preço” (p. 364), reforçando a perspectiva de que quem fornece os recursos define como os fundos serão despendidos.

A lógica *medical professionalism* era antes dominante no campo, orientada pelos valores e crenças na relação doutor-paciente e com ênfase na qualidade do serviço prestado, com um corpo médico com autonomia e regido pelo objetivo principal de prover todos os serviços médicos necessários. Os médicos regidos por essa lógica institucional detinham a expectativa de enfrentar uma mudança incremental no sistema, o que não ocorreu: uma

mudança radical foi aplicada pelo governo ao estabelecer autoridades regionais de saúde, deslocando a autoridade dos hospitalistas, o que conseqüentemente culminou em questionamentos e resistência desse corpo médico, frente ao surgimento dessa nova lógica institucional *business-like health care*.

Figura 4 - Comparação entre Lógicas de *Medical professionalism* e *Business-like health care*.

	<i>Medical professionalism</i>	<i>Business-like health care</i>
<i>Sistema de crenças e valores</i>	Relação doutor-paciente é o mais importante componente do sistema	Relação consumidor é o modelo mais apropriado para a prestação de serviços
	Qualidade do serviço é controlado pelo corpo médico	Qualidade do serviço é determinada pelas forças de mercado
	Serviço deve ser fornecido sobre a direção de um médico especialista	Serviço deverá ser fornecido pelo provedor menos custoso
	O objetivo geral é fornecer todos os serviços médicos necessários	O objetivo geral é fornecer serviços efetivos e eficientes
<i>Práticas Associadas</i>	Os médicos são os únicos gestores do sistema e decidem como todos os serviços são fornecidos (ex. indicação a especialistas)	Os médicos são uma das equipes do sistema da saúde e os consumidores escolhem o provedor para acessar
	O reembolso ao médico encoraja o maior número de tratamentos médicos	O reembolso do médico deve incentivar a manutenção da saúde
	Os médicos possuem autoridade para tomar decisões	As autoridades regionais de saúde (RHA) determinam a extensão de serviços disponíveis; os médicos tomam decisões dentro desta limitação

Fonte: Elaborado a partir de Reay e Hinings (2005, p. 358).

A compreensão desse processo de mudança no sistema de saúde criou tensões, novas identidades e práticas, como decorrência da contestação da autoridade dos clínicos especialistas, ao serem excluídos das áreas de decisão e superintendência. Os médicos se engajaram em um campo de batalha entre lógicas institucionais concorrentes, uma vez que se utilizaram do seu poder de influência na tentativa de manter a sua dominação; contudo, “a lógica profissional médica foi subjugada em vez de eliminada” (p. 375).

O ponto inicial de Grenier e Bernardini-Perinciolo (2016) foi se utilizar da estrutura conceitual das lógicas estabelecidas por Reay e Hinings (2005), mas com uma ótica complementar no hibridismo dessas lógicas. Os autores tipificaram a maneira que alguns profissionais hibridizam (ou não) sua lógica prevalecente e exibem um comportamento autônomo, dependendo do modo abrangente de hibridização que caracterize como a organização lida com a mudança.

Os atores se dividiram entre os que se recusaram a hibridizar as lógicas, *medical professionalism* com a *business-like health care*, outros buscaram maneiras de fazer compromissos entre ambas as lógicas (hibridização instrumentalizada e reformulada); e alguns modificam suas práticas, mas de uma maneira sofrida (sofreu hibridização). O comportamento de agência dos profissionais sustentados pela mensagem estratégica do presidente e gestor frente a reforma fora articulado através dos níveis de análise individuais (os profissionais) e nível organizacional (hospital e universidade) para explicar comportamentos autênticos em um contexto de pluralismo institucional baseado em um modo de hibridização abrangente.

Arndt e Bigelow (2006) apresentaram como foi o surgimento da lógica de eficiência no campo da saúde, em seus princípios estruturais de padronização e práticas comerciais, os seus impactos de forma ampla para a gestão dos hospitais, abrangendo não só a economia, mas também a qualidade e amplitude dos serviços, bem como o acesso aos cuidados, representando, forte pressão sobre os hospitais para introduzir novas tecnologias enquanto contém custos, a premissa de hospitais como plano de negócios e a prática de grandes hospitais modelo para outros provedores.

Pouthier et al., (2013), através de um estudo de caso indutivo do desenvolvimento da identidade hospitalar no sistema de saúde nos Estados Unidos, focaram na inter-relação sobre lógica e identidade. Descreveram como alguns médicos hospitalistas (identidade) se desassociaram dos princípios da *managed-care logic* (lógica institucional), através do surgimento e a identificação de ameaças e oportunidades de identidade, sendo criadas condições para o surgimento de uma nova lógica *hospital medicine logic* (Figura 5). Os autores propõem que os mecanismos de diferenciação cultural e realinhamento social apresentam o processo pelo qual as associações entre lógicas e identidades podem ser enfraquecidas ou rompidas.

Figura 5 - Comparação das Lógicas: Managed Care e Hospital Medicine.

	<i>Managed Care Logic</i>	<i>Hospital Medicine Logic</i>
Lógica interinstitucional	Mercado/Corporativa	Profissional/Corporativa
Fonte de Legitimidade	Eficiência	Qualidade/Eficiência
Estrutura Organizacional	Burocracia	Equipes
Função dos hospitalistas	24h disponível	Cuidados médicos complexos
Relacionamentos entre os profissionais médicos	Apenas sobre práticas de grupo; compartilham os mesmos recursos e estruturas.	Ambiente colaborativo
Relacionamentos críticos	Administradores; companhias de seguro	Administradores; outros clínicos especialistas; enfermeiros
Estratégia operacional	Baseado nos tratamentos	Baseado no sistema

Fonte: Elaborado a partir de Pouthier et al., (2013, p. 221).

Essa variação no conteúdo e na força das associações lógica-identidade, introduzido pelo processo de distanciamento pode criar uma forma de vácuo cultural e simbólico, bem adaptado ao surgimento de uma nova lógica institucional. Embora exista um corpo significativo de pesquisas sobre a interseção dos dois fenômenos, pouca atenção foi dada às mudanças na força, conteúdo e permanência de determinadas associações entre lógica-identidade.

O artigo provocativo de Mars e Lounsbury (2009) transcende a discussão dicotômica e simplista do privado e o bem público, quando aborda o coronário de mercado versus o ativismo social. As entrevistas suscitaram a discussão da coexistência de lógicas complementares ao invés de oposição. Os estudantes de diversas áreas que atuam como empreendedores sustentáveis de tecnologias em projetos de eco-centros sob diferentes motivos, desde preocupações ecológicas até auferir mudanças no sucesso mercadológico por estratégias empreendedoras, se engajaram em um comportamento mercadológico que inclui o compartilhamento de royalties de *startups* universitárias, fomento em pesquisas e propriedade real do empreendedor, para avançar com a pauta da mudança social.

Nesse sentido, as organizações sociais que adotam os elementos da lógica do bem-estar (sustentabilidade) buscam na lógica de mercado um aprimoramento dos seus objetivos tradicionais, que revele que os resultados das pesquisas devem ser acessados através dos valores comerciais e, quando possível, da produção de commodities. Tal pensamento admite que os recursos escolares deveriam ser amplamente compartilhados e abertamente examinados. Entende-se que os pesquisadores não deram a atenção necessária ao cuidado empírico e teórico para a eficácia de unir estratégias baseadas no mercado com o conhecimento público para criar resultados orientados economicamente e socialmente.

A emergência das práticas de governança gerenciais no campo do ensino em saúde orientado pela lógica gerencial, no estudo de Canhilal et al. (2016), evidenciou os modelos de acoplamento em como as universidades são seletivas em responder a essas pressões gerenciais (Figura 66).

Ao se esforçar para manter a legitimidade da lógica profissional acadêmica e a lógica gerencial, as universidades adotaram práticas administrativas que não entram em conflitos com as lógicas profissionais acadêmicas, em preservar a colegialidade e a autonomia de participação dos acadêmicos nas decisões sobre pesquisa e ensino. Destacando a coexistência de lógicas, uma vez que a lógica central é profissional acadêmica, as práticas gerenciais podem ser introduzidas em algumas áreas, mantendo os elementos centrais da lógica dominante.

Figura 6 - Dimensões das Lógicas: Academics e Managerial.

	<i>Managerial</i>	<i>Academic</i>
Sistemas Econômicos	Baseado em desempenho	Baseado em associação
Fontes de identidade	Universidade como uma organização corporativa	Universidade como uma organização profissional
Fontes de legitimidade	Hierarquia	Reputação acadêmica
Fontes de autoridade	Alta gerência	Profissão acadêmica
Missão	Aumentar desempenho organizacional	Produção do conhecimento acadêmico
Bases de atenção	Indicadores de performance	Julgamento por pares
Bases da estratégia	Posição no mercado	Construção da reputação universitária
Lógica de investimento	Focus nas atividades com vantagem competitiva	Prover ampla liberdade de pesquisa e ensino ao corpo profissional
Mecanismo de governança	Decisões gerenciais da alta administração	Princípio colegial

Fonte: Elaborado a partir de Canhilal et al. (2016, p. 177).

Estudos analisando o impacto da complexidade institucional nas organizações de ensino superior são raros e sugere-se que as respostas das universidades às pressões gerenciais são mais complexas do que a simples adoção ou resistência (Lepori, 2016). Nesse sentido, cabe destacar o artigo de Meyer, Egger-Peitler, Höllerer e Hammerschmid (2013) sobre a reforma gerencial no setor público como foco de interesse nas funções dos gestores, sob a influência das lógicas gerencial e legal burocrática, conforme Figura 7. As universidades estão sujeitas a vários níveis de pressões pela conformidade a uma lógica gerencial e a uma lógica profissional, e as duas lógicas são associadas a público-alvo e recursos, respectivamente financiamento público do estado e reputação acadêmica de profissionais.

Figura 7- Dimensões das Lógicas: Managerial e Legalistic-bureaucratic*(continua)*

	<i>Managerial Logic</i>	<i>Legalistic-bureaucratic logic</i>
Racionalidade	Baseado nos princípios econômicos (meios causais, ação racional)	Baseado em formação burocrática, legalismo, profissional
Fontes de legitimidade	Baseado em resultados	Processual
Missão e visão	Setor público como prestação de serviços	Estado como soberano Servir a sociedade e ao interesse público
Principais valores	Desempenho, eficácia, eficiência, e prudência	Legalidade, correção, neutralidade política, objetividade, equidade, lealdade, segurança e confidencial

Figura 7- Dimensões das Lógicas: Managerial e Legalistic-bureaucratic

	Mudança, flexibilidade, inovação	Continuidade, estabilidade
Critério de avaliação e Foco de atenção	Objetivos organizacionais e individuais, resultados (ex. <i>output outcome</i>)	Regras, insumos, responsabilidades, direitos e deveres.
Mecanismo de governança	Foco nas consequências das ações Governança contratual baseada em objetivos, metas, resultados, medidas de desempenho e ferramentas de gestão em um ambiente competitivo.	Foco na ação apropriada Governança burocrática baseada em leis, regras e diretrizes com estrita responsabilização para com o estado soberano; múltiplos controles.
	Sistema descentralizado e fragmentado com forte autonomia gerencial	Hierárquico e centralizado

Fonte: Elaborado a partir de Meyer et al. (2013, p. 866).

Tal se dá pela hibridização de novos elementos de identidade, como aceitar e adicionar a ideia da necessidade de maior eficiência ou orientação ao cliente, enquanto que a identidade principal e as referências institucionais permanecem ancorados em uma tradicional lógica legalista-burocrático.

2.2.1.5. Complexidade institucional

Greenwood et al. (2011) destacam que estudos sobre complexidade institucional são importantes e proporcionam interessantes intuições. Entretanto, complementam que, embora a complexidade seja geralmente implícita, o seu reconhecimento é limitado às ações organizacionais que são influenciadas pelas interações potencialmente conflitantes entre lógicas. Assim, há uma demanda de mais trabalhos sobre como os atores medeiam as demandas institucionais e os requerimentos das atividades organizacionais no dia-a-dia. Há deficiência teórica sobre como os atores gerenciam o ambiente organizacional na interseção de múltiplos campos institucionais, campos com diferentes pressões e expectativas.

Entretanto, há uma atenção renovada sobre como as dinâmicas institucionais afetam e desempenham, dentro das organizações, a abordagem da complexidade institucional (Pache & Santos, 2010; Greenwood et al., 2011). Esses trabalhos focaram nas respostas organizacionais às contraditórias pressões ambientais.

Greenwood et al. (2010) definem o termo complexidade institucional para se referir a situações onde as organizações enfrentam pressões de múltiplas lógicas institucionais, ao ponto em que Greenwood et al. (2011), desenvolvem teoricamente a noção de complexidade institucional. Este desenvolvimento reflete um crescente reconhecimento de que pressões

conflitantes e sobrepostas decorrentes de múltiplas lógicas institucionais criam ambiguidade interpretativa e estratégica para líderes e participantes organizacionais.

Isso implica em duas linhas de pesquisa: a primeira incide nas respostas estratégicas das organizações quando enfrentam múltiplas lógicas (Pache & Santos, 2010; Oliver, 1991; Kraatz & Blook, 2008); e a segunda, em como as múltiplas lógicas são refletidas nas organizações através de “estruturas” e práticas – procurando entender diferentes tipos de organizações híbridas (Ex. Battilana & Dorado, 2010; Greenwood & Hining, 1996; Jarzabkowski et al., 2013; Pache & Santos, 2013; Smets, Morris, & Greenwood, 2012).

Ressalva-se, no entanto, a necessidade do progresso acadêmico em lógicas em ação (Thornton et al., 2012; Lounsbury & Boxenbaum, 2013). Greenwood et al. (2011) ressaltam a necessidade de avanço nos estudos sobre as relações entre lógicas, campos e organizações. As pesquisas institucionais têm se tornado mais apreciativas e encorajadas; entretanto, ainda são modestas e há muito que se aprender. Os estudos realçaram a mudança nas lógicas ou a pluralidade, comumente entre duas lógicas e como afetam as organizações pelo campo, menos atenção sistemática tem sido debruçada sobre como as organizações em uma análise individual experientia e responde a complexidade.

Scott et al. (2000) destaca a mudança institucional em organizações hospitalares na cidade de São Francisco, o surgimento de novas lógicas no campo organizacional coloca em primazia a eficiência, redesenhando o discurso da assistência médica como um direito a população para um discurso menos permissivo com o argumento “saúde a qualquer custo”; sugerindo a restrição do caráter individual financeiro, assim restringe a assistência médica de qualidade a pacientes com capacidade para arcar com a “saúde a qualquer custo”.

Os hospitais são reconhecidos como exemplos de complexidade institucional, quando lógicas colidem sobre mesma jurisdição (Thornton et al., 2012, p. 57), a exemplo das lógicas de família, lei e medicina no estudo de Heimer (1999). Isso permite compreender como os indivíduos constroem a dinâmica entre lógicas dentro de ambientes institucionais complexos de forma contínua no seu trabalho cotidiano.

2.2.2. Trabalho institucional

2.2.2.1. Definição

A proposta teórica do estudo seminal de Lawrence e Suddaby (2006) sobre trabalho institucional adveio de uma revisão de um conjunto de publicações desde a década de 90 nos

renomados periódicos *Administrative Science Quarterly*, *Academy of Management Journal* e *Organization Studies*. O objetivo dos autores foi de oferecer uma revisão não-exaustiva sobre essa proeminente tendência de investigação institucional.

Na revisão do livro *Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations* de Lawrence, Suddaby e Leca (2009), Dobbin (2010) destacou que os autores focaram na exploração teórica mais sistemática do trabalho institucional, em como, juntos, os indivíduos objetivam e dão sentido às instituições, e, separadamente, optam por reproduzir, alterar ou substituir instituições. Nesse sentido, o autor defende o quão frutífero e produtivo é a reflexão de que as pessoas estão ativamente engajadas em interpretar instituições e escolher reproduzir, rasgar parcialmente ou na sua totalidade, ou criar novas formas de instituições.

Na proposta do conceito de trabalho institucional de Lawrence e Suddaby (2006) dos autores se utilizaram de diferentes concepções teóricas: o interesse e agência em dinâmicas institucionais de DiMaggio (1997); as discussões de respostas estratégicas organizacionais às pressões institucionais de Oliver (1991); a desinstitucionalização de Oliver (1992); e a prática social de Bourdieu (1977 apud Lawrence & Suddaby, 2006) e Giddens (2003).

Mas no que consiste o trabalho institucional? Em ações, hábitos, interesses, intenções, autonomia, relações de agência que são desenvolvidas em um processo *bottom-up*, definido como uma “ação proposital de indivíduos e organizações destinados a criar, manter ou interromper instituições”⁷ (Lawrence & Suddaby, 2006, p. 215). Mais recentemente, os autores Lawrence et al. (2011) atualizaram esse conceito como “as práticas dos atores individuais e coletivos visando à criação, manutenção e interrupção das instituições”⁸ (p. 52), essa é a definição utilizada nesse estudo.

Assim, o trabalho institucional se situa como uma prática dos atores sociais reflexivos sobre influência das instituições, agem diariamente em uma complexa mistura de formas de agência, bem ou mal sucedidas, repletas de comprometimento e com frequentes consequências não-intencionais (Lawrence et al., 2011),

O trabalho institucional e a complexidade institucional são ambos associados a existência de múltiplas lógicas (Greenwood et al., 2011, p. 317), na habilidade dos atores em criar novos arranjos institucionais ou rompê-los (ex. Greenwood & Suddaby, 2006; Seo & Creed, 2002). Isso explica que os fenômenos institucionais não são estáveis, mas são caracterizados por contínuas influências regenerativas e degenerativas que proporcionam ou

⁷ “the purposive action of individuals and organizations aimed at creating, maintaining and disrupting institutions”

⁸ “practices of individual and collective actors aimed at creating, maintaining, and disrupting institutions”

restringem margem para a manobra de um ator a um conjunto de instituições, evidenciando a capacidade de agência dos atores ao conectar os campos micro e macro das instituições.

Há um crescente interesse em estudos sobre o trabalho institucional que revela a perspectiva do âmago da investigação de “como as instituições e a ação estratégica afetam uma à outra” (Rojas, 2010, p. 1266). Como consequência, há a encarnação do debate sobre agência, revelando a discussão de como os atores são motivados e habilitados para mudarem as práticas “taken-for-granted” e as normas que as definem.

Desafiando o paradoxo da agência, Holm (1995) questiona: “Como os atores imaginam e possibilitam a mudança nas instituições se as suas ações, intenções e racionalidade são condicionadas pelas instituições que eles motivam mudar?” (p. 398). Esse debate assíduo se estende entre os institucionalistas, dividindo opiniões, pois em sistemas intensamente institucionalizados, uma mudança interna aparenta contradizer o significado da instituição (Scott, 2001).

Essa dicotomia nos estudos organizacionais de “explicações deterministas, com seu foco sobre as estruturas sociais como fonte dos padrões de ação, versus as explicações voluntaristas, com seu foco sobre a liberdade de agentes sociais para escolha e ação” (Crubellate, 2004, p. 20), evidencia os conflitos e a necessidade de conjugação das abordagens. O autor apresenta uma construção teórica reflexiva sobre o princípio de contingência, recursividade e dualidade das estruturas sobre a construção da realidade social, implicando em ações intencionais e consequências não-intencionais da reprodução ou produção das estruturas institucionais (Crubellate, 2004, p. 76).

Portanto, a mudança nas lógicas institucionais depende das práticas, do trabalho institucional dos atores sociais no campo, sendo que as instituições são fundamentalmente dependentes da ação humana (Lawrence & Suddaby, 2006). Assim, se pressupõe que ordens sociais complexas estão sempre em fluxo e continuamente sendo construídas através da prática, não somente como ação intencional deliberada, sendo que tal intencionalidade deliberada não é um pré-requisito para a articulação de uma estratégia (Chia & MacKay, 2007; Tsoukas & Chia, 2002). Desse modo, pretende-se construir uma compreensão de agência e os esforços das noções de propósito do trabalho institucional, na visão de que as instituições são tanto habilitadoras como constrangedoras da ação, ou seja, “é na intersecção e contestação das múltiplas lógicas nos campos organizacionais que se fornecem aos atores os recursos para engajamento em atividade de contestação e reconceitualização a que nos referimos como trabalho institucional” (Lawrence & Suddaby, 2006, p. 248).

2.2.2.2. Modelo de dimensão de agência

Apesar das pesquisas recentes em trabalho institucional, Battilana e D’Aunno (2009) ressaltam a existência de lacunas que necessitam de maiores explorações sobre os múltiplos meios pelos quais os agentes interagem com instituições, incluindo o discurso, as relações sociais, os símbolos e os artefatos materiais. Nesse sentido, os autores apresentam uma visão multidimensional do paradoxo da agência sobre a tipologia do trabalho institucional de Lawrence e Suddaby (2006), em que se argumenta a possibilidade de identificação de três formas de agência nos estudos institucionais: iterativa (hábito), projetiva (imaginação) e avaliação prática (julgamento), que habilitam os três diferentes tipos de trabalho institucional (manter, criar ou romper com as instituições), conforme a Figura 8.

Figura 8 - Dimensões da agência e formas de trabalho institucional

Agência Iterativa		Agência de Avaliação Prática	Agência Projetiva
Criando instituições	Improvisar Modificar	Tradução Bricolagem Reação a choques	Inventar instituições Criar protoinstituições Estabelecer mecanismos institucionais Advogar a difusão
Manter instituições	Promulgar práticas institucionalizadas Selecionar uma prática legitimada, em vez de outra	Adaptar práticas institucionalizadas Reforçar mecanismos reguladores	Reparação da instituição Defesa da instituição
Interromper instituições	Falhar ao implementar uma prática institucionalizada Esquecimento institucional	Evitar o monitoramento e sanção institucional Não selecionar práticas institucionais/ selecionar outros	Atacar a legitimidade ou uma instituição <i>taken for granted</i> Minar mecanismos institucionais

Fonte: Elaborado a partir de Battilana e D’Aunno (2009, p. 48).

Essa ênfase vai além das considerações anteriores, que tendem a focar na criação ou interrupção de instituições, Battilana e D’Aunno (2009, pp. 46-47) apresentam essas distintas dimensões da agência, afirmando que “envolvimento do ator com a realidade social, através da interação do hábito, imaginação e julgamento, reproduzem e transformam as estruturas do ambiente”, descritas a seguir:

- a) A agência iterativa, a qual se refere a decisões seletivas a um baixo nível de reflexão consciente, orientadas pelos padrões passados de pensamento e ação. Os atores reconhecem, localizam, implementam ou alteram as suas atividades, por exemplo a escolha de uma prática institucionalizada sobre outra;

- b) A agência de avaliação prática, refere-se a ações autoconscientes para reforçar ou alterar instituições às demandas do presente; corresponde à capacidade dos atores quanto a julgamentos práticos e normativos entre as possíveis trajetórias de ação, em resposta a demandas emergentes, dilemas e ambiguidades de situações. Como o exemplo, usar a bricolagem para reunir elementos de diferentes sistemas institucionalizados para novas finalidades;
- c) A agência projetiva refere-se a ações destinadas a reimaginar, teorizar o terreno institucional do futuro, essa forma de agência sugere que os atores sociais negociam suas trajetórias futuras para ultrapassar desafios de lógicas institucionais *taken for granted*, em que os hábitos não resolvem. Engloba uma geração imaginativa das ações, em que estruturas e ação são criativamente recriadas para refletir as esperanças, medos e desejos dos atores para o futuro.

Os autores supracitados ressaltam que os trabalhos empíricos podem evidenciar que alguns tipos de agência são mais prováveis do que outros para promover um tipo particular de trabalho institucional. A exemplo da agência iterativa, sendo objetivamente orientada pelo passado, é menos provável do que a avaliação prática ou agência projetiva em promover práticas que criam ou interrompem instituições. Em contraste, a agência projetiva, que é orientada para o futuro, pode ser um forte preditor dos esforços individuais para criar novas instituições.

Em resumo, os autores conceituam a agência como “um processo temporariamente incorporado no engajamento social, informado pelo passado (em seu aspecto habitual), mas também orientado para o futuro (como capacidade de imaginar possibilidades alternativas) e para o presente (como capacidade de contextualizar hábitos passados e projetos futuros dentro das contingências do momento)” (p. 47).

Essa visão da agência discutida acima se apresenta como um campo relevante e fértil, porque enfatiza que os indivíduos são capazes de diferentes tipos e níveis de consciência, reflexividade, sob diferentes orientações temporais, que resulta em trabalhos institucionais. Dependendo das situações, essas dimensões de agência atuam em separado, ou em dominação sobre outras (Battilana & D’Aunno, 2009).

2.2.2.3. Conflitos nos estudos sobre trabalho institucional

Lawrence, Leca e Zilber (2013) pontuam três questões negligenciadas nos estudos do trabalho institucional, a serem desenvolvidos nas pesquisas acadêmicas:

- a) O foco extensivo na prática do trabalho institucional, omitindo o fracasso ou sucesso desses esforços na formação de instituições, não evidenciando as consequências significativas, mas não-intencionais. Ademais, os autores relatam que os efeitos pretendidos (intencionais) baseiam-se em dados com séries retrospectivas, incorporados em entrevistas e dados documentais. Essa estratégia metodológica limita a capacidade de abordagem e compreensão das irregulares práticas cotidianas do trabalho institucional. Os autores apresentam que essas limitações são superadas com a estratégia etnográfica no artigo de Raviola e Norbäck (2013), permitindo capturar o trabalho institucional na ação social in vivo realizadas nas atividades diárias.
- b) Questionar a habilidade dos atores sociais em manipular o ambiente institucional, o que evoca uma subestimação da compreensão dos esforços cognitivos e emocionais necessários para que os atores obtenham consciência reflexiva e se envolvam no trabalho para manter, interromper e criar instituições. Na visão dos autores, as pesquisas sobre o trabalho institucional costumam incluir qualquer ação com efeitos institucionais; assim advertem que a recomendação de Lawrence e Suddaby (2006) e em Lawrence et al. (2009) a ação enfatiza originalmente a finalidade reflexiva como uma característica definidora do trabalho institucional. Todavia, sobre essa característica reflexiva Zilber (2013) afirma que é difícil de se capturar de forma empírica e conceitual. Ao contrário, os autores sugerem não abandonar a reflexividade, mas investigar empiricamente como essa reflexividade é desenvolvida.
- c) A terceira linha de argumentação se baseia em Dover e Lawrence (2010) e em Munir, (2011), os quais advogam que, para a pesquisa sobre o trabalho institucional e a teoria institucional cingirem além da comunidade acadêmica, há a necessidade de se conectarem as questões práticas para que esse núcleo de pesquisa aumente sua relevância prática.

Alguns estudos sobre o trabalho institucional se concentraram em como ocorre o trabalho institucional, na identificação dos tipos de trabalho que os atores realizam e suas ações deliberadas; entretanto, postula-se que as práticas são emergentes e recursivas (Smets &

Jarzabkowski, 2013), e mais precisamente, o enfoque do trabalho institucional é na ação e não nos seus resultados. O estudo do trabalho institucional, com foco em atores e seus esforços cotidianos, é especialmente adequado e potencialmente frutífero.

2.3. CAMPO DO ENSINO SUPERIOR

Nesta sessão será apresentado o panorama geral referente ao ensino superior brasileiro, o que constitui o Sistema Nacional de Pós-Graduação, os órgãos legal regulativo do ambiente educacional e o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação.

2.3.1. Contexto brasileiro ensino superior

As políticas públicas do Ministério da Educação, órgão da administração federal direta responsável pelo ensino, vislumbram a ampliação e democratização do acesso a educação superior de qualidade, atribuindo às universidades um alto fator de impacto no desenvolvimento econômico e social do país (Ministério da Educação, 2015).

Especificamente nos programas de pós-graduações, na qual é o foco desse estudo, a CAPES (2016) os definem como um “conjunto formado pelos cursos de mestrado e/ou doutorado acadêmicos ou de mestrado profissional de uma Instituição de Ensino Superior – IES atuante numa mesma área do conhecimento” (p. 6).

A definição constitucional da pós-graduação no Brasil, seus níveis e finalidades, foi registrado pelo Ministério da Educação (antigo Conselho Federal de Educação) no ano 1965 com o Parecer n° 977 ou Parecer Sucupira, cujo relator fora o Prof. Newton Sucupira. O documento regulamentou as principais características e formalizou a implantação da pós-graduação brasileira aproximando-a do modelo norte-americano, reconhecido pela elaboração de estudos avançados, regulares, com enfoque a um nível de ensino superior.

Segundo o Parecer Sucupira, o modelo brasileiro se orientou nas seguintes características do sistema da pós-graduação norte-americana, a sistemática de créditos com flexibilidade, duração variável, exames de qualificação, domínio em língua estrangeira, participação em eventos científicos, acompanhamento dos estudos e pesquisas por um orientador e a exigência da dissertação para o mestrado e a tese para o doutorado. A estrutura hierárquica “equivalente aos de *master* e *doctor*” (p. 68), instanciam um nível de ensino além do bacharelado, diferenciando o mestrado do doutorado, e transformando o mestrado em

competência científica quase que inegável para a inscrição, mas não obrigatoriamente um pré-requisito para o doutorado.

Assim, o início da pós-graduação foi marcado pela diligência do Estado ao progresso da ciência, e a busca de referências internacionais de conhecimento, para preconizar o desenvolvimento científico e a autonomia nacional, consagrando-se uma universidade moderna, cúpula dos estudos, um sistema especial de cursos exigidos pelas condições de pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado, como destaca Cury (2005, pp. 17-18). O mesmo autor concorda que essa interpretação permanece até a atualidade em um “sistema de autorização, credenciamento conduzido por pares, um sistema de financiamento (constante e oscilante ao mesmo tempo) e uma sistemática de bolsas para o mestrado e doutorado” (p. 18).

Em termos históricos, o ensino superior brasileiro que teve suas origens na década de 1930, acompanhou um considerável crescimento apenas décadas após a sua instauração, segundo Balbachevsky (2005), os programas de pós-graduação receberam maior atenção no início da década de 1970, com políticas de apoio ao desenvolvimento científico tecnológico, estabelecendo alianças entre as lideranças científicas nacionais e o setor nacionalista das forças armadas. Em cenário complementar na época estava ocorrendo o chamado “Milagre Econômico”, marcado por um período de expansão do desenvolvimento econômico brasileiro. A aliança dos grupos aspiravam a construção da ciência básica como um instrumento crucial para o desenvolvimento econômico do país, garantindo a ascensão das tecnologias, informática, e a energia nuclear. Além disso, para alcançar esse ritmo foi necessário incentivar a formação acadêmica através de novas parcerias com instituições de educação estrangeiras para fortalecer e capacitar a docência da pós-graduação brasileira. Em conjunto, estabeleceram-se fundos de investimento para acompanhar essa demanda crescente, inicialmente com o suporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e posteriormente a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O ímpeto do desenvolvimento tecnológico em fortalecimento das universidades brasileiras, de acordo com o autor vislumbrou a carência no apoio da iniciativa privada, pois essas a consideravam um investimento de alto risco e as fortes políticas governamentais protecionistas contra importações desestimulavam o investimento. Visando contornar essa escassez, as agências de fomento criaram um linha direta de suporte aos pesquisadores. A estratégia garantia que os recursos fossem de imediato destinados aos programas, o fortalecendo, entretanto se originou um cenário em que as universidades pouco se beneficiavam

dos novos investimentos, a exemplo, programas de pós-graduações de renome e bem equipados e departamentos empobrecidos.

O desenvolvimento da pós-graduação brasileira suscitou a denominada Teoria do Capital Humano, na qual a educação era um investimento racional e altamente produtivo, não só para os indivíduos mas para a sociedade como um todo (Schwartzman, 1984).

Diante deste cenário de desenvolvimento e com apoio a pós-graduação atingiu um contínuo crescimento em números de cursos, evidenciado na Tabela 1. Foi observado nos últimos dez anos aproximadamente, um aumento de 65% nos cursos de mestrado, 87% de doutorado. Nesse sentido, há um sistema mais complexo que segue as tendências mundiais.

Tabela 1 - Distribuição do Número de Cursos na Pós-Graduação Brasileira.

Anos	2007	2010	% Ac.	2013	% Ac.	2017	% Ac.
Programas	2.256	2.718	20	3.337	48	4.175	85
Cursos							
Mestrado	2.061	2.436	18	2.893	40	3.398	65
Doutorado	1.177	1.420	21	1.792	52	2.202	87
Mestrado Profissional	156	243	56	397	154	703	351

Fonte: Elaborado a partir da Avaliação Quadrienal em Números, CAPES (2018).

A expansão acelerada do sistema de ensino superior consolidou a estabilidade de um sistema robusto e ambicioso, e servir a legitimidade do sistema junto as agências financiadoras de ciência e tecnologia (Castro & Soares, 1986).

Acompanhando o crescimento dos números de cursos de pós-graduação também aumentaram os mecanismos de avaliação, tornando-se mais complexos e passando a cobrir mais critérios e dimensões. Em que anteriormente era uma avaliação mantida em sigilo, com exceção da divulgação do resultado dos cursos com nota máxima.

A busca pela qualidade dos programas de pós-graduação era um fator crítico, visto que faltava mecanismos adequados com informações de reconhecimento da qualidade de seu trabalho coletivo era uma questão crítica (Balbachevsky, 2005).

Em termos de produção científica o Brasil ocupa a 13ª posição em nível mundial, segundo o *Research in Brazil* (Cross, Thomson & Sinclair, 2018) pesquisa encomendada pela CAPES e realizada na base de dados multidisciplinar *Web of Science*.

O relatório evidenciou significativa melhora do desempenho da pesquisa científica em setores específicos que receberam investimento. O financiamento público para pesquisa e desenvolvimento, 60% é destinado às pesquisas do ensino superior, e os principais beneficiários

são os setores de agricultura (10%), tecnologia industrial (6%) e saúde (5%). A pesquisa também evidencia que são esses os setores com a maior produção científica.

Um outro indicador utilizado no relatório se refere ao fator de impacto de citação ponderado normalizada, calculado a partir da contagem média que um publicação científica (*paper*) recebe citações. Tradicionalmente o impacto da citação do Brasil é abaixo da média mundial, mas revelou um aumento ano-a-ano de 0,73 em 2011 para 0,86 em 2016, representando um avanço de 18%. Se essa tendência for mantida, espera-se em 2021, o Brasil atingirá a média global de 1,0. Destaca-se que o Brasil atualmente produz artigos altamente citado entre os top 1% e 10% das publicações científicas mais citadas mundialmente (*papers* com impacto médio de citação maior ou igual a 4,0).

Incentivando a colaboração intersetorial, a indústria doméstica e a academia, teria um benefício econômico no desenvolvimento de alta tecnologia manufatureira, o que já é foco da política científica do governo.

No contexto brasileiro do ensino superior o órgão responsável por regulamentar as políticas públicas sobre o ensino e subsidiário ao Ministério da Educação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sendo de acordo com a Portaria nº 105 de 25 de maio do Ministério da Educação (2017) lhe são atribuídas às funções de “formulação de políticas e no desenvolvimento de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País”(p. 12).

A CAPES foi instituída em 11 de julho de 1951 com o Decreto nº 29.741 com o objetivo de regular a formação e qualificação de pessoal especializado para subsidiar as demandas públicas e privadas que visam o desenvolvimento do país.

Com a homologação da Lei nº 11.502/2007 institui-se o novo plano para a CAPES, que além de coordenar o Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro passa também a fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Nesse processo de reformulação das políticas consolida-se as seguintes competências das atividades da CAPES:

- a) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- b) acesso e divulgação da produção científica;
- c) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- d) promoção da cooperação científica internacional;
- e) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância

Os planos de desenvolvimento nacional expande-se rapidamente e a CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação

Stricto Sensu em 1981, pelo Decreto n° 86.791, na qual são traçadas metas, desafios e as projeções futuras dos desenvolvimento do ensino superior. E se atribui como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura, junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, responsável por elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior (CAPES, 2018a).

No Brasil, o Sistema Nacional de Pós-Graduação é o principal responsável pela produção de conhecimento científico e a formação de profissionais, a geração de conhecimento precisa ser avaliada constantemente avaliada particularmente quanto a sua qualidade. Tendo como objetivos principais:

- a) formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino;
- b) formação de recursos humanos qualificados para o mercado não acadêmico; e
- c) fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação.

Sguissardi (2006) discute sobre as pretensões das políticas de pós-graduação nacional com o modelo CAPES de avaliação, sobre a natureza como um reforma educacional e de diagnóstico ou um instrumento de regulação e controle para alcançar acreditação nacional e internacional. Na mesma linha crítica, questiona as atribuições do órgão governamental em financiar, regular, controlar, e validade legal dos títulos, e as consequências de se avaliar em um modelo “quantitativista da produção científica em detrimento da formação “integral” do pós-graduando?” (p. 51).

2.3.2. Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES

Em 1976 o Ministério da Educação designou a agência responsável por gerir as bolsa para estudantes de pós-graduação CAPES, para organizar o primeiro processo de avaliação dos programas de pós-graduação. Tal descrição envolve as ações e programas característicos da avaliação enquanto modelo regulatório, caracterizando os objetivos da avaliação CAPES (2018b) em:

- a) certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa); e
- b) identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.

A avaliação é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país. Assim a CAPES busca assegurar-se que os processos são conduzidos com base nos seguintes fundamentos:

- a) reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares;
- b) critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo; e
- c) transparência: ampla divulgação das decisões, ações e resultados.

A apreciação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) ocorre por meio de dados consolidados na avaliação periódica da CAPES referente à entrada e permanência dos cursos de pós-graduações *stricto sensu* de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO).

A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* foi iniciada em 1976, sendo um sistema de exame periódico a fim de validar a qualidade acadêmica em funcionamento no país. Os resultados influem na escolha dos estudantes por futuros programas e nas políticas das agência de fomento científico nacional e internacional que se baseiam nas notas dos cursos na avaliação. Dados quantitativas e qualitativos são gerados para cumprir com as atribuições de estimular o desenvolvimento da pós-graduação.

Com intuito de sistematizar as atividades de avaliação, os cursos se dividem em dois níveis, sendo Nível 1, os colégios (colégio de ciências da vida; colégio de ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar; e colégio de humanidades), distribuídos no Nível 2, em nove (9) grandes áreas de estudo, sendo: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Multidisciplinar; Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. Perfazendo 49 áreas de avaliação, e 4.175 programas avaliados, número vigente da última Avaliação Quadrienal 2017 (CAPES, 2017a).

Figura 9 - Colégios e Áreas de Avaliação.

(continua)

Nível 1: COLÉGIOS	Nível 2: GRANDES ÁREAS
Ciências da vida	<p>Ciências Agrárias: Ciência de Alimentos; Ciências Agrárias I; Medicina Veterinária; e Zootecnia/Recursos Pesqueiros.</p> <p>Ciências Biológicas: Biodiversidade; Ciências Biológicas I; Ciências Biológicas II; e Ciências Biológicas III.</p> <p>Ciências da Saúde: Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Medicina I; Medicina II; Medicina III; Nutrição; Odontologia; e Saúde Coletiva.</p>

Figura 9 - Colégios e Áreas de Avaliação.

(continuação)

Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	<p>Ciências Exatas e da Terra: Astronomia/Física; Ciência da Computação; Geociências; Matemática/Probabilidade e Estatística; e Química.</p> <p>Engenharias: Engenharias I; Engenharias II; Engenharias III; e Engenharias IV.</p> <p>Multidisciplinar: Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ensino; Interdisciplinar; e Materiais.</p>
Humanidades	<p>Ciências Humanas: Arqueologia; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciência da Religião e Teologia; Educação; Filosofia; Geografia; História; Psicologia; e Sociologia.</p> <p>Ciências Sociais Aplicadas: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Comunicação e Informação; Direito; Economia; Planejamento Urbano e Regional/Demografia; e Serviço Social.</p> <p>Linguística, Letras e Artes: Artes; e Linguística e Literatura.</p>

Fonte: Elaborado a partir do site CAPES sobre as áreas de avaliação CAPES (2018b).

A seguir se discutirá os mecanismos utilizados pela CAPES para a obtenção das informações acerca dos programas de pós-graduação, a coleta de dados, o julgamento por pares, os critérios, prioridades e o resultado do parecer final.

O processo avaliativo acontece em dois momentos, anualmente os cursos de pós-graduação alimentam a Plataforma Sucupira, o método de coleta informatizada de dados da CAPES, com dados sobre o seu desempenho, que irão posteriormente subsidiar a avaliação periódica da CAPES, sendo neste momento estabelecido um acompanhamento e eventualmente superar problemas em que os programas estejam enfrentando, antes da Avaliação Quadrienal subsequente.

Em um segundo momento a comissão da CAPES analisa o período avaliativo, que a partir de 2017 foi alterado para um quadriênio, um ano a mais do que a avaliação anterior referente aos triênios. Conforme comunicado de dezembro de 2014 em que alterou o período avaliativo em observância a quadriênios, a primeira avaliação em março de 2017 que englobou os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Os programas enviam os dados primários online através do preenchimento da Plataforma Sucupira, a atualização de dados é feita anualmente com, dados cadastrais, proposta do programa, financiadores, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, disciplinas, turmas, relação de professores, alunos, participantes externos, trabalhos de conclusão, produção intelectual, publicações mais relevantes e fluxo de discentes. Esses procedimentos computadorizados melhoram a qualidade da informação e reduzem exigências de trabalho dos programas (Castro & Soares, 1986, p.176).

A configuração do Coleta de Dados/Acompanhamento do Envio de Dados, acompanhamento anual e de subsequente avaliação por períodos abrange dois processos conduzidos por comissões selecionados especificamente para o processo. Ambos os processos seguem um alicerce sistemático de conjuntos de quesitos pré-estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior.

Os membros da comissão são divididos em duplas por subárea de conhecimento, respeitando a distribuição fora da mesma região geográfica em que atuam, e a preferência pela composição da dupla com um consultor que já participou de processos de avaliação anteriores e um novato. Os pares analisam os dados quantitativos advindos da Plataforma Sucupira e visando minimizar incoerências e possíveis erros, os pareceres são corrigidos e relidos mais de um vez. Os programas que tiveram a nota alterada foram novamente avaliados por outros pares de consultores. Os pareceres dos programas elegíveis para o conceito 6 e 7 foram discutidos em reuniões plenárias e posteriormente uma nova análise da comissão de conferência e finalização.

Um sistema informatizado de coleta de dados, além realiza análises e avaliações a serem utilizadas na base da SNPG. Detém os princípios de transparência das informações, processos e procedimentos em que a CAPES realiza no SNPG. Com intuito de facilitar o acompanhamento da avaliação, maior precisão, segurança das informações, controle gerencial mais eficiente por meio de relatórios, e garantir a simplicidade no processo de coleta/envio das informações.

2.3.3. Instrumentos do processo de avaliação CAPES

O diretor de Avaliação da Capes, Arlindo Philippi Jr, afirma o respaldo do processo avaliativo e o reconhecimento internacional “é fundado no reconhecimento e na confiabilidade do trabalho realizado pelos pares acadêmicos, verdadeiros atores do processo. Por isso, também é fundamento o estabelecimento periódico de critérios pela comunidade acadêmica e a preparação de subsídios ao fomento e políticas públicas”, são realizados Seminários de Acompanhamento de Meio Termo como uma oportunidade para o aprimoramento dos cursos a própria avaliação, além da análise de cada área. Após as discussões, cada área produzirá um relatório que representará a situação atual de sua área de avaliação nos respectivos anos.

Os resultados da Avaliação Quadrienal são apresentados em fichas de avaliação por programa disponíveis no site oficial da Plataforma Sucupira, CAPES Manual Sucupira (2016). O site também disponibiliza relatórios que subsidiam a Avaliação Quadrienal (Portaria nº 59, 2017), sendo os seguintes instrumentos:

- a) Documento de Área: elaborados pela respectiva área de avaliação e aprovados pelo CTC-ES, os quais fundamentam a avaliação dos programas, com critérios e parâmetros a serem adotados. O “Documento de Área” contém o detalhamento de todos os quesitos e itens das Fichas de Avaliação de Programas Acadêmicos e Profissionais, incluindo Programas Acadêmicos em Rede.
- b) Módulo Ficha de Avaliação na Plataforma Sucupira: O módulo reflete todos os quesitos e itens que constam na Ficha de Avaliação com os pesos definidos nos “Documentos de Área”. A partir da inserção de um conceito em cada item, o sistema calcula automaticamente a tendência do conceito do quesito, que poderá ou não ser aceito pelo consultor, mediante justificativa. Após a inserção de todos os conceitos dos quesitos, o avaliador atribuirá uma nota de 1 a 7 a cada programa de pós-graduação.
- c) Relatórios de programas: contém as informações apresentadas pelos programas nas Coletas de Dados referentes aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.
- d) Planilhas Específicas de Indicadores – contém indicadores consolidados sobre o desempenho dos programas nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.
- e) Relatórios e Planilhas de Trabalho dos Resultados Propostos pela Comissão: um recurso auxiliar elaborado pelas Comissões a partir de dados fornecidos pela DAV e/ou pelos programas de pós-graduação, a qualquer momento do processo.
- f) Painel de Indicadores: informações estatísticas sobre o desempenho dos programas nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, consolidados em dados e informações em formato de tabelas e gráficos.

A avaliação se confere de critérios e pesos aprovados pelo Conselho Técnico Científico (CTC), sendo: 1: Proposta do Programa (sem valoração), 2: Corpo Docente (peso 20%), 3: Corpo Discente, teses e dissertações, (peso 30%), 4: Produção Intelectual (peso 40%) e 5: Inserção Social (peso 10%).

Um conjunto de princípios que conceitualmente permitem discriminar e reconhecer o grau de maturidade e inserção nacional e internacional dos programas de pós-graduação.

Através dos meios de colaborações internacionais entre cooperação e fomento, estimular o intercâmbio de alunos e docentes, a produção científica no cenário internacional por meio da avaliação do fator de impacto das publicações, participação em comitês, diretorias, sociedades e programas do exterior, como também prêmios e reconhecimento de destaque em nível internacional.

Nesse sentido, a avaliação da proposta do programa tem considerável relevância, devendo se apresentar com caráter inovador, coerência com os objetivos preestabelecidos, adequação das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, preconizar a qualidade das disciplinas ofertadas, e demais fatores que influenciem na formação de excelência dos discentes. O conjunto de cada critério e o seu peso limitam a nota atribuída ao programa:

- a) privilegiar a qualidade da produção, estimada inicialmente pela qualidade dos periódicos conforme aferida pelo Fator de Impacto (FI) e índice H;
- b) verificar a inserção adequada dos Discentes e Egressos no processo de produção científica total e de qualidade; e
- c) indicar a necessidade de redução de heterogeneidades.

Figura 10 – Critérios e Ficha de Avaliação.

(continua)

Critérios e Ficha de Avaliação	
Critérios	Peso
1. Proposta do programa	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	1.1 + 1.2 maior ou igual a 60%
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	1.1 + 1.2 maior ou igual a 60%
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	1.3 maior ou igual a 5%
2. Corpo Docente	
	10, 15 ou 20%
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	2.1 maior ou igual a 10%
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	2.2 maior ou igual a 20% (2.2 + 2.3 maior ou igual a 60%)
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	2.3 maior ou igual a 30% (2.2 + 2.3 maior ou igual a 60%)
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	2.4 maior ou igual a 10%

Figura 10 – Critérios e Ficha de Avaliação.

		<i>(continuação)</i>
3. Corpo discente, teses e dissertações		30 ou 35%
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.		3.1 + 3.2 + 3.4 maior ou igual a 40% (3.1 maior ou igual a 10%)
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes dos programas.		3.1 + 3.2 + 3.4 maior ou igual a 40% (3.2 maior ou igual a 10%)
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação da área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.		maior ou igual a 30 %
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestre e doutores e percentual de bolsistas titulados.		3.1 + 3.2 + 3.4 maior ou igual a 40%
4. Produção intelectual		35 ou 40%
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.		4.1 + 4.4 maior ou igual a 40
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.		4.2 maior ou igual a 30
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.		4.3 maior ou igual a 5
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.		4.1 + 4.4 maior ou igual a 40 (4.1 maior ou igual a 4.4)
5. Inserção social		10, 15 ou 20%
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa		5.1 maior ou igual a 15%
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionadas a área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.		5.2 maior ou igual a 20%
5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.		15 a 20%

Fonte: Elaborado a partir das Fichas de Avaliação do Regulamento da Avaliação Quadrienal (Portaria nº59, 2017).

Os programas avaliados receberam uma nota final na escala de 1 a 7, sendo respectivamente os conceitos atribuídos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente) a cada critério da Ficha de Avaliação, observadas os seguintes critérios mínimos da CAPES, (2018c):

- a) Nota 7 (MUITO BOM em todos os quesitos e subitens dos quesitos): forte inserção internacional; indicadores de produção intelectual superiores aos exigidos para o nível 6; apresentar percentual $(A1+A2)/total$ de artigos publicados maior ou igual a 43%, além disso, possuir um percentual de artigos $(A1+A2+B1)/total$ de artigos publicados maior ou igual a 75%, e $\geq 1,5$ titulados (equivalente dissertação) pelo programa/DP/ano;

- b) Nota 6 (MUITO BOM em todos os quesitos): ter inserção internacional; indicadores de produção intelectual superiores aos exigidos para o nível 5; percentual de artigos $(A1+A2+B1)/\text{total de artigos publicados maior ou igual a } 60\%$, e $\geq 1,2$ titulados (equivalente dissertação) pelo programa /DP/ano;
- c) Nota 5 (MUITO BOM em pelo menos 4/5 quesitos existentes, entre os quais terão que figurar necessariamente os quesitos 3 e 4): proposta Muito Boa; $\geq 1,85$ Artigos em periódicos Qualis A1, A2 e B1/DP/ano; $\geq 1,85$ Artigos equivalente A1 em periódicos do Qualis/DP/ano; $\geq 90\%$ dos DP com produção $\geq 0,70$ equivalente A1/ano; $\geq 1,0$ titulado (equivalente dissertação) pelo programa /DP/ano;
- d) Nota 4 (tendência dominante dos quesitos BOM, BOM necessariamente nos quesitos 3 e 4): proposta boa; $\geq 1,0$ Artigos em periódicos Qualis A1, A2 e B1/DP/ano; $\geq 1,2$ Artigo equivalente A1 em periódicos do Qualis/DP/ano; $\geq 80\%$ dos DP com produção $\geq 0,70$ equivalente A1/ano; $\geq 0,7$ titulado (equivalente dissertação) pelo programa /DP.ano;
- e) Nota 3 (tendência dominante dos quesitos BOM): proposta regular; $\geq 0,56$ Artigos em periódicos Qualis A1, A2 e B1/DP/ano; $\geq 0,6$ Artigo equivalente A1 em periódicos do Qualis/DP/ano; $\geq 70\%$ dos DP com produção $\geq 0,70$ equivalente A1/ano; $\geq 0,4$ titulado (equivalente dissertação) pelo programa /DP/ano;
- f) Nota 2 (tendência dominante dos quesitos REGULAR): proposta fraca; produção científica média anual do corpo DP; $< 0,56$ Artigos em periódicos Qualis A1, A2 e B1/DP/ano; $< 0,60$ artigo equivalente A1 em periódicos do Qualis/DP; $< 0,4$ titulado (equivalente dissertação) pelo programa /DP.ano; Fraca distribuição da produção científica entre os docentes.

Especificamente as recomendações para programas nota 6 e 7, são alguns critérios adicionais além da produção superior e inserção internacional, ressaltasse o desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, solidariedade acadêmica com programas não consolidados ou com países que apresentam menor desenvolvimento na área, e a nucleação de novos programas no país ou no exterior. Cada documento de área descreve as considerações e definições sobre a internacionalização no seu respectivo âmbito, por exemplo, número de publicação científica qualificada, publicação em colaboração estrangeiras, fator H no CV dos docentes permanentes, liderança científica e política do corpo docente, liderança tecnológica do corpo docente, e prêmios e distinções recebidos pelo corpo docente e discente.

Além disso, destaca-se que a pontuação 3 corresponde ao padrão mínimo de qualidade para permanência no SNPG.

O ranqueamento desses programas segundo o critério de produção científica seguem uma ordem decrescente, o percentual $(A1+A2)/\text{total de artigos publicados}$ e $(A1+A2+B1)/\text{total de artigos publicados}$. A nota 7 inclui os programas com o percentual maior ou igual a 43% referente a $(A1+A2)/\text{total de artigos publicados}$ e maior ou igual a 75% de $(A1+A2+B1)/\text{total de artigos publicados}$. Sendo que os programas com conceito 6 são ranqueados com base no percentual maior ou igual a 60% de $(A1+A2+B1)/\text{total de artigos publicados}$.

Para compor o resultado, utiliza-se uma tabela de equivalência de publicação para artigos publicados em outros periódicos além do A1, conforme segue:

Tabela 2 – *Classificação Equivalência Artigo Qualis A1.*

Classificação do Artigo no Qualis da Área	Equivalência: (em Artigo Equivalente A1)
A1	1,00
A2	0,85
B1	0,70
B2	0,55
B3	0,40
B4	0,25
B5	0,10

Fonte: Elaborado a partir das Fichas de Avaliação do site da Plataforma Sucupira, CAPES (2018c).

2.3.4. Rankings de medidas de eficiência

O desempenho operacional é medido pelo uso de medidas de eficiência, tornando acessível as comparações sobre as informações de processos e resultados alcançadas. Como esses indicadores interagem, ao ponto em que exercem influência e os tipos de práticas organizacionais que produzem, e como esses indicadores podem afetar a governança das organizações, são discussões que continuam negligenciadas (Wallenburg et al., 2016).

Ao analisar as práticas para o controle de medidas de eficiência, retoma-se a perspectiva do trabalho institucional, em envolver as ações que os atores realizam para manter, interromper ou criar arranjos institucionais (Lawrence & Suddaby, 2006). E ao exercer essa agência, se destaca a consciência ou inconsciência, habilidades e reflexividade dos atores individuais ou coletivos, ou a questão da intencionalidade dos atores (Lawrence et al., 2013; Lawrence et al., 2011), que está além do domínio individual. Smets e Jarzabkowski (2013) argumentam que a intencionalidade dos atores não deve ser rotulada em um sentido estrito

do trabalho institucional como ação intencional, mas sim como a realização emergente de seu trabalho prático.

Essa abordagem justifica a compreensão de como ocorre dentro da prática desordenada o “fazer” do trabalho institucional, em meio a ação estratégica de múltiplos atores, com discursos visando o atendimento de medidas de eficiência.

Assim, a classificação de *rankings* como representação de lógicas institucionais cada vez mais presentes na gestão em saúde, *market logic* e o *managerialism* (van de Bovenkamp, Stoopendaal & Bal, 2017), há a necessidade de investigar as práticas organizacionais diárias que são promulgadas, na prática, e como essas impactam a gestão hospitalar.

Sob essa ótica, o estudo de Wallenburg et al. (2016) foi desenvolvido sobre a estratégia de uma pesquisa etnográfica, relacionando os aspectos em que os rankings e seus indicadores de desempenho influenciaram a qualidade através de políticas e práticas em três hospitais na Holanda. O estudo permitiu identificar como os indicadores definem o conteúdo, moldam a realidade e transformam os hospitais em sua própria imagem. Essa transformação envolveu o trabalho institucional, um exemplo exposto no artigo, é a atuação dos gerentes frente a uma “pontuação ruim”, esses intervêm e questionam a prática técnica profissional, buscando deliberadamente respostas aos conflitos que os rankings evocam. Os médicos especialistas, por sua vez, priorizam indicadores, pois sabem perfeitamente que eles não podem ignorá-los todos juntos, chamando a atenção dos gerentes para os indicadores que são mais relevantes a si próprios. Através destas (re) negociações, as rotinas clínicas, práticas profissionais e de gestão são remodeladas.

3. METODOLOGIA

Nessa seção será apresentada a caracterização metodológica que delinea a compreensão do fenômeno estudado nessa dissertação, relativo à configuração das lógicas institucionais científica, gerencial, estado, e sua influência com a configuração da avaliação periódica da CAPES.

A pesquisa foi conduzida a partir de construções simbólicas entre lógicas institucionais, práticas e identidades, ao nível microssocial da pós-graduação, sendo desenvolvidos esforços sistemáticos sobre a estratégia da pesquisa qualitativa, ao ponto em que, empregar métodos qualitativos é o âmago para a compreensão da estrutura de significação das lógicas em ação, multimétodos são recomendáveis, entre eles a triangulações dos dados como afirmam Thornton et al. (2012) que pontuam um conjunto de questionamentos fundamentado por essa óptica multimétodos:

Embora diferentes mecanismos teóricos apontam sobre como as lógicas institucionais moldam a cognição e o comportamento do nível individual, são necessárias mais pesquisas para testar a forma como estes mecanismos ligam as lógicas ao comportamento individual. Por exemplo, como as lógicas institucionais moldam o foco de atenção através de esquemas de ação (por exemplo, problemas e soluções)? Como exatamente a atenção ativa esquemas, identidades e objetivos e consequentemente influenciam as interações globais? Qual o papel do processo bottom-up versus top-down (Ocasio 2011) no desencadeamento de lógica? Quão importante é a abordagem de uma pessoa versus situação (Ross e Nisbett, 1991) para os efeitos, o funcionamento e as alterações das lógicas institucionais? Tal pesquisa de nível cruzado é necessária para ampliar nossa compreensão das influências recursivas (Powell e Colyvas 2008). Embora a maioria das pesquisas sobre micro processos se baseiam em métodos qualitativos, é importante enfatizar a utilidade e a necessidade de estratégias de pesquisa múltiplos métodos. (p. 184)⁹

Portanto, o propósito de se analisar profundamente ao nível microssocial envolve dados qualitativos que sempre acompanham uma dose de complexidade, pois ações em situações específicas que ocorrem em um dado contexto histórico, social, sofrem profundamente influência de como são interpretados, tanto do lado dos participantes como do pesquisador,

⁹ While different theoretical mechanisms are posited about how institutional logics shape cognition and behavior from the individual level and aggregate up, research is needed to further explore and test how these mechanisms link logics to individual behavior. For instance, how do institutional logics shape the focus of attention through action schemas (e.g., problems and solutions)? How exactly does attention activate schemas, identities and goals, and consequentially influence social interactions? What role does the process of bottom-up versus top-down attention (Ocasio 2011) play in the triggering of logics? How important is a person versus situational approach (Ross and Nisbett 1991) to the effects, workings, and alterations of institutional logics? Such cross-level research is needed to extend our understanding of the recursive influences (Powell and Colyvas 2008). While most research on microprocesses draws upon qualitative methods, it is important to emphasize the utility of and need for multimethod research strategies.(p.184)

necessitando assim a primazia pelo cuidado e autoconsciência do pesquisador (Miles & Huberman, 1994).

Por conseguinte, são apresentados os aspectos metodológicos adotados para responder o questionamento central definido nesta pesquisa: as perguntas que a mesma procura responder; as definições das principais categorias analíticas tratadas nesta dissertação; o design de pesquisa; os procedimentos realizados para a coleta e a análise dos dados; e as limitações da pesquisa.

3.1. APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS E CATEGORIAS OPERACIONAIS

Delimitar as definições operacionais (D.O.) e constitutivos (D.C.) (Kerlinger, 1980) tem o objetivo de definir formalmente os conceitos e o processo de operacionalização desses conceitos. As categorias de análise da presente pesquisa foram: lógicas institucionais, hibridismo de lógicas institucionais, lógica gerencial, lógica científica, lógica de estado, e respostas organizacionais.

Lógicas institucionais

D.C.: Sob a ótica de Thornton e Ocasio (1999), lógicas institucionais são “padrões históricos socialmente construídos de símbolos culturais e práticas materiais, pressuposições, valores, crenças e regras, em que os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam o tempo e o espaço, e fornecem significado a sua realidade social” (p. 804).

D.O.: A definição operacional das ramificações das lógicas institucionais desse estudo foram operacionalizadas a partir da investigação nos discursos, de articulações centrais de valores, crenças e interesses que direcionaram as práticas na operacionalização da configuração das variáveis da avaliação, através da realização de entrevistas e pesquisa documental.

Hibridismo de Lógicas Institucionais

D.C.: O hibridismo de lógicas institucionais é a associação de mais de uma lógica institucional com novas demandas, em associação sem precedentes, híbridos são por natureza áreas de contradição (Battilana & Dorado, 2010; Pache & Santos, 2013). Estudos empíricos

evidenciaram meios de solucionar os possíveis conflitos entre as lógicas: mantendo as lógicas dominantes, trocando a lógica prevalecente por uma nova; mantendo a coexistência de múltiplas lógicas, e implementando a hibridização entre as lógicas competitivas, ou seja, quando a dominante integra elementos de outras lógicas, resultando em uma nova lógica que sintetiza várias lógicas (Battilana & Dorado, 2010).

D.O.: A definição operacional das ramificações das lógicas institucionais desse estudo foram operacionalizadas a partir da investigação nos discursos, de articulações centrais de valores, crenças e interesses que direcionaram as práticas na operacionalização da configuração das variáveis da avaliação, através da realização de entrevistas e pesquisa documental.

a) Lógica institucional gerencial

D.C.: A lógica institucional gerencial a nível microssocial, é a representação da associação das lógicas ao nível macro: de mercado e burocracia; e em menor grau, a profissional, fundamentadas nas reflexões de Scott et al. (2000), Gumport (2000), Nigam e Ocasio (2010)¹⁰ e Meyer et al. (2013). Buscou-se identificar categorias de análise que refletissem o campo do ensino superior, onde combinassem visões de referência à eficiência, estabelecimento de metas estratégicas, avaliação do desempenho, racionalidade econômica, estratégia como posicionamento, concorrência e receptividade às demandas externas. Em complementar Rigby (2014), argumenta que o foco central da lógica gerencial é na liderança por instrução e alteração dos resultados desiguais através da inovação e mecanismos do setor privado, rejeita o treinamento tradicional educacional, é um modelo que dá ênfase em práticas específicas que aprimoram o desempenho dos produtos dos programas como medidas em testes de scores.

b) Lógica institucional científica

D.C.: A lógica institucional científica é representada pela lógica profissional: science logic (Dunn & Jones, 2010; Gumport, 2000; Meyer et al., 2013). Os profissionais são constantemente sujeitos a multiplicidade de lógicas pois operam em múltiplas esferas institucionais. A lógica é orientada pela noção central de busca pelo conhecimento, em que focam na qualidade da formação dos recursos humanos, envolvendo o conhecimento em procedimentos, diagnósticos e métodos inovadores para o desenvolvimento social-econômico do país. Em complementar,

¹⁰ “The field-level logic of managed care was a hybrid logic, merging societal level logics of the market, bureaucracy, and to a lesser extent, the profession”

Blaschke, Frost e Hattke (2014) argumentam os princípios da autonomia institucional, liberdade acadêmica e profissionalismo coletivo.

c) **Lógica institucional de estado**

D.C.: A lógica institucional de estado é fundamentada nos princípios da racionalização e regulamentação das atividades sociais, com valores centrais a equidade, interesse público e neutralidade. A fonte de legitimidade é a participação democrática e como fonte de autoridade a dominação burocrática (Thornton et al., 2012).

Respostas Organizacionais

D.C.: As respostas organizacionais são as escolhas estratégicas baseadas em ações dos atores sociais buscando atingir os seus objetivos (Pache & Santos, 2010). A resposta de uma organização a lógicas concorrentes é parcialmente uma função de como a lógica é dada voz dentro da organização, e essa capacidade de voz ser ouvida está ligada à influência dos defensores do nível de campo dessa lógica sobre os recursos, incluindo a legitimidade, que eles controlam (Greenwood et al., 2011).

D.O.: As respostas organizacionais foram operacionalizadas a partir da identificação das ações e discursos pelos coordenadores e professores permanentes dos programas de pós-graduação para responder as demandas e pressões ambientais das lógicas institucionais.

3.2. DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA

Tendo em vista os objetivos estabelecidos nessa pesquisa e as premissas delimitadas, esse estudo caracteriza-se como de natureza qualitativa, sendo que uma das forças desse tipo de pesquisa segundo Miles e Huberman (1994), “focam em ocorrências naturais, eventos ordinários em ambientes naturais, assim temos fortes evidências de como a ‘vida real’ é”¹¹ (p. 10). Parece, assim, complementar às reflexões de Godoy (1995) que o interesse dos pesquisadores qualitativos é sobre o processo em si, haja vista que compreender o

¹¹“focus on naturally occurring, ordinary events in natural settings, so that we have a strong handle on what ‘real life’ is like”

comportamento humano acompanha as interpretações dos seus pensamentos e ações individuais no seu ambiente natural. O que respalda as construções simbólicas pretendidas, visto que não são passíveis de serem quantificadas, tais características suprem a necessidade do problema de pesquisa abordado, onde há o interesse na compreensão de processos dinâmicos de um grupo social e particularidades no comportamento dos atores sociais.

Quanto ao objetivo de estudo, esta pesquisa é classificada como descritiva, onde se pretendeu observar, descrever e fazer interligações sem manipular os dados. Além disso, as variáveis estudadas são *ex-post-facto*, e o pesquisador não possui controle sobre as relações do fenômeno estudado. Godoy (1995) classifica o estudo de caráter descritivo, quando o objetivo é buscar o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, assim uma análise qualitativa é mais recomendada. Tais características se encaixam satisfatoriamente, quando a ideia central da dissertação recai em analisar a dinâmica entre a lógica gerencial, científica e estado, as respostas dos programas à configuração do processo avaliativo dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* adotado pelo órgão CAPES.

Assim, como unidades de análise destacam-se os programas *stricto sensu* de excelência conceito 6 e 7 (chancelados pela CAPES) de uma Instituição de Ensino Superior no Estado do Paraná, perfazendo um total de 5 programas com mestrado e doutorado acadêmico com conceito 6, no período de análise não havia programas com conceito 7 na universidade. A escolha de tais cursos admitiu como direcionamento as características abordadas na justificativa do estudo de caso, são cursos recomendados pelo seu nível de qualidade científica nacional e internacional, características essas que fornecem base a enriquecer os resultados e permitir comparações. Dentre os cursos selecionados, foram entrevistados os coordenadores (5) e professores permanentes (11). A escolha de tais profissionais se justifica do posicionamento em cargos estratégicos, sendo a coordenação, ex-coordenadores, e membros do conselho acadêmico. Mas não somente, em menor grau foram selecionados docentes que não participavam dessa representação, mas foram envolvidos profissionalmente com os comitês de avaliação, nesse sentido poderiam enriquecer a discussão proposta.

Optou-se pelo delineamento temporal de corte transversal com perspectiva longitudinal (Richardson, 2012). Babbie (2010) observa que os estudos de corte transversal envolvem observações de uma amostra referente a uma população ou fenômeno, coletados em um dado momento particular do tempo, ao contrário de estudos longitudinais que são coletados várias observações ao longo do tempo. Transversal uma vez que se pretende aplicar entrevistas aos atores sociais tal como, coordenadores e professores permanentes, a partir de uma coleta única.

Complementarmente, com perspectiva longitudinal o que de acordo com Cooper e Schindler (2003), apesar da coleta aos entrevistados se dará em um dado momento, contudo, o embasamento das questões formuladas aos participantes remetem a situações e eventos passados (Richardson, 2012), sendo que as percepções dos entrevistados não foram exclusivamente relativas apenas ao momento da coleta, mas, sobretudo, a períodos anteriores, o que caracteriza um estudo transversal com perspectiva longitudinal (Pettigrew, 1990). Essa aspiração possibilitará o desenvolvimento da pesquisa social sobre o curso do relacionamento das categorias de análise, a ascensão histórica das diferentes associações de lógicas institucionais, que se manifestam em como os atores significam a avaliação periódica da CAPES, influenciando o ambiente educacional da pós-graduação.

Apesar do acesso ao presente, os dados implicam em processos ao longo do tempo, e embora não se possa determinar uma relação causal, Babbie (2010) afirma que com cautela, os pesquisadores podem fazer conclusões aproximadas e inferências lógicas em processos ao longo do tempo, sempre que a ordem do tempo dos dados é clara, e com a aplicação de entrevistas em profundidade, validados no contexto de outros detalhes relatados. Sendo que os estudos longitudinais nem sempre são viáveis ou métodos práticos para estudar os processos que acontecem ao longo do tempo (Babbie, 2010), assim, pode-se optar pelo estudo transversal com perspectiva longitudinal.

E principalmente, de acordo com Babbie (2010), a perspectiva longitudinal é o estudo das mudanças, “a melhor maneira de se estudar as mudanças ao longo do tempo”¹², o que permitiu observar e estabelecer relações entre as práticas sociais ao longo do tempo, e como a dinâmica das lógicas institucionais gerencial, científica e estado, influenciaram as respostas dos programas a configuração da avaliação periódica CAPES no ensino superior da pós-graduação. Tal como sugere Maanen (1979), observar os símbolos, avaliar o seu significado e registrar o padrão de respostas que esses símbolos provocam e sugerem um *link* entre sinal e significado, representação e conduta, consciência e o fenômeno, sempre dependente de um *framework* interpretativo. E quando esse *framework* é firmemente aceito pela academia, pode-se estabelecer formulas analíticas e ferramentas que engajem em um estudo quantitativo.

A principal estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, segundo a definição do *Sage Dictionary*, o intuito deste é realizar uma investigação profunda de um único caso (ou mais) de um fenômeno social com uma variedade de fontes de dados (Jupp, 2006). De acordo com Yin (2001), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características

¹² “they are often the best way to study changes over time”.

holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos” (p. 21), sendo assim postula-se como uma investigação empírica com enfoque em um fenômeno em profundidade no seu contexto da vida real com uma variedade de técnicas de pesquisa (Goldenberg, 2004).

Segundo Babbie (2010), o propósito central de estudos de caso pode ser descritivo, esses estudos são particularistas, descritivos e heurísticos (Merriam, 1998), se propõe um embasamento para uma estrutura conceitual sobre o fenômeno estudado. Assim, esses estudos são norteados por uma lacuna teórica, não por generalizações já estabelecidas ou hipotetizadas, ou pelo desejo de formular hipóteses gerais, indiferentemente qual área de pesquisa, a descrição básica do assunto a ser estudado vem antes da hipótese ou testes teóricos (Merriam, 1998).

Portanto, leva-se a percepção de que essa estratégia satisfaz o propósito dessa investigação empírica da atuação do hibridismo de lógicas institucionais, seguindo a recomendação da profundidade da análise e o rigor científico, de modo a possibilitar um maior conhecimento da organização e os esquemas teóricos explicativos, do que ocorre na observância das variáveis de avaliação CAPES a como relatórios de recomendações, característicos da área educacional. Assim foram selecionados os cursos recomendados pelo órgão CAPES na última avaliação quadrienal realizada em 2017, a avaliação abrangeu o período de análise de 2013, 2014, 2015 e 2016, classificando 5 programas de pós-graduação como ditos de excelência, na respectiva Instituição de Ensino Superior no Estado do Paraná.

De acordo com Jupp (2006) e Yin (2001) a seleção do caso é um fator crucial para o sucesso do caso, o critério de seleção justifica-se pelo fato de o caso específico possuir condições propícias à análise, uma vez que trata de um dos maiores complexos do ensino superior do país, fundado há mais de quatro décadas no qual permanece sólido, fazendo alusão à sobrevivência de novas introduções e mudança no campo do ensino superior, por fim considera-se um caso revelador. Trata-se assim dentro desse contexto conhecer esse fenômeno social e não a sua frequência (Yin, 2001), tendo julgado apropriado o estudo de caso único na pós-graduação de uma instituição pública de ensino superior. O que, Goldenberg (2004) sugere ser possível gerar conhecimento a respeito de um fenômeno a partir da exploração intensa de um único caso.

As amostras qualitativas tendem a ser intencionais e não aleatórias, sendo porque a definição inicial do universo é mais limitada e em parte porque a seleção aleatória de vários casos dos processos sociais podem reduzir a interpretação ou tendenciar os resultados (Miles & Huberman, 1994). Nesse sentido levanta-se o questionamento do julgamento do caso e sua relevância conceitual, nesse estudo interessa a investigação do funcionamento de um processo,

a atuação do hibridismo de lógicas institucionais às respostas organizacionais dos programas a avaliação periódica CAPES a que estão submetidos, e admite se que é “irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*” (Goldenberg, 2004, p. 51).

De acordo com Bechhofer e Paterson (2000), quanto mais um estudo avança ao descobrir um processo, mais desvenda o porquê alguma mudança foi mais efetiva. Dessa forma, se aproxima em construir ou desenvolver a teoria, e mais provável que se possa aplicar em outros lugares, a uma regra mais geral. E assim, assume-se que alguns aspectos serão mantidos, na qual o autor adverte, de não saber ao certo quais são.

3.3. FONTE E COLETA DE DADOS

A pesquisa qualitativa emprega diferentes estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados (Hallen & Eisenhardt, 2012; Yin, 2001). Segundo Creswell (2007), a estratégia escolhida irá orientar os procedimentos a serem seguidos.

Seguindo uma pesquisa interpretativista e seus conceitos, admite-se que o pesquisador não é indissociável da neutralidade dos fatos (Chizzotti, 1991), ele é parte integrante do processo investigativo, sendo assim a sua visão não pode ser excluída do processo. Assim, deve-se utilizar de múltiplas ferramentas, ou seja, a triangulação dos dados para dar mais vozes à pesquisa. Nesse sentido, esse estudo se baseia em alguns princípios de Klein e Myers (1999) e Pozzebon (2004) visando a qualidade da pesquisa interpretativista:

- a) Contextualização: a compreensão do cenário social e histórico é fundamental para a compressão da ocorrência do fenômeno, para Giddens (2003) o contexto e ação são fatores intrinsecamente interligados, a prática é o produto da realidade em que estão imersas e essas dão forma ao contexto. Essa noção de recursividade entre estruturas e práticas sociais se fundamenta na agência dos atores e organizações em influenciar o ambiente institucional em que estão imersos (Machado-da-Silva, Fonseca & Crubellate, 2010);
- b) Autenticidade: o envolvimento desse estudo de caso representa múltiplos métodos de coleta de dados, dentre as entrevistas em profundidade, acesso a pesquisas documentais que permitiram aprofundar o conhecimento do contexto do fenômeno social estudado e expressar a autenticidade da pesquisa;
- c) Interação entre pesquisador e pesquisados: seguindo o pensamento de que o pesquisador qualitativo é parte do processo, um instrumento de pesquisa, foi

necessário estabelecer habilidades e capacidades para o sucesso da intervenção do pesquisador nas entrevistas e observações, a fim de estabelecer um bom relacionamento e ganhar a confiança dos atores pesquisados, na interação pesquisador-pesquisado;

- d) Raciocínio dialógico: aplicar uma confrontação comparativa entre as visões conflitantes entre relatos históricos e fatos revelados pelos entrevistados durante a pesquisa, a fim de reconhecer ou suspender, preconceções ou preconceitos diante de evidências contrárias. Entretanto se reconhece que as preconceções e preconceitos ao pesquisador e pesquisado são um ponto de partida necessário para compreensão do fenômeno estudado;
- e) Múltiplas interpretações e o princípio da suspeita: teve como função captar diversas visões sobre um mesmo objeto-sujeito no contexto social, o que, possibilita observar uma realidade com múltiplas influências além das palavras, o desenvolvimento do fenômeno caracterizado por estruturas de poder, interesses pessoais, etc; e
- f) Abstração e generalização: a experiência da pesquisadora pode refletir em interpretações influenciadas pela vivência ou a partir das coletas de campo, descrevendo com clareza a argumentação dos resultados, implicando em plausibilidade, coerência e consistência, tornando o estudo passível de consulta e análise. Princípio crítico também considerado por Walsham (1995), ao reportar os resultados o pesquisador interpretativista deve dedicar atenção e deixar claro que não está reportando fatos, mas, sim, suas interpretações sobre as interpretações dos atores sociais participantes.

Inicialmente na primeira etapa, anterior e concomitante à pesquisa de campo, foram coletados os dados secundários, sendo analisadas diversas fontes documentais, como artigos científicos, livros, dissertações, teses, incluindo relatos da área educacional, que auxiliassem na delimitação das lógicas institucionais predominantes no ensino superior. A modalidade de pesquisa utilizada neste trabalho foi o estudo de caso, sendo necessário, além de conhecer o contexto histórico da atuação das lógicas institucionais, e o panorama da avaliação periódica da CAPES sobre os programas de pós-graduação brasileiros. A autora utilizou documentos disponíveis em dados públicos aberto, no site de oficial de transparência da Coleta Sucupira, como as avaliações em períodos anteriores, contexto histórico do órgão governamental e o *feed* de notícias do *site* oficial.

Na segunda etapa foram coletados os dados de fontes primários e os principais métodos utilizados foram entrevistas semiestruturadas realizadas nos meses de julho e agosto de 2018, com coordenadores e professores permanentes, respectivamente 5 coordenadores e 11 professores permanentes, com o apoio de gravações com material de áudio. A princípio esse presente estudo tomou como ponto de partida a estrutura dos roteiros das entrevistas da tese de Pascucci (2011), e sofreu alterações com a realização de entrevistas pilotos afim de ajustar ao fenômeno pretendido.

A escolha dessa fonte de coleta, entrevista semiestruturada, foi caracterizada pela flexibilidade do roteiro pré-definido, viabilizando a liberdade do pesquisador a inclusão de novas perguntas e predispõe uma maior interação ao pesquisador-pesquisado (Martins & Theóphilo, 2007), possibilitando uma resposta mais concisa, completa e minuciosa, minimizando erros por respostas dúbias. Compartilha-se com Herbert e Riene Rubin¹³ (1995, p. 318 *apud* Babbie, 2010) o entendimento das entrevistas semiestruturadas com um *design* flexível, iterativo, contínuo, do que uma prévia preparada e rígida:

O design em entrevista qualitativa é iterativo. Isso significa que cada vez que você repete o processo básico de coleta de informações, analisando-a, resumindo e testando, você se aproxima de um modelo claro e convincente do fenômeno que você está estudando. A natureza contínua da entrevista qualitativa significa que o questionamento é redesenhado ao longo do projeto (pp. 46–47).¹⁴

A escolha de um estudo de caso é recomendável se acompanhada de um protocolo, sendo que os procedimentos para um estudo qualitativo não seguem uma ordem específica. O pesquisador necessita de acurácia para compreender e interpretar os dados que está coletando a fim de avaliar as evidências e a necessidade de dados adicionais (Martins & Theóphilo, 2007).

Yin (2001) aconselha que o protocolo representa um guia para os procedimentos da coleta de dados, sendo um atributo eficaz que confere maior confiabilidade aos estudos de caso. O autor complementa com um guia de orientações de conteúdo para elaboração do protocolo: a) uma visão geral do projeto do estudo de caso; b) procedimentos de campo; c) questões do estudo de caso; e e) guia para o relatório do estudo de caso.

O uso do protocolo durante a entrevista deve conter instruções para aprofundar as questões centrais, mensagens de transição para o entrevistador, dedicar um espaço para registro dos comentários e notas reflexivas do entrevistador (Creswell, 2007). Essas questões

¹³ Rubin, Herbert J., and Riene S. Rubin. 1995. *Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data*. Thousand Oaks, CA: Sage.

¹⁴ “Design in qualitative interviewing is iterative. That means that each time you repeat the basic process of gathering information, analyzing it, winnowing it, and testing it, you come closer to a clear and convincing model of the phenomenon you are studying. . . . The continuous nature of qualitative interviewing means that the questioning is redesigned throughout the project.”

viabilizaram a descrição da atuação das lógicas institucionais na organização escolhida, a identificação de variáveis conhecidas na literatura a descoberta de novas variáveis. O protocolo desse estudo de caso consta no apêndice A e foi estruturado a partir de Silva (2017).

Antes de sua aplicação, o instrumento foi validado por especialistas que atuam na área do ensino superior, e a realização de três entrevistas pilotos com coordenadores e professores pertencentes a mesma instituição de ensino, culminando em alterações no roteiro de entrevista, retirando 7 questões, reformulando 2, e acrescentado 15 questões. Os procedimentos para análise dos dados coletados são descritos a seguir.

3.4. TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados secundários foram analisados mediante análise documental, que de acordo com Bardin (1979) refere-se a uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, ou seja, uma representação condensada de informações provenientes dos documentos selecionados para compor uma fonte secundária com o máximo de informações relevantes, e contextualizar as circunstâncias sociais e econômicas Richardson (2012).

Alguns questionamentos sobre as semelhanças e diferenças entre a análise documental e a análise de conteúdo foram exploradas por Richardson (2012), a análise documental explora documentos e a análise de conteúdo se emprega sobre mensagens, enquanto que a análise documental é fundamentalmente temática, a análise de conteúdo se estende sobre outras técnicas analíticas.

A maioria dos estudos sobre lógicas institucionais, baseiam-se na pesquisa documental, o que permite investigar a dinâmica institucional em um longo período de tempo, esses estudos fornecem sofisticadas análises de textos e conectam características linguísticas dos textos às estruturas e práticas organizacionais. Thornton et al. (2012, p. 51), advertem que sem um método que integre aspectos materiais ao simbólicos, a mudança institucional não pode ocorrer, impossibilitando a pesquisa.

Contudo, Zilber (2013), por sua vez argumenta a valorização das experiências primárias de atores no campo, ao mesmo tempo em que os pesquisadores teorizam suas interpretações teóricas, admitindo os significados dados como certos.

Enquanto que aos dados primários foram aplicados a Análise de Discurso Crítica (ADC), enquadramento especialmente no trabalho de Chouliaraki e Fairclough (1999) e

revisitado em Fairclough (2003), vide principais obras na Figura 11, com apoio do Software Atlas TI, programa reconhecido entre os pesquisadores qualitativos para auxiliar na codificação de uma ampla base de dados qualitativos.

Figura 11 -Principais obras de Norman Fairclough na evolução da ADC.

Autor	Título	Contribuições
Fairclough (1985)	<i>Critical and descriptive goals in discourse analysis</i>	Utilizou pela primeira vez o termo Análise de Discurso Crítica
Fairclough (1989)	<i>Language and Power</i>	Consolidação como ciência crítica sobre a linguagem com a ADC
Fairclough (1992)	<i>Discourse and social change</i>	Desenvolveu um referencial teórico-metodológico para a ADC com teorias sociais, surge a concepção tridimensional do discurso
Chouliaraki e Fairclough (1999)	<i>Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis</i>	Repensaram as noções teóricas e as necessidades metodológicas para o estudo do discurso, como base científica para investigações da vida social
Fairclough (2003)	<i>Analysing discourse: textual analysis for social research</i>	Ampliou suas discussões e reorganizou o instrumental teórico metodológico para análise de textos

Fonte: Grande e Beuren (2011).

O tratamento dos dados contemplam a análise textual socialmente orientadas pelas entrevistas realizadas e objetiva prover embasamento científico de um questionamento crítico das relações sociais (Fairclough, 2003). Segundo Ramalho (2005), o método envolve uma explanação particular, utilizando conceitos teóricos para localizar no texto as práticas sociais, um processo de tradução.

Fairclough (2003) afirma que a premissa da análise do discurso é fundamentado em “a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos da vida social, então a pesquisa e a análise social sempre devem levar em conta a linguagem”¹⁵ (p. 2). Tal noção articula a representação da estratégia analítica para análise da percepção de um problema na vida social, através dos aspectos materiais e simbólicos do mundo, como, processos, relações, estruturas e crenças, ou seja, relacionar os elementos textuais às práticas sociais. Estruturas e mecanismos envolvidos na produção das instâncias discursivas.

Ao invés de focar nas diferentes formas de redação, é mais produtivo analisar como diferentes discursos estruturam o mundo a sua volta (Fairclough, 2003), ao considerar as relações entre diferentes discursos, admite-se a realidade de um prisma de diferentes opiniões. A finalidade dessa dissertação não é contar opiniões ou pessoas, mas interpretar o espectro dos distintos discursos, estruturar como os atores habilitam as lógicas institucionais através dos

¹⁵ “language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements of social life, so that social analysis and research always has to take account of language”

discursos, como importante fontes de recursos em que se exerce o poder, esses influenciam os outros atores a cooperar, competir, dominar ou mudar as formas como se relacionam.

Sugere-se os seguintes procedimentos para observar a problemática do discurso, através de três focos relacionados recomendado pela literatura: a análise da conjuntura, análise da prática particular e a análise de semiose. Segundo a operacionalização de Resende e Ramalho (2006), baseado em Bhaskar (1989); Chouliaraki e Fairclough(1999); e Fairclough (2003):

(1) a *análise da conjuntura*, da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre, (2) a *análise da prática particular*, com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos, e (3) a *análise do discurso*, orientada para a *estrutura* (relação da instância discursiva analisada com *ordens de discurso* e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso articuladas) e para a *interação* (análise linguística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social) (p. 36).

E por fim, o procedimento da reflexão sobre a análise, envolve a revisão sobre análise, a pesquisa crítica volta-se reflexivamente sobre si mesma (Ramalho, 2005), refere-se a ligação da teoria à prática, evidenciando suas contribuições.

O modelo da ADC é uma abordagem mais complexa que a abordagem anterior (modelo tridimensional), pois incita o interesse na análise de práticas problemáticas decorrentes de relações exploratórias e porque capta a relação entre o discurso e outros elementos sociais na formação das práticas sociais (Resende & Ramalho, 2004). Contudo, as autores afirmam que apesar do modelo tridimensional de ADC também envolver elementos da prática social, o modelo de 1999 (abordagem mais atual), focada nas redes de práticas e suas articulações, estabelece uma análise mais acurada das relações de conflito com o discurso.

A captação das lógicas institucionais nesse estudo se restringiu a partir da interpretação da pesquisadora sobre a análise documental, análise de discurso crítica dos entrevistados, sobre padrões de dedução, correspondência e de indução (Reay & Jones, 2015). Reúnem-se múltiplas fontes de dados, que são convertidos em textos e codificados através de métodos analíticos para revelar padrões, além de dados brutos que são capturados em um processo *bottom up* para identificar padrões, esses padrões advindos dos dados são comparados e completados com os padrões da literatura (tipo ideal de lógicas).

A técnica da observação da constituição das relações materiais imersas em redes de significado (Friedland & Alford, 1991), salientam as questões fenomenológicas, e na construção da explicação se considera os sistemas interinstitucionais imersos em cognição, valores culturais coletivos e individuais dos atores sociais.

Além, a ação social relacionada nos estudos baseados em dados documentais, como os significados foram produzidos, como fazem parte das ações sociais, e como eles são usados por

atores sociais, essas questões são dificilmente explorados. Ventresca e Mohr (2002), admitem que essa metodologia documental seria a sedimentação do problema, do campo organizacional. Ainda não se conhece como as lógicas abstratas são negociadas, articuladas, debatidas, reescritas e censuradas.

Entende-se os paradigmas das pesquisas em lógicas institucionais, as inter-relações entre lógicas, práticas, estruturas e a sua dinâmica ao longo do tempo, as escolhas de como estudar o problema também limitam a habilidade.

Entretanto, o material empírico empregado reside em textos, mas não somente, envolve a compreensão, as crenças e interpretações do intérprete, a pesquisa interpretativa não é possível sem as preocupações e motivações particulares do pesquisador, sendo que tais motivações derivam a realização do estudo.

3.5. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Compreender as relativas limitações do conceito não significa apagá-lo, é necessário dar visibilidade a contradição para a qual ele lança luz. Nesse sentido se relaciona as possíveis limitações dessa pesquisa que envolvem o fato de ser qualitativa.

Uma das principais limitações refere-se a “captação” das lógicas institucionais. Reay e Jones (2015) afirmam que nos estudos qualitativos os autores revelam e comparam as lógicas institucionais sobre diferentes visões, e apesar do volume de estudos sobre lógicas, há uma discussão limitada sobre os procedimentos em como podem ser identificadas, descritas e medidas, processo pelo qual os autores chamam “capturing”.

Outra limitação relevante é apontada por Bechhofer e Paterson (2000) sobre a pesquisa qualitativa, os pesquisadores enfrentam inúmeros desafios, principalmente, pois não entendem adequadamente quais são as condições que devem controlar na realidade social, admite-se que o processo da lógicas em ação acontecem em um sistema socialmente construído e distinguir quais dentre os processos que envolvem seres humanos que podem ser considerados invariáveis. De qualquer modo se considera que outras metodologias enfrentam limitações.

Sendo as entrevistas a principal fonte de coleta dos estudos qualitativos, Langley e Abdallah (2011) admitem todas as suas limitações inerentes, entretanto, se posiciona nesse estudo as múltiplas fontes de dados, e as gravações, transcrições das entrevistas, que possibilitam a elevação da confiabilidade e validade do estudo.

Sugere-se na literatura a investigação das lógicas institucionais sobre a estratégia de pesquisa etnográfica (Zilber, 2013), entretanto, frente a inviabilização em termos de recursos financeiros, geográficos, e a ampla demanda de tempo em que esse estudo necessita para permanecer por um longo período de tempo na organização, tornou-se uma opção de difícil implementação para a realização dessa dissertação, sugere-se aplicar essa estratégia para a continuidade dessa em pesquisas futuras.

Um estudo de caso de acordo com (Yin, 2001), necessita de uma investigação cuidadosa do caso para minimizar as chances de uma representação equivocada, assim esse estudo se utilizar de múltiplas técnicas e fonte de dados para minimizar essas limitações da generalizações teóricas. Entretanto, o autor concorda que essa dificuldade está presente em outros métodos também. Contudo o objetivo desse estudo não era de generalizações, mas evidenciar as relações pretendidas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta etapa do estudo, é apresentado o panorama do processo da avaliação periódica da CAPES, especificamente a partir da perspectiva de cursos de pós-graduação de excelência de uma Instituição Estatal de Ensino Superior. O objetivo desta seção é analisar as respostas a fim de compreender o fenômeno do hibridismo de lógicas institucionais em programas de pós-graduação frente à configuração da avaliação periódica a que estão submetidos. Enfatiza-se que, se as lógicas institucionais permeiam as organizações, conceituar a natureza dessa relação é crítica para os estudos organizacionais (Besharov & Smith, 2014). Espera-se contribuir para a compreensão de como as lógicas institucionais gerencial, científica e de estado podem ser fontes de recursos para as bases estratégicas das organizações. Ao trazerem conformidade e inovação, respeitando a ordem estabelecida pelo *status* mas também interrompendo as práticas e tradições (Durand et al., 2013).

A partir da identificação do hibridismo das lógicas institucionais dos programas em cada um dos casos estudados, contemplando o período de análise, selecionaram-se os discursos cuja análise forneceu base à discussão proposta conforme Figura 12. Para os programas, foram elaborados mapas conceituais das lógicas institucionais que representam os sistemas sociais de significação do ambiente do processo de avaliação periódica da CAPES.

Figura 12—*Lógicas institucionais ativadas*

<i>LÓGICAS INSTITUCIONAIS</i>		
<i>Lógica gerencial</i>	Valores	Base de crença na cultura organizacional. Estrutura hierárquica organizacional e sistema baseado em regras. Base de estratégia na avaliação sistemática dos resultados e foco principal na eficiência da performance
	Práticas	Atividades e práticas baseadas na gestão organizacional.
<i>Lógica científica</i>	Valores	Programas são fortemente ancorados pelo seu ambiente profissional para servir aos seus alunos, priorizando a qualidade da formação científica. Imprevisibilidade e independência da investigação científica O processo decisório é baseado por consenso em conselhos acadêmicos, na ampla participação acadêmica. Goza da liberdade orçamentária
	Práticas	Customização da proposta do programa e currículo dos usuários. Pesquisas derivadas pelo interesse acadêmico individual ou grupo
<i>Lógica de estado</i>	Valores	Estado como mecanismo de redistribuição igualitária. Crença no bem público e justiça social, pela dominação burocrática.
	Práticas	Atividades normativas e prestação de contas à sociedade

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Thornton et al. (2012) e Berman (2011).

A partir dos dados identificou-se quais lógicas em ação (Lounsbury & Boxenbaum, 2013) atuaram no ambiente dos programas de pós-graduação e reproduziram respostas à configuração da avaliação periódica da CAPES. As dimensões de análise foram dividida em três principais categorias, conforme consta na Figura 13: a percepção sobre a identidade CAPES, a manutenção da excelência científica, e as fontes de recursos e bases estratégicas. Essas permitem uma análise da complexidade organizacional, como é percebida e hibridizada pelos programas, o que extrapola a noção de ativar as lógicas unicamente como resolução de problemas decorrentes das suas tensões. As respostas dos programas não revelaram qualquer contradição, mas ao contrário permitiram confirmar alguns pontos principais.

Figura 13– *Dimensões principais, as lógicas institucionais ativadas e as respostas.*

<i>Dimensões</i>	<i>Lógicas institucionais</i>	<i>Respostas</i>
<u>IDENTIDADE CAPES</u>		
<i>Entender “por dentro” a avaliação da CAPES</i>	Hibridização aceita: Lógica gerencial Lógica científica	Participação nas comissões de avaliações Acompanhamento e planejamento de ações em função da avaliação
<i>Fator determinante CAPES</i>	Lógica de estado	Compromisso com as recomendações
<i>Avaliação é feita pelos pares</i>	Lógica científica	Reputação acadêmica
<i>Avaliação por desempenho</i>	Hibridização instrumentalizada: Lógica gerencial Lógica científica	Avaliação da qualidade da formação dos recursos humanos. Base de comparação por ranqueamento Responsabilização do bom uso dos recursos públicos
<u>EXCELÊNCIA</u>		
<i>Liderança científica e tecnológica</i>	Lógica científica	Exercício da liderança científica: Visibilidade pelas publicações científicas e participações em comitês, associações, conselho de representação popular e científica
<i>Internacionalização</i>	Lógica científica	Esforço internacionalização: redes de colaboração científica, intercâmbio de professores e alunos.
<u>FONTE DE RECURSOS E BASE DE ESTRATÉGIA</u>		
<i>Disponibilidade de recursos</i>	Hibridização aceita: Lógica de estado Lógica gerencial	Diversidade captação de recursos. Relação boa avaliação-acesso a recursos
<i>Parceria pós-graduação e empresa</i>	Hibridização instrumentalizada: Lógica gerencial Lógica científica	Adesão a convênios de parceiras com empresas.

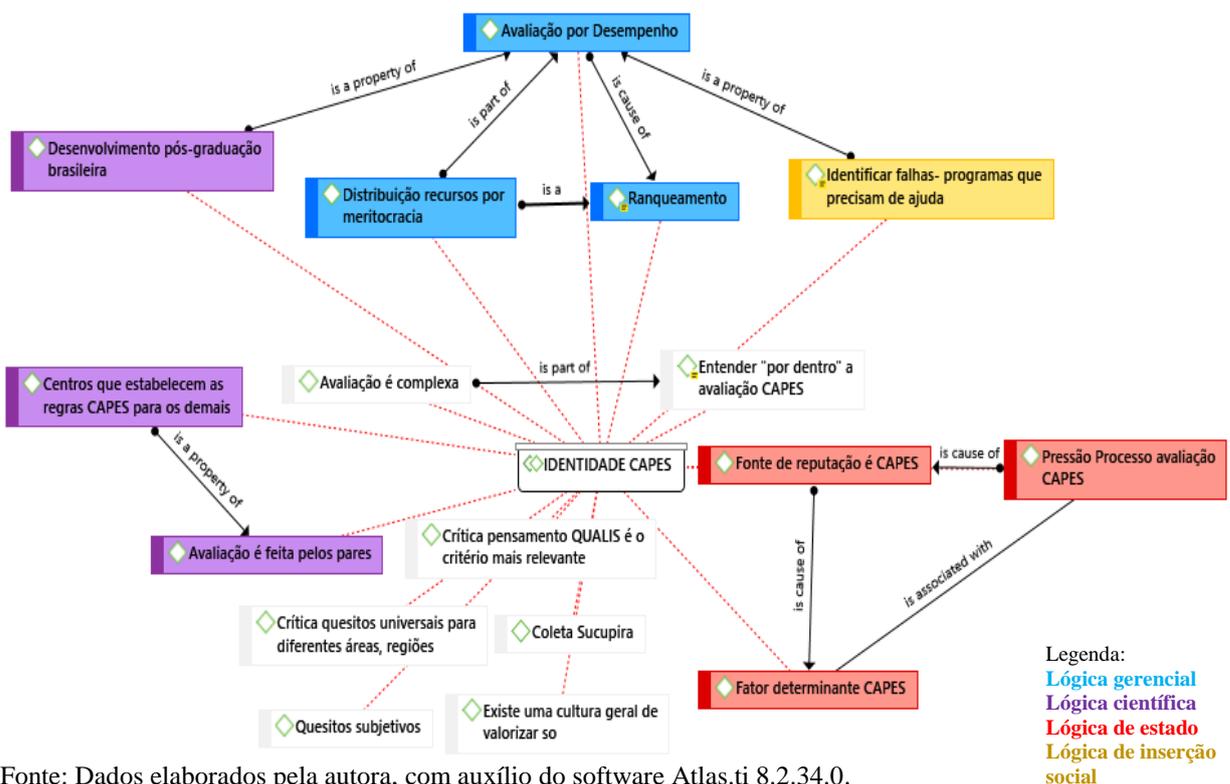
Fonte: Elaborado pela autora.

Aqui são descritos as dimensões dos elementos identificados nos discursos dos entrevistados, em relação ao modelo conceitual das lógicas institucionais e também identificados nas publicações a que se pode ter acesso em relação a cada programa de pós-graduação a que se limita esta pesquisa.

4.1. IDENTIDADE CAPES

A primeira dimensão a ser analisada se refere a codificação das narrativas sobre a significação da identidade CAPES, agrupado em 17 códigos que refletem o constructo no tocante à **definição, aos objetivos e a experiência** de avaliação periódica da CAPES em programas de pós-graduações *stricto sensu*.

Figura 14 - Mapa conceitual Identidade CAPES



O mapa conceitual Identidade CAPES (Figura 14) se baseia na interdependência entre as lógicas centrais que foram articuladas pelos entrevistados quando questionados sobre a identidade CAPES, que será discutido em seus aspectos principais a seguir.

4.1.1. Desenvolvimento pós-graduação

Frente à visibilidade e representatividade da CAPES e a importância de envolver as áreas de pesquisa e programas no país, às condições de implantar recomendações e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, foi observado, de forma geral, que vários professores permanentes e coordenadores dos programas de pós-graduação de excelência da universidade, percebem a avaliação periódica da CAPES como um dos fatores que impulsionaram o *desenvolvimento da pós-graduação brasileira*, como mencionado nas seguintes falas:

A avaliação dos programas ela é fundamental, não tem como ter evolução na pós-graduação em um cenário real da qualidade da pós-graduação no Brasil, sem ter a avaliação. [Professor DP1, 8:3]

As pessoas tem que produzir, a divulgação da ciência subiu, melhorou muito a ciência brasileira tanto fora quanto dentro do Brasil por conta dessas... Desse impulso, dessa avaliação da CAPES. [Professor DP7, 6:5]

Olha essa avaliação que ela é feita a cada fim de triênio e agora quadriênio, eu acho que ela é necessária para você conduzir os rumos da pós-graduação no Brasil. [Professor DP4, 3:1]

Parece pertinente afirmar o estabelecimento desta relação do processo avaliativo com o desenvolvimento do ambiente do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). Nesse aspecto, os investimentos em bolsas de estudos nacional e internacional, bem como os programas de apoio técnico e acadêmico subsidiados pela avaliação CAPES, atingiram uma marca de crescimento de 214% em número de cursos no período de 1998 a 2017 (CAPES, 2018e). Amparados com as projeções de crescimento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), a avaliação quadrienal realizada em 2017 registrou 4.175 programas, dentre ME (1.270), DO (74) e ME/DO (2.128) (CAPES, 2017a). Em particular, o PROEX é responsável por 25% dos recursos de investimento para a atuação de 498 programas em 2018 (CAPES, 2018d). O contínuo crescimento dos cursos de pós-graduação revelam o anseio da CAPES em qualificar o sistema da pós-graduação brasileira. Mas como entender as principais suposições subjacentes a essas políticas e como a estrutura organizacional dos cursos de pós-graduação foi alterada a fim de apoiá-las? Para tanto a dimensão, *entender “por dentro” da avaliação CAPES* expõe a participação dos pesquisadores nas comissões de avaliação e os motivos pelo qual o fazem.

4.1.2. Entender “por dentro” a avaliação da CAPES

O envolvimento dos professores com o processo avaliativo, como consultores e coordenadores de área ou participação das coordenações nas reuniões da CAPES, permite descrever um ambiente de ação, de trocas de experiências entre os participantes e de compartilhamento de informações para com o programa. Nesse ambiente institucional a

CAPES se posiciona como identidade determinante para a continuidade dos programas *stricto sensu*, como enunciam os seguintes professores:

Bom, eu e já vários outros docentes aqui do programa já participavam também [da comissão de avaliação da CAPES]. Então geralmente o que a gente faz quando a gente volta dessas avaliações é dar um panorama para os docentes o que que é que tá pegando mais, o que a gente precisa melhorar. Mas como a gente já tá por dentro por conta da participação desses outros professores antes de mim, o que a gente fez foi só atualizar mesmo porque não houve muita mudança na metodologia dessa avaliação para anterior. E destacar os poucos pontos que a gente ficou ainda com um pouco de pendência. [Professor DP 7, 6:1]

(...) eu pude trazer pro programa...como essa vivência da avaliação, quais os cuidados que a gente deve ter, ver de uma maneira geral o que que eles priorizam, os cursos que tem maior conceito o que que eles priorizaram...Participar dessa discussão que muitas vezes não está no papel na resposta da avaliação para os programas, participar dessa discussão informal que não vai no papel é bastante enriquecedor porque você presta mais atenção como que as pessoas avaliam [Professor DP 11, 11:1]

Esse mecanismo de participação do comitê de avaliação dos programas é percebido pelos docentes como positivo e necessário para se adequar e evoluir dentro dos requisitos do sistema, como destacam os discursos abaixo:

A participação profissional é extremamente interessante, porque a gente tem ideia do que a gente precisa melhorar em termos de proposta do programa, o que a gente tem que melhorar em função da produção docente, da produção discente, em termos de tese, a qualificação das teses e dissertações, o envolvimento dos alunos de mestrado e doutorado e também qual é a inserção social que a pesquisa pode originar. [Professor DP 5, 10:1]

Porque você tendo membros participando em comissão de avaliação, tanto da CAPES, quanto do CNPQ, você entende o processo de avaliação. Então isso facilita bastante o programa a se adequar ao sistema de avaliação, pra evoluir. [Professor C2, 9:1]

Além disso, argumenta-se que ao se deparar com contradições institucionais, essas podem funcionar como um gatilho endógeno da mudança, porque permitem aos atores visualizar alternativas para os padrões *taken-for-granted* e os motivam a perseguir elementos favoráveis (Seo & Creed, 2002). Ou seja, ao entender a avaliação “por dentro” (como se constitui, quais as principais prerrogativas, os balizadores, o modo como se é avaliado) os programas se orientam com os valores da lógica gerencial. Como almejam delinear os seus atributos, inadequações e ajustá-los com a manutenção dos quesitos pontuados como muito bons. Dessa forma, focam na melhoria do que está insatisfatório, para assim atingir melhores pontuações e conseqüentemente disponibilidade de recursos, sem detrimento dos próprios objetivos científicos:

No geral existe alguns...vamos dizer assim, uma trilha que ela é feita com aquilo que se vai lá no órgão de avaliação, com as normativas da CAPES e o curso segue aquela trilha. [Professor DP 4, 3:48]

É a pós-graduação brasileira, ela tá toda amarrada com a CAPES e nós dependemos da avaliação da CAPES que define o nosso conceito. Em função do nosso conceito, define o auxílio financeiro da CAPES, o número de bolsas... [Professor C3, 1:4]

Nesse sentido, os entrevistados descrevem ações a fim de implementar mudanças sobre as adequações propostas de forma coercitiva pelo fator determinante CAPES. Essas mudanças

são de iniciativa individual ou a nível de conselho acadêmico, com a finalidade de almejar essas novas realidade. Alguns exemplos são: tempo de titulação de mestrandos e doutorandos; publicação ou submissão de artigos para qualificação e defesa; avaliação contínua dos professores e critérios de pontuação; redefinição de critérios de credenciamento e descredenciamento; foco na publicação científica qualificada em extratos A1, A2 e B1 (qualificação brasileira) ou no Fator de Impacto (qualificação internacional) do periódico; investimento no esforço de internacionalização, traduções dos trabalhos para o inglês a fim de serem publicados em revistas internacionais, participação de eventos internacionais; e reestruturação da grade curricular com demandas por áreas novas ou imersão de conteúdo com aulas de campo. Conforme pode ser extraído da seguinte fala:

A gente tem sempre algumas reuniões, onde a gente discute os nossos resultados. E decisões coletivas... o que a gente tem feito bastante é mudar um pouco os critérios de credenciamento dos professores no programa, sempre visando manter esse padrão que a gente está. Manter o padrão de excelência. Se exige então que os que os professores que estejam credenciados tenham produtividade, em termos de artigos, em termos de número de alunos que eles têm, tempo de defesa dos alunos, tempo médio de cada professor de defesa não pode ultrapassar determinado valor, mestrado e doutorado. Para cada aluno que ele tem, ele tem que gerar alguns artigos. Então decisões, basicamente, que geram regras, regulamentos. Que fazem com que a gente, se a gente cumprir com essas exigências, mantém credenciado ou não ao programa. [Professor DP 10, 15:10]

Pode-se concluir, assim, que a percepção dos pesquisadores, através da hibridização aceita das lógicas institucionais gerencial e científica, permite explicar como os atores associam os seus valores e práticas alinhadas com a lógica gerencial, e racionalizam a importância da compreensão do processo avaliativo como motivação para orientar os seus objetivos científicos para o cenário. Esse entendimento também fornece uma forma de hibridização alternativa sustentável que pode determinar o sucesso ou falência das mudanças adotadas. A interdependência dessas lógicas criou uma situação em que a soma é mais do que as suas partes isoladas, representando uma visão e direção coerentes do sistema na pós-graduação.

4.1.3. Avaliação é feita pelos pares

A noção de que a lógica científica é predominante no campo do ensino superior (Berman, 2011), segue as premissas do foco na independência científica, seja na natureza básica ou aplicada, na liberdade de experiências, sem direção ou interferência externa. Essa lógica também orienta a liberdade nas publicações e fazer os ajustes quando achar necessário sem prévia autorização, com liberdade em gerir o orçamento, desde que utilize os fundos para fins científicos e de acordo com as normativas.

Considera-se relevante destacar que, em menor grau, mas aparente, os pesquisadores identificaram a CAPES não apenas como um órgão público fiscalizador e regulador, mas como uma extensão da representação de seus pares, uma vez que os comitês de assessoramento e comissões de avaliações são formados por docentes pesquisadores das respectivas 49 áreas do conhecimento. A aproximação e direta validação dos semelhantes são caracterizadas nas seguintes afirmações:

Ah o programa ele vê com mais clareza, as regras. Porque todo mundo fala: "Ah as regras da CAPES", na verdade as regras são feitas por professores, são professores, a CAPES é um prédio com um monte de funcionários, mas quem põe as regras, os quantitativos são professores. (...) Só que quem que faz essas regras? A CAPES não pode ser entendida...A CAPES lá em Brasília é um prédio, cheio de funcionários, por trás da CAPES, tem professores, atuam como consultores, como coordenadores. [Professor C3, 1:11] Mas, sempre a gente é humano e acha que a gente pode ter sido injustiçado, os coordenadores. Mas, eu acho que é bom fazer uma auto avaliação, porque quem faz a avaliação são os pares, ou seja, são só docentes de outros programas, então eles tem a vivência do problema também. Então, muitas vezes eles podem até serem mais maleáveis, entendendo a situação do programa. Então, não é feito por uma pessoa estranha, vamos dizer uma pessoa burocrática, administrativa só, ela é feita por pessoas que também passam pelas mesmas situações. Então, nunca ninguém quer prejudicar... não entrasse lá, "Não, vamos abaixar o conceito desse curso e melhorar daquele". Não é essa a intenção, porque todos também estão sendo avaliados, os seus programas estão sendo avaliados na mesma reunião. [Professor DP11, 11:5] E por trás desses professores têm os grandes centros, formuladores, quem que são os grandes centros formuladores? São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Então pega a universidade de São Paulo, as Unesp, a federal do Rio de Janeiro, a de Minas Gerais, tem várias escolas federais, um pouco Pernambuco, um pouco Paraná, um pouco outros locais...Então é nesses locais que estão os professores que atuam na CAPES e são esses professores que estabelecem os parâmetros. E dentre os professores têm áreas mais importantes e áreas menos importantes (...) quem que são os primos ricos, quem dão as regras, quem que dão os parâmetros? (...) E então não somos nós que damos, nós na verdade acabamos se ajustando aos parâmetros deles. Então quem que estabelece como que é o sistema de avaliação? Quais são os critérios? É esse pessoal, então mesmo dentro da CAPES existem contradições, não é um bloco monolítico, em que todo mundo pensa igual. Então a CAPES é basicamente composta, quem faz as regras da CAPES são professores, que atuam como consultores (...) tem professores que são mais importantes e menos importantes. (...) Então tem esse jogo interno também. [Professor C3, 1:28]

Ao mesmo modo como significam as regras da CAPES como órgão externo normatizador sobre a influência da lógica de estado como identidade burocrática, admitem que a avaliação é feita através de um esforço conjunto de pesquisadores participantes das comissões julgadoras, com experiência profissional e vivência do ambiente da pós-graduação. Nesse sentido, é extremamente relevante compreender os motivos pelos quais discursam essa identidade CAPES, pois atribui-se ao órgão a identidade versátil de poderes, financiador, regulador e avaliativo, ao mesmo tempo em que se compartilha *frameworks* da lógica científica e a lógica de estado. Essas são as que efetivamente impactam nas ações e decisões a análise do nível micro institucional. Ou seja, há um confronto com uma forte autoridade governamental e uma oligarquia acadêmica igualmente, que atuam como comunidades científicas autônomas de governança e como instituições de produção e difusão de conhecimento. O aspecto CAPES como fator determinante no direcionamento das ações dos programas foi percebido nas seguintes falas:

Veja bem, os critérios não são nossos. Os critérios são os critérios que a CAPES utiliza pra avaliação dos programas. [Professor DP 2, 2:48]
 CAPES exige, porque isso é ela que constrói ne, ela que define o que seria um programa de excelência [Professor C 5, 12:9]
 Então a gente direciona. De novo é a ditadura da CAPES...Então o que a gente faz e pensa (...) é o que conta o relatório da CAPES. Nós somos fazedores de relatório, o sistema é centralizado (batendo a mão na mesa), se você não fizer isso, você se ferra. [Professor C3, 1:77]

As respostas identificaram conformidade com as recomendações e critérios ao processo avaliativo CAPES. Foi possível perceber que os pesquisadores o fazem sempre com a justificativa da reputação acadêmica (perante os pares), sem negar críticas ao processo avaliativo e a respostas dos programas as resolução de conflitos entre as lógicas científicas e a de estado:

Então até a gente tem alguns questionamentos "Ah o que importa na pós-graduação é o conhecimento, não as publicações". Só que é uma exigência da CAPES, tem que publicar, a gente tem que ter publicação. Então a gente ser um programa de excelência é praticamente atender todos os requisitos que a CAPES exige para o programa de pós-graduação. [Professor C 5, 12:10]
 A gente prioriza a CAPES, porque é ela que nos avalia, né. Mas a gente procura outros resultados na formação dos recursos humano, tipo convênios com outras instituições, nacionais internacionais, que isso pode mais pra frente refletir... Mas no caso assim, nós não fazemos convênios pra visar o resultado da CAPES, a gente prioriza primeiro o conhecimento do aluno o que a gente ta formando, qual a base, quais oportunidades que a gente pode dar para esses alunos, e isso consequentemente vai refletir na nossa avaliação. Ou até a socialização, tipo ajudar outros programas, proferindo cursos ou palestras, participando em outros cursos visando a melhoria de outros cursos. [Professor DP 11, 11:9, 11:10, 11:11, 11:12]
 Então eu acho que o processo gera esse ciclo de auxílios entre programas e do governo para os programas que mais necessitam acho que na verdade esse seria o objetivo: conseguir fazer uma gestão melhor do recurso financeiro e também da formação de Recursos Humanos qualificados ver onde tem as falhas de formação e auxiliar nessas falhas de Formação assim como a parte científica a produção de ciência de qualidade para que consiga colocar esses [Professor C 4, 5:20]

A inserção e reconhecimento dos *produtos* da formação de recursos humanos, pelas publicações científicas e os egressos, são percebidas pelos entrevistados como consequências dos resultados das pressões e critérios das avaliações CAPES. Quando se analisa em complementar o reconhecimento da CAPES como “semelhante”, regido pelos princípios da lógica científica, não há como tratar em separado a fonte de reputação formal CAPES e a fonte de reputação científica. Dessa forma, constrói-se a intrínseca hibridização de lógicas institucionais do sistema educacional do ensino superior aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que confere aos pesquisadores alta legitimidade para atuar no sistema interinstitucional.

4.1.4. Avaliação por desempenho

A dimensão de avaliação de desempenho evidencia quando os atores ancoram e aceitam associar as suas práticas para serem mais atrativos e almejar o reconhecimento das suas

pesquisas científicas, pelo seu posicionamento social na estratificação dos cursos em conceitos de 1 a 7. Combinado com a identificação dos valores da lógica científica, declarada no objetivo principal dos Programas PROEX da CAPES, na qual foca na qualificação dos seus recursos humanos com a finalidade de que alcancem maior visibilidade internacional e exerçam protagonismo a produção do conhecimento, ciência, desenvolvimento e inovação, em consonância com as necessidades objetivas e aspirações da sociedade (Projeto de Lei nº 158, 2017; Portaria Capes nº. 227, de 2017).

Os excertos dos depoimentos a seguir revelam a visão de que ao buscar a congruência com as determinações CAPES os programas legitimam a sua própria orientação sobre os objetivos da pós-graduação, o que confere aos programas almejar autonomia e a agir estrategicamente:

(...) porque sem ela (CAPES) os cursos ficariam meio perdidos, ficaria muito oba oba. Acho que deve ter mesmo avaliação. Acho que deve ter essa avaliação anual, acho que deve ter avaliação a cada 4 anos. [Professor DP 6, 4:5]

Então não é o ranqueamento, não é só o recurso, o objetivo do ranqueamento é distribuição de recursos e identificação de problemas. [Professor C3, 1:9]

E um programa de pós-graduação ele é avaliado e deve ser avaliado pelos seus *produtos*. Quais são os seus produtos? O indivíduo que ele forma e a publicação dos seus achados, das teses e dissertações (...) não é para distribuir dinheiro, para A ou B, quem vai receber mais dinheiro, quem vai permanecer em um PROEX, enfim. Mas é uma avaliação qualitativa mesmo da qualidade dos indivíduos que estão sendo formados e da ciência que está sendo formada nesse programa, esse é o objetivo da CAPES [Professor DP1, 8:4; 8:5, 8:6, 8:8, 8:9]

Mas no caso assim, nós não fazemos convênios pra visar o resultado da CAPES, a gente prioriza primeiro o conhecimento do aluno o que a gente tá formando, qual a base, quais oportunidades que a gente pode dar para esses alunos, e isso consequentemente vai refletir na nossa avaliação [Professor DP 11, 11:11]

Realmente diferenciar os cursos e de forma indireta incentivar os cursos a sempre melhorar. Porque quando é feita a avaliação a gente tem o feedback do que precisa melhorar pra atingir a excelência. Então eu acho que um dos principais objetivos é esse. [Professor C5, 12:5]

E também controlar programas ou podar, vamos dizer assim, programas que são montados sem estrutura. Então, não adianta você formar pessoas que não foram formados em uma base adequada de desenvolvimento, de conhecimento da ciência, vamos dizer de uma forma geral. Então assim, chamar esses programas mais deficitários: "Olha, vamos investir mais nisso, vamos melhorar tal ponto, senão você não vai conseguir manter o programa". Ou seja, você não vai fazer uma formação adequada, não é chamar o programa de ruim, "Você é ruim, não vai fazer nada", mas é que você não tá fornecendo uma formação adequada [Professor DP 11, 11:7].

Além disso, os relatos declararam a necessidade de ranqueamento dos programas, a compreensão do trabalho científico é baseado em uma classificação a um indicador padronizado, a valorização dos processos avaliativos, visando aumentar o rigor e a posição classificatória, refletem a emergência da lógica gerencial. A hibridização ocorre ao momento em que a percepção da base da avaliação é entendida como forma de avaliar o padrão mínimo esperado de formação de recursos humanos, a fim de identificar falhas em programas deficitários, e incentivar os cursos a atingir um padrão de excelência, esses são valores inerentes a lógica científica. Além disso, o código avaliação por desempenho evidencia a prática de

comparação com os pares, ao almejar os programas melhor estruturados os professores tendem a consolidar insights para o seu curso.

Outro ponto destacado nas falas evidencia a responsabilização a partir do momento em que o governo investe em pesquisa, é necessário que ocorra a diferenciação. É sugerido que, sem a distribuição de recursos para os programas, não seria possível aplicar de forma racional os poucos recursos que lhes são providos. Esse ponto é observado nos seguintes trechos:

(...) eu acho que para o órgão de fomento ele também precisa ter um direcionamento para saber quem tá precisando de recursos financeiros, quem está precisando de auxílio para melhorar a qualidade da produção científica. Enfim, e aí eu acho que esse processo de avaliação objetiva isso: identificar quais programas estão atingindo os níveis de formação de recursos humanos que é esperado pelo governo, por exemplo, e poder cobrar os que não estão conseguindo, ajudar os que não estão conseguindo, auxiliar os que estão conseguindo e fazer o que estão conseguindo auxiliem os demais que não estão conseguindo. [Professor C4, 5:18]

Porque quando tem recurso, todo mundo é atraído para se envolver com essas coisas, com projetos, etc. Então ela estimulando, ela nos orientando, ela nos avaliando e fornecendo recursos para que esses programas sejam conduzidos é uma excelente coisa, é importante que seja assim. Então todo o processo, a CAPES é uma das, talvez o órgão federal que tenha umas das melhores *eficiências em termos de aplicação de seus recursos* e que são questionáveis? Claro que são, mas do ponto de vista de *executabilidade* e da *abrangência*, eu não acredito que haja melhor, melhor sistema do que o sistema CAPES. [Professor DP 2, 2:4]

Ah eu acho que o objetivo deles é fazer uma avaliação de onde eles estão investindo, porque eles investem basicamente o grosso da pós-graduação é investimento da CAPES, então eles tem que avaliar, tem que acompanhar e com todas essas as críticas eu acho que no fundo essa avaliação tem feito com que os programas se mexam [Professor DP 7, 6:4]

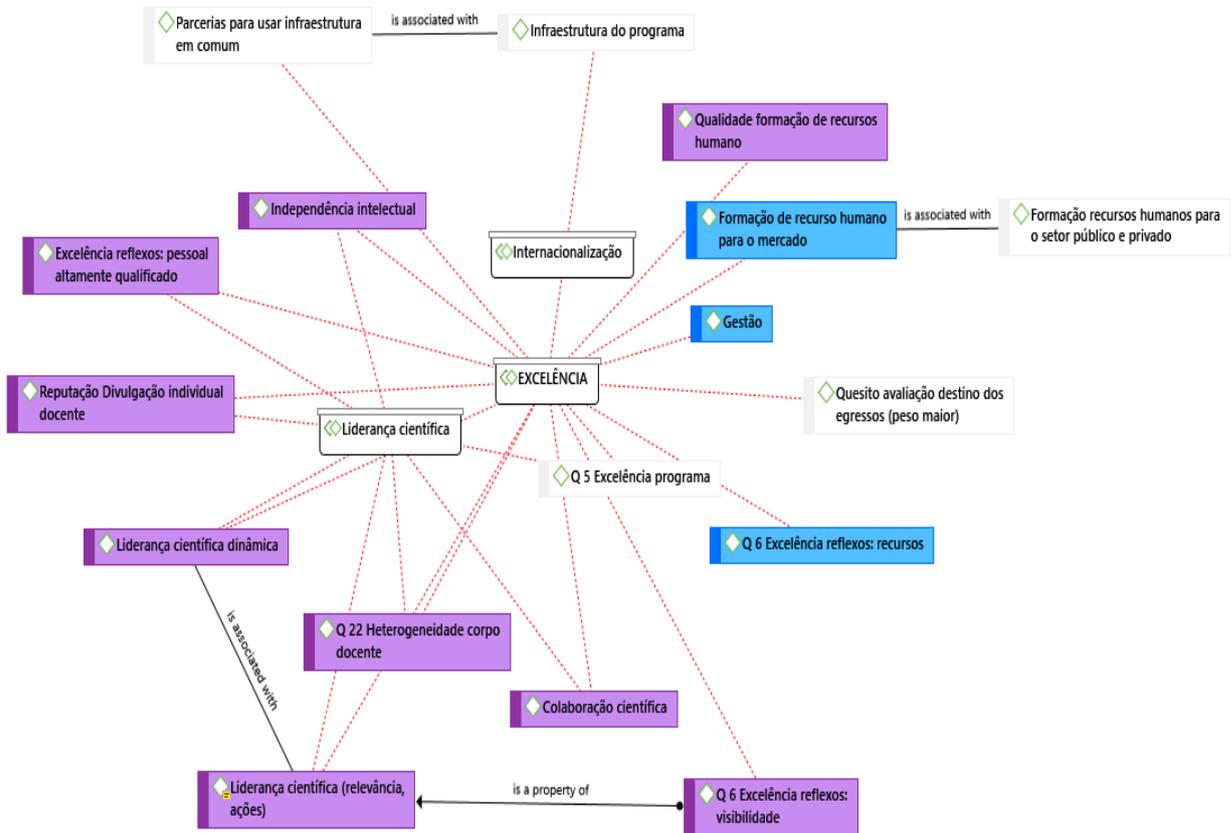
Essa posição de agência dos professores oferece aos programas argumentos e recursos que suportem a aceitação da hibridização de lógicas. Ao aceitarem serem avaliados pela CAPES, buscam práticas e valores da lógica gerencial e da lógica científica, ou seja, é uma hibridização instrumentalizada, em que o processo avaliativo e as suas adjacentes recomendações são aceitas, mas os professores desenvolvem um discurso crítico para ancorar essa aceitação, baseada na responsabilização do bom uso dos recursos públicos, pela distribuição de recursos por meritocracia e a avaliação primando a qualidade da formação dos recursos humanos.

4.2. EXCELÊNCIA

Programas de excelência, sobretudo os com conceitos 6 e 7 amparados pelos critérios de excelência da CAPES, são definidos fundamentalmente por terem desempenho equivalentes a centros de excelência internacionais na mesma área (Portaria N° 59, 2017). E também serem consolidados como programas de desempenho diferenciados em relação aos demais na sua área, além da capacidade de nucleação e solidariedade acadêmica. A Figura 15 evidencia as

instâncias significadas pelos respondentes ao comprometimento com a excelência acadêmica e científica:

Figura 15- Mapa conceitual Excelência



Fonte: Dados elaborados pela autora, com auxílio do software Atlas.ti 8.2.34.0.

No mapa conceitual de Excelência, Figura 15, o exercício da excelência é apresentado seguindo alguns cumprimentos de exigências da CAPES, como internacionalização e liderança científica. Essa relação aponta para a busca de legitimação a partir dos critérios oficiais. Desse modo, o padrão nesses quesitos atribuídos a definição de excelência acadêmica percebida, é evidenciada pelas manifestações, a seguir:

Então, um programa de excelência é um programa que tem estrutura física de qualidade, em termos de laboratório e tudo aquilo que programa usa nas diferentes áreas, para produzir as suas teses e dissertações, que tenha docentes com visibilidade internacional, com inserção internacional, e a qualidade também em termos de *captação de recursos* pra produzir isso aí. Esses são os programas ditos de excelência. [Professor DPI, 8:16]

(...) forme pessoas que estejam atuando na sua área e que sejam de preferência líderes das suas áreas de atuação. Então, acho que essas duas são, pra mim são os dois pilares, você tem que formar líderes e *líderes de preferência internacional*. Inclusive pessoas de fora do Brasil, que é o que nós temos agora, nós temos gente espalhada pela América Latina, então nós tentamos manter isso ainda hoje [Professor DP 8, 7:27]

Nas transcrições acima, dois pontos merecem ser destacados. Primeiramente, deve-se notar que o ciclo da excelência começa com o fornecimento de uma base dita de qualidade pelos

respondentes, caracterizado pelo perfil do corpo docente e a infraestrutura disponível, são requerimentos necessários para se produzir as publicações científicas qualificadas e o perfil do egresso. Além disso, esse cenário só é possível com o êxito da captação de recursos para fomento da pesquisa. Amparados pelos valores da lógica científica os pesquisadores definem a legitimidade no campo como sendo o forte compromisso a identidade de excelência e aderência aos critérios CAPES. Destaca-se que essa aderência varia em maior e menor grau, nesse sentido, será analisado em separado as principais dimensões dos elementos estruturantes da resposta a excelência, sendo a liderança tecnológica e científica e o esforço de internacionalização.

4.2.1. Liderança tecnológica e científica

Observa-se que a percepção da excelência do programa está amparada na lógica científica priorizando a alta profissionalização do corpo docente, e a reputação acadêmica caracterizada pela visibilidade da produção científica-técnica e a representatividade no cenário científico nacional e internacional:

(...) eu acho que se não tiver uma **excelência tecnológica e científica** não vai ter como fazer... manter um curso de excelência né? [Professor DP 6, 4:30]

(...) a CAPES analisa dentro do que a gente tá comentando, ela analisa a parte de inserção social, a parte de internacionalização, quais são as adequações, as indicações dos docentes em termos de relação de atividades e de formação de grupo, a eficiência em termos de formação, a produção técnica. E essas produções técnicas e científicas, elas só aparecem realmente quando você tem docentes que tem uma certa liderança e essa certa liderança que eu quero dizer é o seguinte, se a pessoa é convidada para proferir palestras no exterior, se é convidada para proferir palestras em eventos internacionais, isso você só consegue a partir de uma **determinada produção científica sua e da repercussão da sua produção**. [Professor DP 5, 10:45]

Ela é importante, é um processo natural né? Quanto mais professores você tiver que exercem uma certa liderança nacional, melhor vai ser conceituado o programa. O que que a gente caracteriza uma liderança nacional? É professores que publicam em boas revistas, professores que atuam e organizam congressos, eventos, reuniões técnicas, atuam na coordenação de projetos científicos... [Professor C3, 1:33]

Nós conseguimos uma reputação interna pelo menos, nacionalmente, se você for andar, eu fico muito feliz quando eu viajo por aí e a gente vê, e os nossos alunos sentem isso, você fala que você é do ____ e as pessoas respeitam de uma certa forma. Porque a nossa nota 6 não fomos nós que demos, é alguém que tá de fora. Então, eu acho que mais recurso e mais reputação, são as consequências direta de enquanto você é julgado como grupo de excelência. Dinheiro para o bolso, não traz! Eu te garanto, ninguém ganha mais por isso! Mas é dinheiro para a pesquisa, você entende, é mais bolsa, mais pesquisa, mais reputação para os professores, para os alunos, isso que é importante. [Professor DP 8, 7:29]

(...) então além de você também ter uma **independência científica** que propicia essa liderança, que o grupo realmente desenvolve pesquisa na área e o seu reconhecimento na área, você tendo esse conhecimento técnico favorece a sua suas colaborações nacionais e internacionais. [Professor DP 9, 14:27]

Os dados abertos enviados ao Coleta Sucupira no ano de 2017, corroboram as ações do corpo docente em lideranças técnico-científicas em grupos de pesquisa e órgãos de classe. Destaca-se a representatividade em conselhos, pró-reitorias na universidade, membros da

coordenação de área da CAPES, membros dos grupos de pesquisa do CNPQ, membros de comitê assessor técnico científico de periódicos, membros do corpo editorial de periódicos, representantes no conselho de associações, membros de sociedades científicas, entre outros. No tocante as colaborações internacionais com instituições de ensino e pesquisa estrangeiras, dentre convênios ou atividade informais que resultaram em um produto científico, há um alcance global, sendo os principais países parceiros em ordem decrescente de frequência: EUA, Canadá, Espanha, Suécia, França, Portugal, Colômbia, Finlândia, China, Argentina e Suíça.

Nesse sentido, o principal elemento discutido pelos respondentes sobre o reflexo da excelência dos programas em decorrência da liderança científica é a **reputação acadêmica**. A relação entre a profissionalização e a reputação acadêmica, como fonte material e simbólica da lógica científica, são recursos tangíveis e intangíveis aos programas, quando evocam o status da excelência, pois é conhecido o benefício na qualidade das pesquisas e formação dos discentes nos programas do PROEX (CAPES, 2016b), aspecto corroborado pelos seguintes relatos:

Ou seja, qual é o impacto que esse curso vai ter regional, nacional, internacional? Isso ele só vai conseguir se ele formar alunos de qualidade excepcional, também pode procurar isso em termos de como colocar esse aluno no mercado quer seja mercado acadêmico, quer seja no mercado industrial. E aí você tem que verificar qual é a demanda da indústria para você poder orientar o pessoal nesse sentido [Professor DP 5, 10:17]

Poderia, acho que pesquisa em conjunto com órgãos privados, captação de recursos privados, entrevistas, palestras, participação em eventos no exterior, redação não só científica né mas escrever pra revistas de circulação técnica, revistas mais populares, website, então sites por exemplo voltados para público-alvo, no nosso caso _____, muitos professores escrevem em revistas de circulação e sites que são voltados para o público-alvo. Então essas aí são ações importantes do programa pra aparecer, pra ser reconhecido, (...) são pesquisas são feitas no intuito de você aplicar ela no mercado, então isso aí aumenta a reputação no curto prazo então o reconhecimento do mercado. [Professor C2, 9:8]

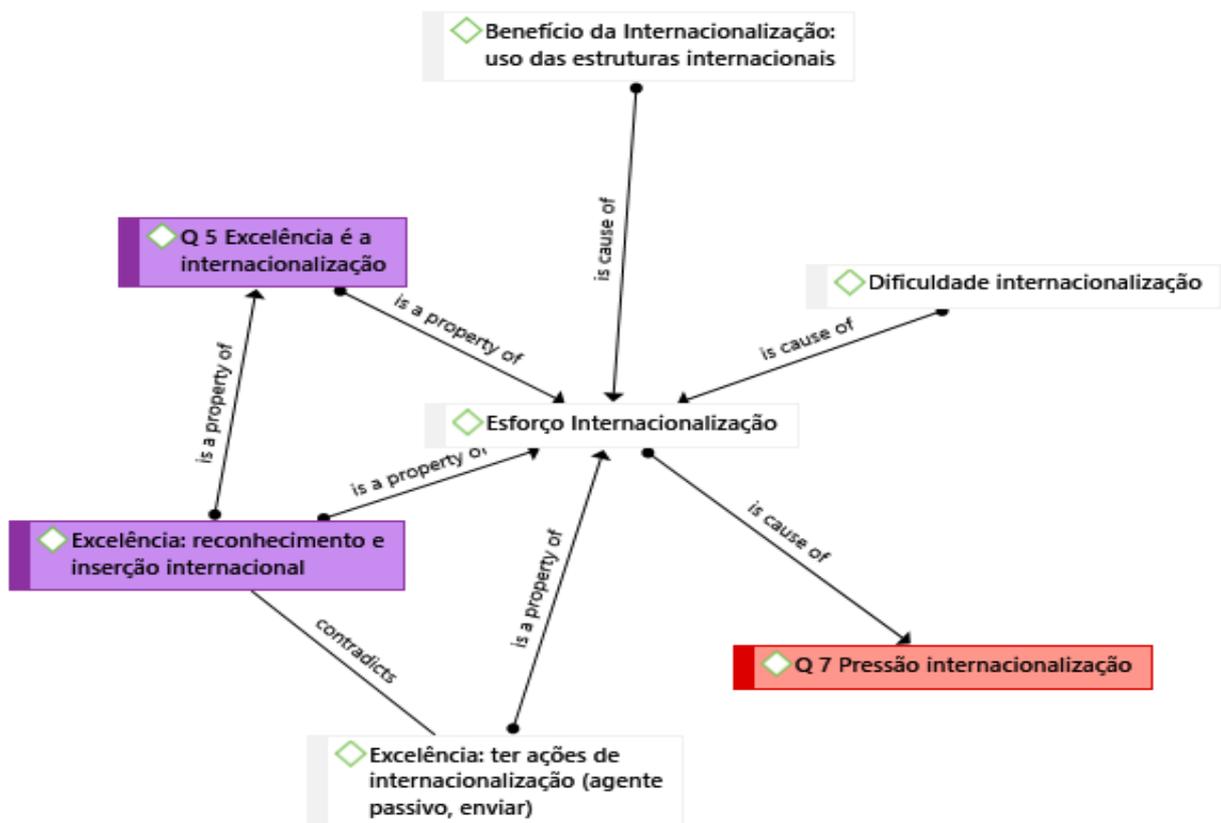
Frente a conceituação da liderança científica como resultado do perfil do corpo docente e conseqüentemente da formação discente, na nucleação de outros grupos de pesquisas em distintos programas de pós-graduação alocados em diferentes regiões, os professores discutem a formação de recurso humanos para suprir as demandas do sistema público e privado.

Entretanto, para a realização desse cenário de liderança científica, a disponibilidade de recursos se posiciona como um fator crítico devido aos constantes corte orçamentários. Nesse sentido, os programas anseiam a captação de recursos que fomente a infraestrutura disponível para que os discentes possam produzir os seus resultados de pesquisa. Esses se engajam na publicação em periódicos qualificados, de preferência a nível internacional, e a validação do destino do egresso em ambientes de liderança científica. Esses são valores intrínsecos que vislumbram os anseios dos pesquisadores ao ativar a lógica institucional científica na realização das suas pesquisa.

4.2.2. Internacionalização

A capacidade de interação e de articulação de vários professores à adequação do processo de internacionalização, permite caracterizá-lo como um exemplo da representação dos meios necessários para o desempenho de um programa dito de excelência, ou o que chama-se aqui de esforço internacionalização (vide Figura 16).

Figura 16 - Mapa conceitual Internacionalização



Fonte: Dados elaborados pela autora, com auxílio do software Atlas.ti 8.2.34.0.

Nesse sentido, a classificação dos programas como de excelência só é possível com a responsabilidade de uma inserção internacional, em consonância com a pressão das recomendações CAPES como fator determinante para almejar melhores conceitos, conforme a seguinte fala:

Olha eu acho o seguinte, dessas avaliações periódicas, nos direcionou pra duas coisas. Primeiro, existia uma pressão muito forte para internacionalizar o programa. Então por exemplo, como essa questão da internacionalização que sempre foi aportado pela CAPES, como algo que seria importante para que a gente pudesse almejar notas melhores, melhores conceitos. Nós tomamos a decisão de fazer isso, na medida que nós tomamos a decisão de fazer isso, nós também tivemos como resposta positiva por exemplo sair de um curso de nível 5 pra nível 6. Então esse feedback que a gente teve a partir das avaliações periódicas, de conhecer as avaliações periódicas, as críticas ao programa, as críticas aquilo: "Oh vocês são muito bons nisso, mas ta faltando isso". Então isso foi nos direcionando, e eu acho que é

algo interessante. É lógico que as vezes muitas questões das avaliações não são totalmente compreendidos daquilo que você escreve, que você coloca na sua proposta. [Professor DP4, 3:27]

A noção da recomendação CAPES para a internacionalização dos programas apontam para uma relação direta com os valores da lógica institucional científica, ao momento em que os pesquisadores a definem como essencial ao desenvolvimento da qualidade da pós-graduação e o impacto da ciência internacional, como se percebe nas seguintes transcrições:

Eu acho que é melhorar a qualidade da pós-graduação, eu acho não, eu tenho certeza que é melhorar a qualidade da pós-graduação! Então, por isso ela é rígida, buscar a internacionalização do conhecimento e existem várias regras que ela ta exigindo dos programas para que chegue essa internacionalização da ciência. [Professor DP 11, 11:6]

Revistas, publicações, eventos, que tanto faz serem nacionais, como e principalmente pros cursos 6 e 7 eventos e publicações internacionais. A excelência está em que a gente consiga ter uma visão muito maior muito mais abrangente do que aquela vinculada a simplesmente ao seu município, ao seu estado e eventualmente ao seu país. Você tem que olhar de uma forma mais planetária vamos dizer assim, ao desenvolvimento desse indivíduo. A visão é aquela: haja localmente, pense globalmente. Então a gente tem que estimular o aluno a ter essa visão, o aluno que vai sair daqui. O problema é local mas abrangência desse troço é mundial. [Professor DP 2, 2:15]

Identifica-se que o esforço atribuído a internacionalização é percebido como intenso em todos os entrevistados. Esse esforço envolve a reciprocidade da mobilidade discente e docente com redes de pesquisa científicas no exterior, que almeja como fonte de reputação a visibilidade externa. Destaca-se que as principais práticas são: a participação em eventos e congressos científicos, publicação em periódicos internacionais, estímulo para que os alunos realizem o doutorado sanduíche, o intercâmbio de professores, e a destinação de recursos específicos para as ações de internacionalização. Conforme destacado pelos seguintes entrevistados:

A gente faz um esforço muito grande para os nossos alunos, fazerem doutorado sanduíche, a gente empurra eles praticamente. A gente procura ajudar professores que precisam viajar pro exterior, escrevem projetos pra conseguir dinheiro, dentro do possível né. Os alunos que vão fazer doutorado sanduíche no exterior, a gente procura trazer o orientador deles pra cá pra participar da banca. Então, hoje pra nós, é a nossa prioridade. Além da produção científica é a internacionalização. Chama-se de ações de internacionalização, são todas as atividade em que ressalta, seja mandando gente pra fora, ou seja trazendo gente de fora, participação em congressos, em eventos, reuniões. [Professor C3, 1:32]

Olha a gente tem uma boa avaliação nesse quesito de internacionalização porque a gente tem desenvolvido com várias universidades de outros países. A produção em conjunto com pesquisadores estrangeiros, intercâmbio de material aqui nosso da coleção, intercâmbio de estudantes, projetos e publicações em colaboração. [Professor DP 7, 6:11]

O esforço e o resultado, eles ainda são bem divergentes. (...) Mas a gente sabe que o reconhecimento internacional ele ainda é frágil, é bem frágil. [Professor C2, 9:32, 9:33]

Entretanto, observa-se no relato do último professor a percepção do distanciamento entre o esforço e os resultados alcançados. Ou seja, não é percebido como satisfatório só ter ações de internacionalização como agente passivo e não desenvolver redes de colaboração científica, mas ter a inserção internacional pelo reconhecimento dos pares internacionais (ex. ações de iniciativa dos grupos internacionais em estabelecer parcerias), como declarado neste relato:

E os programas de excelência o que a CAPES tem focado ultimamente na avaliação, é justamente em diferenciar duas coisas: uma é você ter internacionalização, internacionalização seria você participar de eventos, escrever *papers*, dar palestra no exterior, trazer gente de fora, mandar aluno para fora, né? Mas essa internacionalização no Brasil na maioria das vezes essa internacionalização ela é... o Brasil é pouco reconhecido (...) nós saímos pouco, por exemplo somos poucos chamados para dar palestras lá fora, somos poucos procurados para vir alunos de países desenvolvidos para cá... e isso aí, nós temos poucos revisores de periódicos internacionais assim nos programas em geral, né? E isso aí é o objetivo dos programas, seria o que? Seria você ter o reconhecimento e a inserção internacional, então quando a gente fala em programa de excelência, a CAPES ela frisa muito bem isso, os programa 6 e 7 que são **os programas de excelência eles tem a inserção internacional**, que é diferente, então você cria raízes, você faz pesquisas com parcerias bem próximas com pesquisadores no exterior, você traz pessoas de fora aqui para o Brasil, alunos de fora procuram os programas aqui porque reconhecem como bons. Então é bem diferente de você mandar, você só usar o que é internacionalização, mas é você ter reconhecimento. Então esse eu acho que é o grande objetivo dos programas e a dificuldade né? Porque a gente sabe das...dificuldades da língua que tem, dificuldade cultural que a gente tem em cima disso. Então quando a gente fala em programa de excelência, hoje é você ter a pesquisa de forma global reconhecida, seria mais ou menos isso. [Professor C2, 9:12, 9:13]

Os reflexos são o fortalecimento da imagem dos programas no cenário internacional, o estabelecimento de convênios com redes de colaboração internacional, publicações em revistas internacionais, também ligadas a necessidade de contratação de profissionais para tradução desses artigos para a língua inglesa, o constante intercâmbio de professores e alunos, a necessidade de adaptação ao idioma, e o pagamento para submissão artigos. Esse relato descrevem o critério extrato “qualis” A para seleção de revistas científicas:

(...) no meu caso foi uma consequência do fato de eu ter feito dois pós-doutorado no exterior. Então diante disto eu consegui um certo contato com professor lá que mantém até hoje, tanto é que dessas publicações A1, das minhas publicações A1, grande parte ali, não digo grande parte, mas em parte a gente conseguiu por causa dessa internacionalização como consequência do meu pós-doutorado. [Professor DP 9, 14:24]

Visando aumentar a inserção internacional por meio de ações individuais e coletivas do corpo docente dos programas, e ainda o estímulo a maior cooperação entre pesquisadores e instituições, visando otimizar a utilização de infraestrutura e recursos humanos, com objetivo na melhoria da qualidade das produções científicas e capacitação discente, os programas consentem em seguir as recomendações constantes nos documentos de avaliação da CAPES, adotam sistematicamente uma política de acompanhamento do desempenho produtivo e as contribuições do corpo docente as ações de internacionalização.

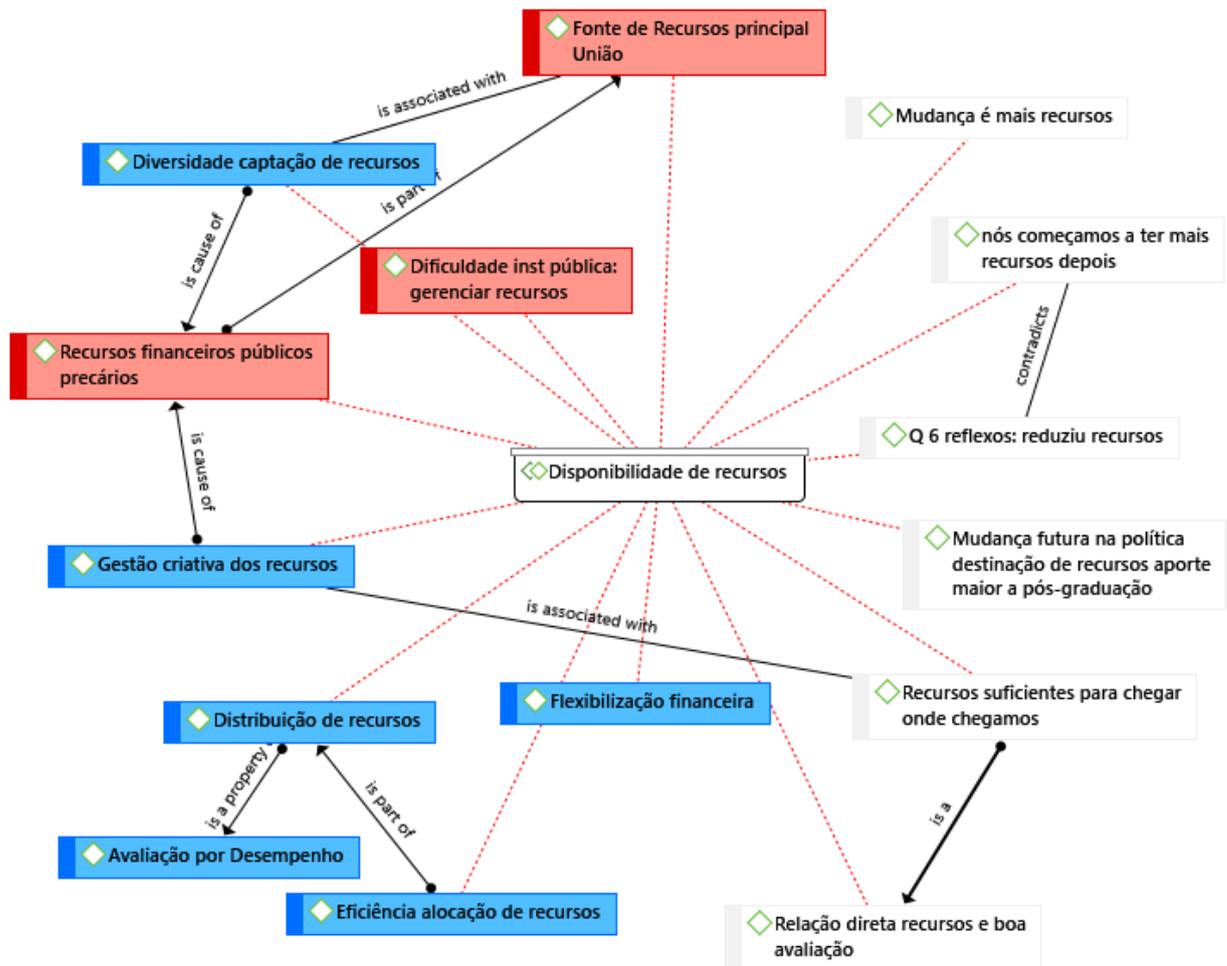
4.3. FONTE DE RECURSOS E BASE DE ESTRATÉGIA

4.3.1. Disponibilidade de recursos

A fonte e disponibilidade de recursos foi um discurso amplamente utilizado pelos respondentes ao caracterizar o ambiente nacional da pós-graduação, como fator limitante e base

de estratégia para o desenvolvimento das pesquisas científicas, nesse sentido optou-se por delinearlos em uma sessão específica que consolidasse esse cenário conforme Figura 17.

Figura 17 - Mapa conceitual Disponibilidade de recursos



Fonte: Dados elaborados pela autora, com auxílio do software Atlas.ti 8.2.34.0.

O discurso da necessidade de um sistema de avaliação que classifique (ranqueamento) os programas de acordo com o seu desempenho, priorizando a qualidade da formação de recursos humanos, com uma das principais finalidades de distribuir recursos, foi o mais ativado pelos pesquisadores, tanto na sua dimensão em atender aos valores da lógica institucional científica em primar pela qualidade científica da formação do recurso humano e seus produtos, quanto na orientação da lógica gerencial em noções de gerenciamento, mecanismos de gestão, avaliação de desempenho e eficiência na alocação dos recursos. Destaca-se que as noções preliminares são inerentes aos atores sociais, mesmo que em circunstâncias levianas, e assim

ao reproduzi-las a representação toma consciência e essa é ativada em variados momentos da entrevista:

A avaliação é feita, exatamente pra você, eu vou ser bem simplista pra separar o joio do trigo. E obviamente ela é feita para ranquear os cursos. Então, qual o objetivo da avaliação? O objetivo é simples, nós vemos no mundo em que a curva normal é normal em todas as atividades, não é? (...) Essa curva funciona para tudo, agrega-se isso no caso da pós-graduação que não tem dinheiro para todo mundo, pra pesquisa. Olha como que você vai distribuir esses recursos, se não tem dinheiro para todo mundo? Você tem que de alguma forma ranquear. Quem for melhor ranqueado, tem mais bolsa, tem mais recurso, então a avaliação é feita primeiramente para separar o joio do trigo. [Professor DP 8, 7:11, 7:13]

(...) a própria CAPES com a forma de gerenciar o recurso financeiro, disponibiliza um recurso que fica diretamente para o coordenador do curso, não para a instituição. Então, neste sentido, a coordenação do curso tem um pouco mais de liberdade, eu diria, para gerenciar o recurso e direcionar o recurso para certos objetivos que o programa têm. Então isto também facilita. Por exemplo: a gente está precisando que venha algum professor de fora dar curso, então a gente pode direcionar esforço para isso, financeiro também. A gente poderia fazer um projeto, e tal... então assim, financiar algumas coisas que são específicas para o programa e que via instituição a gente não consegue fazer, o curso de excelência consegue. Então isso é uma vantagem que eu vejo também para o curso de excelência. (...) Então a própria forma de gestão do recurso facilita para quem é do curso PROEX. [Professor C 4, 5:29]

(...) então esse feedback tem sido utilizado como uma maneira de você dirigir do ponto de vista da gestão do programa. [Professor DP 4, 3:28]

Essa percepção é agravada pelos constantes cortes no fomento da pesquisa científica brasileira e agravante do cenário de crise enfrentando pelas áreas de ciência, tecnologia e inovação no País. Segundo Abilio Baeta Neves (presidente da CAPES 2015-2017), a CAPES perdeu cerca de R\$ 1 bilhão de seu orçamento por ano, passando de mais de R\$ 7 bilhões para R\$ 5 bilhões no período de 2015-2017 (CAPES, 2017). O que é corroborado por algumas transcrições:

Mas é um produtivismo, assim de modo geral o sistema, ele é produtivista, é um sistema centralista e produtivista. Por isso que você tem muitos professores que não se enquadram no sistema, que reclamam, o que saem. Na verdade só fica no sistema os professores que concordam com essas regras do jogo. Mas é um sistema produtivista e ele tem distorções. A minha avaliação é o seguinte, eu não tenho muito tempo e nem condições de questionar muito, senão eu entro em crise, e eu não quero que os meus professores entrem em crise, eu quero que eles continuem. Agora é normal que as pessoas entrem em conflito muitas vezes as pessoas chegam em uma situação "De que que vale essa luta insana por publicação científica?". O modelo americano é diferente, lá eles também são bastante produtivistas, mas lá é diferente, porque é menos centralizado e tem mais dinheiro. Então, aqui o problema no Brasil é o seguinte, é um sistema produtivista que cobra a produtividade, mas não te dá tanto recurso (...) Eu uso os meus esforços como coordenador, é tentar botar panos quentes e não deixar as pessoas entrarem em crise. E eu mesmo não posso entrar em crise. Mas o sistema CAPES é bastante centralista...Enfim, é possível, ele dá margem a ser bastante criticado, em linhas gerais não é todo mundo que tem estômago para fazer esse jogo. Mas é o jogo que tá aí, é o jogo que determina, as regras são essas. Eu sempre achei que era possível mudar as regras, a partir do momento que você joga. Só que não sei até que ponto isso é possível (Risos). Entendeu? Mais fácil você mudar as regras, se você está dentro do jogo, do que você está fora. Será que seria isso mesmo? Eu também não sei. (...)Tem uma ligação de 100%. Quanto mais recursos, melhor a avaliação da CAPES. Assim, não tem como ter uma boa avaliação da CAPES com poucos recursos. Então os nossos recursos sempre são poucos, eles têm sido suficientes para eu chegar onde a gente chegou. Mas pra ser bem avaliado você precisa ter bons recursos. [Professor C 3, 1:50, 1:56, 1:61, 1:62]

A seriedade dessas discussões tem reflexos imediatos no futuro da pós-graduação, como evidenciado no documento de área da CAPES (2016b): diante do cenário das constantes restrições orçamentárias para financiamento de pesquisas por órgãos públicos, recomendou-se

aos seus programas que sejam proativos e desenvolvam ações para aumentar a colaboração e parceria com o setor privado. Fato também destacado no documento de área da CAPES (2016f), que estimula nos programas nota 6 e 7 o financiamento da pesquisa e forte interação com o Setor Industrial. Cabe esclarecer, que as razões disso não foram analisadas em sua totalidade no presente estudo, pois não é este o objetivo, mas sim fomentar a discussão das interpretações das expectativas que nela se difundem em relação ao planejamento e gestão dos programas em respostas as diretrizes do órgão governamental educacional.

E frente a disponibilidade cada vez menor de recursos esse sistema de avaliação acaba sendo necessário para que é pra você poder fazer uma distribuição de forma proporcional, também ao que o programa contribui com a parte científica. [Professor C2, 9:2]

Então, um exemplo, o fato de nós termos saído do conceito 5 para o conceito 6, o que que isso implicou? Isso implicou que no conceito 6 nós temos mais flexibilidade financeira, em vez do dinheiro vir pra [nome da universidade], entrar dentro da [nome da universidade], o dinheiro vem em uma conta do Banco do Brasil, em que nós movimentamos essa conta independente da [nome da universidade]. Depois a gente presta contas pra CAPES. Então a avaliação é tudo, nós precisamos dar bastante atenção pra avaliação, porque da avaliação vai depender os recursos que nós vamos ter e o prestígio. [Professor C3, 1:6]

Com o sentido de estimular os programas de pós-graduação a buscarem aporte de recursos privados, externo aos órgãos públicos tradicionais (CAPES, CNPQ, Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados), verificou-se algumas ações dos programas que confirmam a pretensão de contornar os desafios orçamentários, a diversidade na natureza das instituições de financiamento de suas pesquisas e parcerias de desenvolvimento tecnológico. Dentre as ações reflexos da escassez e contingenciamento dos orçamentos públicos educacionais, ressalta-se: ações de redes de parceria científica para compartilhamento de infraestruturas, seja como parcerias institucionais ou na forma de especialização científica no exterior pós-doutorado e doutorado, tanto sanduíche como “integral”.

Nesse sentido, as consequências e reflexos da restrição orçamentária e a chancela do conceito de excelência, os programas reconhecem a *flexibilização financeira, eficiência na alocação de recursos, distribuição por meritocracia e relação com o prestígio acadêmico*.

Segundo, é que nós precisamos fazer o que? Ora nós precisamos saber como que vamos fazer alocação de recursos? Ora recursos financeiros para material de consumo, recursos que um curso de pós-graduação precisa. É lógico que esse aporte de recursos também tem que ser valorizados pela meritocracia, não podemos fazer uma distribuição política, temos que ter uma distribuição técnica. Lógico que existem desigualdades, existem, mas existe oportunidade, isso é uma coisa para mim que ficou muito bem posta na CAPES. Existem os cursos de áreas mais carentes, mas aí tem uma questão do empenho das pessoas, a criatividade que cada grupo de pesquisa utiliza o recurso, o recurso ele é fundamental, mas a maneira de você usar o recurso e como que você cria oportunidades com o recurso que você tem, é fundamental. [Professor DP 4, 3:10]

Então eu acho que o processo gera esse ciclo de auxílios entre programas e do governo para os programas que mais necessitam acho que na verdade esse seria o objetivo: conseguir fazer uma gestão melhor do recurso financeiro e também da formação de Recursos Humanos qualificados ver onde tem as falhas de formação e auxiliar nessas falhas de Formação assim como a parte científica a produção de ciência de qualidade para que consiga colocar esses programas de pós-graduação mais inseridos no contexto internacional, eu diria assim. Já que o conceito de ciência é internacional. [Professor C4, 5:19, 5:20]

Essa relação tem maior probabilidade de “**ativar**” as lógicas institucionais disponíveis, como oportunidades estratégicas na busca por sustentar uma posição social e vantagens. Desse modo, a hibridização das lógicas combina uma identidade comum em que viabilizará a esquiva com o surgimento de subgrupos cujas diferentes identidades enfatizam as tensões entre as lógicas combinadas. Ou seja, os pesquisadores são capazes de manipular a introdução da lógica gerencial (hibridização instrumentada) dissolvendo práticas e valores.

Entretanto é necessário destacar que a respeito da influência da combinação de estratégias, mesmo que bem sucedida, evidencia que as provas dessa abordagem a socialização dessas estratégias podem ser insuficientes para evitar o surgimento de conflitos e tensões das lógicas institucionais gerencial, científica e estado, entre os atores sociais (coordenadores e professores) sendo que é inerente os esquemas mentais pré-existentes que orientam as práticas apropriadas ao atendimento do processo avaliativo da pós-graduação.

Em continuidade, foram observados que as fontes de recursos declaradas em um ambiente de desafios orçamentários, dos programas aqui estudados, possuíam um universo de 89 programas de fomento e financiamento no ano de 2017, sendo que a CAPES é a principal fonte de fomento à especialização. As demais instituições de fomento e financiamento são distribuídas entre públicas e privadas, conforme a planilha de Dados Abertos Coleta Sucupira 2017 (2018): CAPES (28), CNPQ (27), Fundação Araucária (14), FINEP (3), Nome da Universidade (2), Fapesp (2), Coodetec Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (1), Cocamar Cooperativa Agroindustrial (1), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1), Fapergs (1), Fapesb (1), Fundação Parque Tecnológico ITAIPU- Brasil (1), Fundo de Defesa da Citricultura Fundecitrus (1), Furnas Centrais Elétricas SA. (1), Itaipu Binacional-Brasil (1), Ministério da Ciência e Tecnologia (1), Petróleo Brasileiro SA. Petrobras (1), Purific do Brasil Ltda. (1) e Stoller do Brasil Ltda. (1).

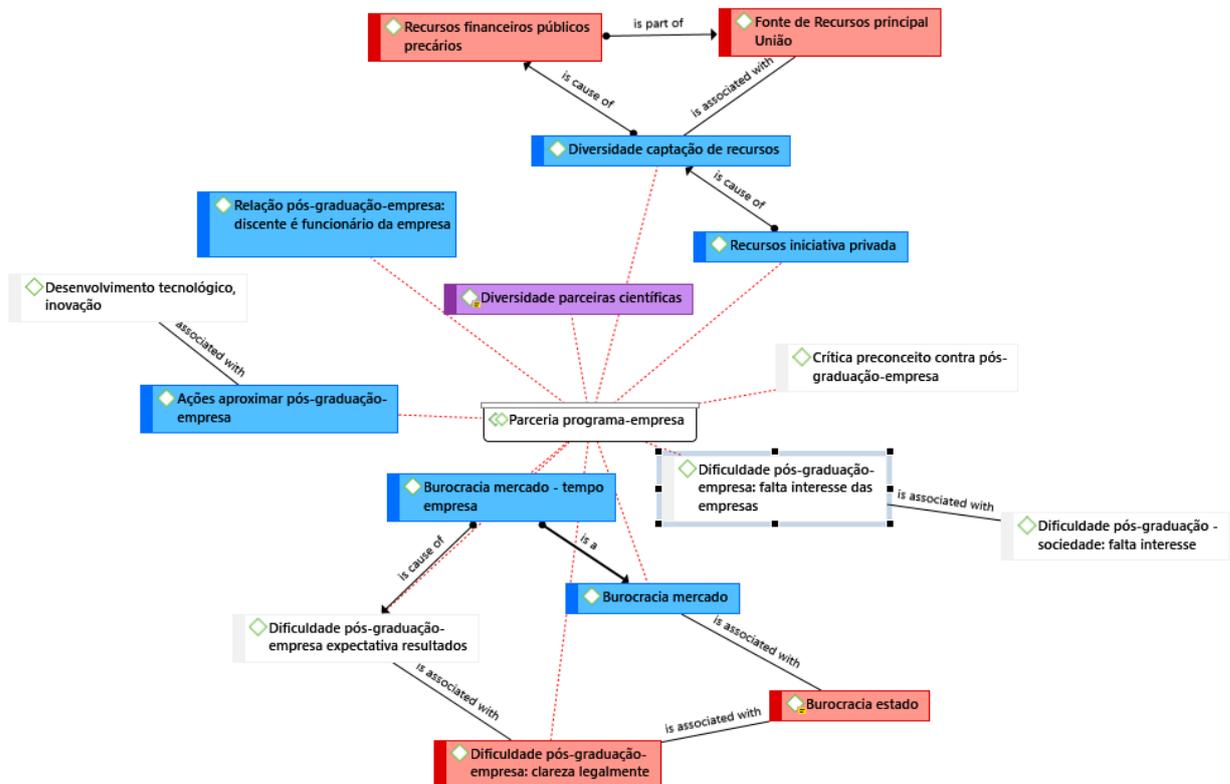
4.3.2. Parceria pós-graduação e empresa

Uma das bases de estratégia enunciadas pelos programas é a relação do desenvolvimento de pesquisas em parceria com as empresas (Figura 18), de acordo com as recomendações da CAPES expressas nos documentos de área em estabelecer financiamento externo com a iniciativa privada (CAPES, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e, 2016f).

Os programas engajaram em convênios principalmente para o **desenvolvimento de produtos e tecnologias**. Ainda nesse aspecto, a ideia da inovação tecnológica é considerada

um *trigger* para o desenvolvimento econômico com o uso da ciência para resolução de problemas econômicos, representando uma mudança no campo da ciência (Berman, 2011).

Figura 18 - Mapa conceitual Parceria programa-empresa



Fonte: Dados elaborados pela autora, com auxílio do software Atlas.ti 8.2.34.0.

Essa aproximação com o mercado é representado como resposta aos valores e práticas da lógica gerencial para a ciência continuar evoluindo. Esse aspecto é caracterizado sendo um critério de avaliação na sessão inserção social, pontuado como cooperação entre o setor público e privado, e avaliado pelos seus principais impactos (tecnológicos, econômicos, profissional, entre outros) na contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional, na disseminação de técnicas e de conhecimentos, isso fica evidente nestes trechos das entrevistas:

É uma relação bem saudável, mas você tem dois tipos de relação que pode ter com a empresa, um é prestação de serviço, prestação de serviço não vira trabalho científico. A prestação de serviço seria a empresa quer testar um produto, ela vem aqui e procura o docente, o docente tem estrutura (...) e faz um teste, emite um laudo e cobra por isso, via universidade ou institutos aí fundações associadas. Esse recurso na maioria das vezes o docente usa pra fazer a pesquisa, é um dinheiro que ele capta, tá lá pra fazer a pesquisa do orientado dele. E o outro não, é parceria mesmo de pesquisa, então parceria de pesquisa com empresas, no sentido de desenvolvimento de produtos, inovação, e até mesmo usar produtos comerciais mas que com propósito mais acadêmico, menos comercial. Então, essas duas relações, ela é muito saudável, a interatividade da universidade com a empresa, desde que se tome os devidos cuidados, de não ganhar a fama, por exemplo, de se vender por resultados. Se a pesquisa for feita de forma imparcial, como ela dever ser feita pelos preceitos, não tem problema nenhum. [Professor C 2, 9:41]

Tem algumas empresas, e tem alguns pesquisadores, eu também tenho essa inserção, que participam de projetos. Por exemplo, FINEP ou com empresas. Então ajuda na elaboração de projetos, depois ajuda no desenvolvimento desses projetos, em parcerias com empresas, para desenvolvimento de produtos mesmo. Eu acho que é importante. Eu acho que é fundamental para a universidade ter essa inserção junto às

empresas, junto às indústrias. Eu acho até que deveria ter mais. Deveria uma inserção maior e uma busca maior. [Professor DP 10, 15:17]

Frente a esse cenário a transcrição acima reconhece o problema na incipiência da comunicação entre a ciência produzida no país e a tomada de decisão empresarial (CAPES, 2016c).

Dentre essas relações, os relatos revelaram que os convênios estabelecidos se originaram por **iniciativa** das empresas. Entretanto, os respondentes concordam entre si que a proximidade poderia ser intensificada. Segundo os mesmos o que justificaria esse distanciamento seria o pensamento tradicional ancorado na lógica científica em que a aproximação com a lógica gerencial comprometeria os resultados das pesquisas e a independência científica, conforme relata esse professor:

O Brasil tinha que ser reinventado. Porque o sistema educacional nosso é altamente preconceituoso contra isso. Existe uma voz na universidade muito forte ainda contra a associação do sistema público da universidade com o sistema produtivo. São contra, é bandeira, e se você faz alguma coisa você praticamente é pisoteado. [Professor DP 2, 2:42]

O que esse professor está tentando retratar é o possível impacto negativo de ideologias no sistema do ensino superior, não se tratando de uma crítica mas de uma característica no campo da pós-graduação em que se está inserido. Isso é possível porque este é um ambiente caracterizado por amplos debates abertos e discussões democráticas. De qualquer modo, outro entrevistado reforça a predominância do discurso favorável a entrada das parcerias com empresas, acessível a lógica gerencial como ressalta o seguinte trecho:

Então tá **aumentando isso daí, eu tô achando, esse interesse das empresas pela Universidade**, sabe? Dentro da universidade às vezes chega até um determinado ponto na pesquisa que a gente não consegue avançar mais a gente precisa deles. Aí nesse ponto seria muito importante estabelecer melhor essa comunicação entre empresas e a universidade. Isso fica muito pontual às vezes. Eu dei o meu exemplo, eu sei que alguns professores aí que tem o exemplo deles, mas é tudo pontual: vem resolve aquele problema. Mas se a universidade tivesse uma ligação melhor com as empresas seria muito melhor pra gente. (...) Acho que a universidade tem que se divulgar mais, PPG tá tentando fazer isso com aquele o Ciência na Praça. Mas acho que Ciência na Praça é importante, vai levar o conhecimento para a comunidade mas não das empresas [Professor DP 6, 4:59, 4:60]

O seguinte relato expõe a natureza dos recursos financeiros do programa, justificada pela escassez de recursos públicos e a necessidade de aliar financiamentos externos públicos e privados:

A captação de recursos de empresa, eu não tenho de cabeça agora, mas eu fiz o levantamento no ano passado e é praticamente 50% da captação dos recursos nosso hoje no departamento para pesquisa, ela vem do setor privado, é praticamente meio a meio. No ano passado parece que era totalmente público. [Professor C 2, 9:42]

A busca por mais convênios, aderência ao maior número de editais para financiar as suas pesquisas é crucial a sobrevivência da pós-graduação:

Mais convênios, mais convênios que envolvem dinheiro, eles tinham que botar mais dinheiro aqui dentro. Entendeu? Então, como nós rodamos mais com dinheiro da CAPES, CNPQ, e é um dinheiro pequeno, não é tanto dinheiro assim. Então, para crescer mais a parceria, teria que ter mais convênios com empresas. [Professor C3, 1:42]

Mas eu vejo que acaba divulgando o curso, acaba divulgando a pesquisa, e acaba atraindo o interesse, tanto de alunos, quanto de empresas. E também em termos de outras instituições. A gente tem convênios ou pesquisas com outras instituições. [Professor 10, 15:4]

Então, essas questões todas o programa tem que captar mais dinheiro não só dos órgãos públicos, mas de empresas privadas e tal pra ele manter a qualidade das suas pesquisa. [Professor DP 1, 8:19]

Nesse movimento de angariar recursos da iniciativa privada, o estabelecimento da relação pós-graduação-empresa ainda não adquiriu uma identificação adequada e específica. Destaca-se a falta de delineamento claro dessas ações, tal como o delineamento legal recente com o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016). Estes, são elementos que se posicionam como dificultadores no estabelecimento dessas relações, em respaldo da lógica científica ser fortemente considerada legítima dentro da universidade, tornando os programas e laboratórios de pesquisa os lugares legítimos para discussões e as áreas sociais privilegiadas para definir agendas de pesquisa e/ou conteúdo pedagógico. O que poderia justificar a possibilidade de divergência dos interesses na execução da pesquisa programa-empresa, na ausência de um delineamento claro das políticas, as ações dos pesquisadores e empresários seguem indefinidas ou em um cenário desagregado, conforme se observa nos trechos a seguir transcritos:

Nem sempre a resposta que eles querem, são as respostas que a gente obtém. [Professor DP11, 11:59]

Então eu vejo que tem professores que tem parcerias com empresas que acaba assim, dando até dois projetos pro aluno: um da empresa, que mantém a bolsa dele, e outro que ele possa publicar, que ele possa atender os critérios da CAPES. (...) isso seria uma maneira de fomentar a pesquisa. De uma outra alternativa. Porque as empresas elas tem recurso pra isso, e às vezes ela não tem profissionais qualificados por não contratarem. Então elas poderiam investir esse dinheiro na instituição, só que o que eu vejo, o principal problema que isso não acontece é que são os interesses diferenciados. [Professor C 5, 12:60, 12:64]

Às vezes vai à frente, às vezes não, porquê às vezes as empresas acham que a pesquisa é algo que pode ser feito sem muito recurso, sempre demanda recurso, tempo, demanda material humano, e às vezes eles não entendem isso. (...) Eu acho até que deveria ter mais. Deveria uma inserção maior e uma busca maior. O duro é que eu não sei se a gente não compreende eles ou eles não compreendem a gente, a indústria. Porque o tempo da pesquisa, a pesquisa demanda recurso humano, em geral demanda recurso financeiro e demanda tempo. Às vezes as pessoas acham que o tempo, a pesquisa pode ser feita em um tempo muito pequeno, com pouco recurso e quase nenhum recurso humano. Tem uma ideia um pouco errada de como se tem resultado, acha que as coisas. Ou tem gente até que quer buscar as coisas até prontas, eu preciso de algo que atenda isso para mim, "Ah se eu(professor) já tenho algo pronto?", "Não tem". Mas com pessoas, com empresas que tem essa visão de pesquisa e que sabem o que é uma pesquisa, e o que demanda ela, eu acho que a gente tem tido, sim, bons exemplos, de bons resultados dessa interação. [Professor DP 10, 15:4, 15:18]

Como parece evidenciar nessa última citação, não se trata apenas da divergência de interesses, mas também das formas burocráticas estabelecidas, a codificação burocracia mercado e burocracia estado revelam o modo como a lógica burocrática opera nos programas de pós-graduação e nas organizações privadas, definindo as estruturas de governança (Meyer

et al., 2013) em que a base de tempo ocorre em diferentes instâncias. Aqui não se trata exclusivamente da administração burocrática típica a lógica de estado inerente a pós-graduação estatal, mas as organizações privadas ancoradas nessas parcerias:

A parte de burocracia interna da universidade é uma coisa atávica, ela impede, ela bloqueia, ela dificulta, ela faz todo o possível para que isso não ocorra. O sistema privado ele é muito veloz, em termos das coisas que tem que acontecer. Aqui pra ter um projeto aprovado você leva ano. O ano já passou, a empresa não quer mais aquilo as vezes, ele já desenvolveu, eles precisam desenvolver. [Professor DP 2, 2:11]
Operacionalizar, pra que quando tem Universidade e Fundação, no caso da FADEC ou esses institutos que vão gerenciar os recursos, onde a empresa vai depositar, existe uma burocracia muito pesada, na UEM toda para cumprir isso, cumprir aquilo. E a agilidade nesse processo é que trava. Você vai fazer tudo legal, legal, legal que deve ser, sempre tem que se fazer, mas tem que ter um fluxo que me permita eu trabalhar com a empresa, eu contactar com a empresa e dá o meu comprometimento e eu conseguir a fazer aquilo. Não eu me comprometer com a empresa e depois pelo trâmite dentro da UEM, eu não consigo a cumprir o que eu prometi. Isso é muito ruim quando se trabalha com as empresas privadas, é ruim demais. [Professor DP 1, 8:13]

Como ressaltado no trecho acima a burocracia empresarial ocorre em um tempo diferente da estatal, a burocratização da gestão pública influencia na velocidade de respostas dos programas, o que é percebido negativamente pelas empresas privadas uma vez que estrutura formal possui menor limitação e flexibilidade processual.

No tocante a necessidade de maior clareza ou operacionalização dessa relação, há aspectos legais e burocráticos limitantes a investigação científica. Isso é mencionado em alguns discursos dos pesquisadores:

Como por exemplo, a empresa às vezes ela quer resultado a curto prazo e a pesquisa não é assim né, pra pesquisar a gente não tem como por prazos pra ter aquele resultado. Então a questão daí de gerar um produto, que vai ser o detentor desse produto, por isso que daí vem à questão de NIT né, é importante ter um NIT que consiga gerenciar tudo isso. [Professor C 5, 12:65]
Sim. Deveria ser mais divulgado, na verdade. Eu acho que deveria ter um incentivo. Linhas de pesquisa, mesmo, com o incentivo da interação universidade e empresa bem direto. Deixando claro quais são os objetivos de cada parte. O que cada um vai ganhar também com isso. Porque não pode só empresa ganhar, também. Mas tem que ser menos burocratizado, porque eu acredito que é muito burocrático ainda. Tanto em termos da agência de fomento quanto aqui dentro da Universidade. Então se torna inviável por ser burocrático [Professor DP 10, 15:19]
Eu acho que clareza de quais são os benefícios para a universidade e quais são os benefícios para a empresa. Ter regras claras pra isso, uma vez que existem regras claras, transparentes e que eu sei qual vai ser o meu benefício, qual vai ser o da empresa, qual é o meu papel da empresa, qual é o meu papel? Até que ponto a empresa pode ir, algumas coisas que fiquem claras as pessoas vão trabalhar. [Professor DP 4, 3:97]

Pode-se concluir que a dimensão de agência dos professores no estabelecimento de parcerias com as empresas suportem a aceitação da hibridização de lógicas. Quando buscam práticas e valores da lógica gerencial para fomentarem as pesquisas científicas, o fazem através de uma hibridização instrumentalizada, em que desenvolvem um discurso crítico ancorado na aceitação dessa relação, como fonte de recursos estratégico para viabilizar o objetivo central dos programas em realizar pesquisas científicas primando a qualidade da formação dos recursos humanos.

Desse modo, a partir das análises foi possível alcançar os objetivos propostos, no âmbito e nos limites desta pesquisa no ambiente institucional da pós-graduação, as lógicas institucionais influenciam as respostas dos programas à avaliação periódica da CAPES, mediante o significado atribuído a essas recomendações e a definição do processo avaliativo dada a seleção estratégica de elementos das lógicas concorrentes e as circunstâncias ambientais relacionadas pelos coordenadores e professores.

5. CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, a relação entre estrutura e agência tem recebido atenção considerável pelas suas implicações teóricas (Hallet & Ventresca, 2006). As ordens institucionais não são entidades monolíticas com uma identidade social coerente para cada tipo de ator, mas várias singularidades que refletem uma conciliação temporária para cada ambiente (Meyer et al., 2013).

Nesse contexto interpretativo, na qual as lógicas institucionais são instanciadas a nível microsocial, na qual as ações tomam formas, pode-se entender melhor como o significado na busca pela excelência dos programas *stricto sensu* são negociados através das interações entre os atores sociais, não gerando uma organização monolítica, mas variações. Argumenta-se que as respostas são fundamentais porque podem ter implicações para a legitimidade social e assim o acesso de uma organização a recursos críticos (Greenwood et al., 2011, p. 319).

Desse modo, sobre a luz da teoria institucional especificamente na perspectiva das lógicas institucionais, a principal motivação desse estudo foi o interesse em explorar as variações nas respostas dos programas *stricto sensu* à complexidade institucional derivada das lógicas em ação promulgadas pelos atores sociais. Embora essas interações podem ser *taken-for-granted* como parte do sistema social, como pesquisadora interpretativa deve-se não pressupor que essas ações são “dadas como certas” (Hallet & Ventresca, 2006), sendo que essa pesquisa qualitativa foca no interesse interpretativo de compreensão de processos dinâmicos de um grupo social e particularidades no comportamento dos atores sociais e não apenas na descrição do estado das coisas.

Nesse contexto de pluralismo institucional, foi questionado as respostas dos programas de pós-graduação à configuração da avaliação periódica da CAPES pelo *framework* teórico da perspectiva das lógicas institucionais, a validade dessas explicações expostas nesse estudo baseiam-se nas dimensões de agência dos atores sociais e permitem concluir que nos programas de pós-graduação analisados, quando em um ambiente sobre a predominância de mais de uma lógica, as respostas puderam ser identificadas como de aceitação da hibridização e hibridização instrumentalizada, o fazem pela interpretação dos elementos das lógicas institucionais como fonte de recursos estratégicos em que os programas se adaptam aos critérios plurais na ideia de obtenção de legitimidade.

A análise dessas resoluções de conflitos explora o debate sobre as recomendações e implementações da CAPES, e evidencia o nível de agência dos professores quando lidam com

as tensões das lógica gerencial, a lógica científica e da lógica de estado. Argumenta-se que mesmo na ausência de contestações políticas, diferentes atores sociais encarnam diferentes lógicas o que pode resultar na ambivalência organizacional (Bridwell-Mitchell e Sherer, 2016).

Assim, para alcançar o objetivo desse estudo e compreender o potencial impacto de diferentes professores ativando diferentes lógicas, foram identificadas construções simbólicas e materiais em que os programas realizaram para responder à configuração da avaliação periódica da CAPES, agrupadas em três principais categorias: identidade CAPES, excelência, fonte de recursos e base de estratégia.

A partir dos resultados obtidos foi possível significar as categorias em dimensões de análise que nortearam a análise das respostas dos programas foram identificados dois (2) padrões de conformidade, que diferem em nível de análise, a complexidade institucional que acompanha a predominância das lógicas institucionais- aceitação e hibridização. Ambientados em discurso de ação e ações práticas formais, as respostas organizacionais foram: a participação nas comissões de avaliação, compromisso com as recomendações CAPES, o exercício da liderança científica, esforço internacionalização e adesão a convênios de parceiras com empresas.

Como se trata de respostas a recomendações pelo mecanismo de certificação e exigência legal de avaliação, que garante a legitimidade da atuação CAPES, os dados e os mecanismos sociais, podem refletir na pressão por adoção e pouca margem para os atores sociais se contraporem. Entretanto, baseado na estrutura de governança dos programas de pós-graduação e na autonomia do corpo docente, apresenta-se condições para reinterpretar e conflitos nesse padrão legalmente prescrito, em consonância com a própria cultura e valores profissionais.

Nesse sentido, se apresenta os resultados a respeito das dimensões a diferentes respostas dos programas. Primeiramente, é demonstrado a dimensão **entender “por dentro” a avaliação da CAPES**, na qual evidencia os **discursos de ação** que invocaram a aceitação dos valores da lógica gerencial, ao momento em que os programas acompanham e buscam delinear os seus atributos, inadequações e ajustá-los com a manutenção dos quesitos pontuados como muito bons, em associação com a prática de envolvimento dos professores com o processo avaliativo pela participação nos comitês de consultoria, esse ambiente é percebido como positivo e necessário ao fator determinante coercitivo da CAPES.

Em complementar, a dimensão **avaliação por desempenho**, os relatos declararam a necessidade de ranqueamento dos programas, a compreensão do trabalho científico é baseado em uma classificação a um indicador padronizado, a valorização dos processos avaliativos, visando aumentar o rigor e a posição classificatória, refletem a emergência da lógica gerencial.

Ou seja, claramente os pesquisadores aceitam a hibridização da lógica gerencial e **lógica científica**, quando legitimam a sua própria orientação sobre os objetivos da pós-graduação, o que confere aos programas almejar autonomia e a agir estrategicamente.

A dimensão **avaliação é feita pelos pares** corrobora com um ambiente em que a CAPES e os programas selecionam elementos dos *frameworks* das lógicas de estado e científica, ao momento em que confrontam a autoridade governamental e a colegialidade profissional, os entrevistados mantêm os valores da qualidade da formação de recursos humanos da lógica científica e a prática da avaliação periódica e adoção das recomendações regidos pelos valores da distribuição igualitária e crença no bem público da lógica de estado. Entretanto essa conformidade é acompanhada de um discurso crítico (hibridização instrumentalizada), ou seja, os pesquisadores legitimam a identidade CAPES ao reconhecerem-na como sendo um semelhante “os pares”, ancorando-se na reputação acadêmica.

A dimensão **liderança tecnológica**, é ativada nos relatos como um dos principais elementos constituintes da excelência dos programas, a alta profissionalização do corpo docente e a reputação acadêmica, como fonte material e simbólica da lógica científica, são recursos tangíveis e intangíveis aos programas, quando evocam o *status* da excelência, pois é conhecido o benefício na qualidade das pesquisas e formação dos discentes nos programas do PROEX.

Nesse mesmo sentido, a dimensão da **internacionalização** dos programas compartilha com os valores da lógica institucional científica, ao momento em que os pesquisadores a definem como essencial ao desenvolvimento da qualidade da pós-graduação e o impacto internacional da ciência.

Entretanto, para a realização desse cenário de liderança científica e internacionalização, a **disponibilidade de recursos** se posiciona como um fator crítico devido aos constantes cortes orçamentários. Nesse sentido, os programas anseiam a captação de recursos que fomentem a infraestrutura disponível para que possam produzir os seus resultados de pesquisa, as publicações em periódicos qualificados, de preferência a nível internacional, e a validação do destino do egresso em ambientes de liderança científica profissionalização e a reputação acadêmica, como fonte material e simbólica da lógica científica.

Pode-se concluir dessa forma que a dimensão de agência dos professores buscam resolver o contingente financiamento no estabelecimento de parcerias com as empresas suportem a aceitação da hibridização de lógicas gerencial e científica. Quando buscam práticas e valores da lógica gerencial para fomentarem as pesquisas científicas, o fazem através de uma hibridização instrumentalizada, em que desenvolvem um discurso crítico ancorado na aceitação dessa relação, como fonte de recursos estratégico para viabilizar o objetivo central dos

programas em realizar pesquisas científicas primando a qualidade da formação dos recursos humanos.

Do mesmo modo, ao legitimar o processo avaliativo como um dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, os programas como atores organizacionais *embedded* em ativos sistemas sociais, na qual a lógica predominante científica como construção de sistemas de significados e sistemas de práticas em um contexto institucional de ideias socioculturais e crenças que prescrevem apropriados e socialmente legítimos meios de fazer as coisas (Greenwood, Hinings & Whetten, 2014, p. 1208), ao nível da organização refletem as ações que dão forma ao contexto do ensino superior brasileiro.

Nesse sentido, a lógica científica e de estado predominantes no campo do ensino superior público (Berman, 2011), fora observado que ao se deparar com pressões pela manutenção da excelência dos programas, os professores sustentaram elementos da lógica gerencial, para suprir a escassez de recursos financeiros e garantir a continuidade de suas pesquisas, representando assim uma constelação de lógicas (Goodrick & Reay, 2011), em que as decisões dos programas não dependem da diferença de uma única lógica versus outra, mas dos efeitos da constelação dessas lógicas. Destaca-se também, diferentes partes do campo da pós-graduação podem enfatizar diferentes aspectos desta constelação, no entanto os elementos constitutivos das lógicas institucionais são compartilhados.

A presunção de que o ambiente acadêmico é antagonista a lógica de mercado a nível macrossocial e gerencial a nível microssocial, é contraditório quando se foca na emergência dessa lógica como recurso estratégico, o que permite identificar uma nova tipologia para as respostas à complexidade institucional.

Ao prezar pelo contínuo financiamento de suas pesquisa, os pesquisadores estão abertos a ativar a lógica gerencial com a promessa de novos recursos. Mas no estabelecimento dessas parcerias com as organizações, observa-se que os programas tem uma compreensão diferente do modo como a ciência afeta a economia, como sendo uma fonte de recursos passiva, e não como um motor econômico (Berman, 2011).

O mecanismo do processo avaliativo periódico indica aceitação dos coordenadores e professores das recomendações da CAPES na manutenção da excelência acadêmica, e por meio desse pressionaram aos programas a “jogar o jogo”, conforme relato de um professor na dimensão disponibilidade de recursos. Ou seja, direcionar os esforços para atender as exigências e aí sim almejar a possibilidade de “mudar as regras”. Nesse sentido, em resposta a obtenção de legitimidade e sobreviver (Meyer & Rowan, 1977), pode possibilitar aos programas de pós-graduação almejar maior autonomia e agir estrategicamente (Oliver, 1991) e se tornar

empreendedora ou acessar demandas externas de resolução de problemas da sociedade, em particular o desenvolvimento de tecnologias e inovação. Esses argumentos suportam a posição nas dimensões de agência dos programas em aceitar e hibridizar as lógicas gerencial, científica e de estado.

Como sugestão para estudos futuros, ao se debruçar sobre os estudos de Berman (2011), o levante do debate sobre a inserção da lógica de mercado com mais força no campo do ensino superior, sendo as principais razões do estabelecimento dessa lógica no campo universitário americano, ao estabelecer o foco nas mudanças das políticas públicas para incentivar a aproximação das atividades da lógica de mercado, baseado na ideia de que a inovação científica e tecnológica impulsionará a economia, ou seja, pensar no valor da ciência e o melhor caminho para se realizar este valor.

6. REFERÊNCIAS

- Aldrich, H. E., & Fiol, C. M. (1994). Fools rush in? The institutional context of industry creation. *Academy of management review*, 19(4), 645-670.
- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2000). Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. *Human relations*, 53(9), 1125-1149.
- Andrews, M. (2011). Which organizational attributes are amenable to external reform? An empirical study of African financial management. *International Public Management Journal*, 14(2), 131-156.
- Arndt, M., & Bigelow, B. (2006). Toward the creation of an institutional logic for the management of hospitals: efficiency in the early nineteenth century. *Medical Care Research and Review*, 63(3), 369-394.
- Astley, W. G. (1985). Administrative science as socially constructed truth. *Administrative Science Quarterly*, 30(4), 497-513.
- Avgerou, C. (2000). IT and organizational change: an institutionalist perspective. *Information Technology & People*, 13(4), 234-262.
- Babbie, E. (2010). *The Practice of Social Research* (12ª edição). Wadsworth: Cengage Learning.
- Balachevsky, E. (2005). A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In C. Brock & S. Schwartzman. *Os desafios da educação no Brasil* (pp. 275-304). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70, Livraria Martins Fontes (Obra original publicada em 1977).
- Battilana, J. (2011). The Enabling Role of Social Position in Diverging from the Institutional Status Quo: Evidence from the UK National Health Service. *Organization Science*, 22(4), 817-834. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0574>
- Battilana, J., & D'Aunno, T. (2009). Institutional work and the paradox of embedded agency. In T. Lawrence, R. Suddaby & B. Leca (Eds.), *Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations* (pp. 31-58). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Battilana, J., & Dorado, S. (2010). Building sustainable hybrid organizations: The case of commercial microfinance organizations. *Academy of Management Journal*, 53(6), 1419-1440.
- Bechhofer, F., & Paterson, L. (2000). *Principles of Research Design in the Social Sciences*. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Berman, E. P. (2011). *Creating the Market University: how academic science became an economic engine*. Princeton, USA: Princeton University Press.

- Bertels, S., & Lawrence, T. B. (2016). Organizational responses o institutional complexity stemming from emerging logics: The role of individuals. *Strategic Organization*, 14(4), 1–37. DOI: 10.1177/1476127016641726.
- Besharov, M. L., & Smith, W. K. (2014). Multiple institutional logics in organizations: Explaining their varied nature and implications. *Academy of Management Review*, 39(3), 364-381.
- Bhaskar, R. (1989). *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvard Wheatsheaf.
- Blaschke, S., Frost, J., & Hattke, F. (2014). Towards a micro foundation of leadership, governance, and management in universities. *Higher Education*, 68(5), 711-732.
- Bridwell-Mitchell, E. N., & Sherer, D. G. (2017). Institutional complexity and policy implementation: How underlying logics drive teacher interpretations of reform. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 39(2), 223-247.
- Canhilal, S. K., Lepori, B. & Seeber, M. (2016). Decision-Making Power and Institutional Logic in Higher Education Institutions: A Comparative Analysis of European Universities In M. Lounsbury (Ed.), *Towards a Comparative Institutionalism: Forms, Dynamics and Logics Across the Organizational Fields of Health Care and Higher Education*. Research in the Sociology of Organizations (Vol. 45, pp. 169-194). <http://dx.doi.org/10.1108/S0733-558X20150000045019>
- CAPES. (2016a). Coleta de Dados: Conceitos e orientações. Manual de preenchimento da Plataforma Sucupira. Versão 2.0. Recuperado em 07 de março de 2018 do <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>
- CAPES. (2016b). Documento de área: Área 23 – Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Recuperado em 27 de abril de 2018 do <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>
- CAPES. (2016c). Documento de área: Biodiversidade. Recuperado em 27 de abril de 2018 do <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>
- CAPES. (2016d). Documento de área: Ciências Agrárias I. Recuperado em 27 de abril de 2018 do <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>
- CAPES. (2016e). Documento de área: Química. Recuperado em 27 de abril de 2018 do <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>
- CAPES. (2016f). Documento de área: Engenharias II. Recuperado em 27 de abril de 2018 do <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>
- CAPES. (2017a). Avaliação Quadrienal em números. Recuperado em 10 de abril de 2018 de <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/>
- CAPES. (2017b). Presidente da Capes defende debate amplo sobre o sistema de pós-graduação brasileira. Recuperado em 02 de agosto de 2018 do <http://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8471-presidente-da-capes-fala-do-orcamento-e-dos-principais-desafios-da-pos-graduacao>
- CAPES. (2017c). Relatórios de Avaliação por programa. Recuperado em 15 de junho de 2018 do <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>

- CAPES. (2018a). CAPES: História e Missão. Recuperado em 07 de março de 2018 do <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>
- CAPES. (2018b) Sobre a avaliação. Recuperado em 10 de abril de 2018 do <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>
- CAPES. (2018c). Fichas de Avaliação dos programas de pós-graduação. Recuperado em 27 de abril de 2018 do <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.xhtml>
- CAPES. (2018d). CAPES realiza treinamento para coordenadores de cursos de excelência. Recuperado em 02 de agosto de 2018 do <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8830-capes-realiza-treinamento-para-coordenadores-de-cursos-de-excelencia>
- CAPES. (2018e). Diretora da CAPES apresenta dados sobre a avaliação da pós-graduação. Sala de imprensa. Recuperado em 02 de agosto de 2018 do <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8969-diretora-da-capes-apresenta-dados-sobre-a-avaliacao-da-pos-graduacao>
- Castro, C. de M., & Soares, G. A. D. (1986). As avaliações da CAPES. In S. Schwartzman & C. de M. Castro (Orgs.) *Pesquisa Universitária em Questão* (pp. 173-229). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Ícone Editora.
- Chia, R. & MacKay, B. (2007). Post-processual challenges for the emerging strategy-as-practice perspective: Discovering strategy in the logic of practice. *Human Relations* 60(1), 217–242.
- Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2003) *Métodos de Pesquisa em Administração*. (L. O. da Rocha Trad.), (7ª edição). São Paulo: Bookman.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª edição). Porto Alegre: Artmed.
- Cross, Di, Thomson, S. & Sinclair, A. (2018). Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics. Clarivate Analytics. Recuperado em 11 de abril de 2018 de <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>
- Crubellate, J.M. (2004). *Parâmetros de qualidade de ensino superior: análise institucional em IES privadas do estado de São Paulo*. Tese de Doutorado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Crubellate, J. M. (2007). Três Contribuições Conceituais Neofuncionalistas à Teoria Institucional em Organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(1), 199–222.
- Currie, G., & Spyridonidis, D. (2016). Interpretation of Multiple Institutional Logics

on the Ground: Actors' Position, their Agency and Situational Constraints in Professionalized Contexts. *Organization Studies*, 37(1), 77–97. <https://doi.org/10.1177/0170840615604503>

Cury, C. R. J. (2005). Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, 30, 7-20. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300002>.

Decreto nº 29.741, de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Recuperado em 02 de maio de 2018 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto nº 86.791, de dezembro de 1981. Extingue o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Recuperado em 02 de maio de 2018 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86791-28-dezembro-1981-436402-publicacaooriginal-1-pe.html>

DiMaggio, P. (1997). Culture and cognition. *Annual Review of Sociology*, 23, 263–287.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. 1983. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160. Dobbin, F. (2010). Book review: Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations. T. B. Lawrence, R. Suddaby & B. Leca (Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2009. *Administrative Science Quarterly*, 55(4), 673–676.

Dover, G., & Lawrence, T. B. (2010). A gap year for institutional theory: Integrating the study of institutional work and participatory action research. *Journal of Management Inquiry*, 19, 305–316.

Dunn, M. B., & Jones, C. (2010). Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical Education 1967-2005. *Administrative Science Quarterly*, (55), 114–149. <https://doi.org/10.2189/asqu.2010.55.1.114>

Durand, R., Szostak, B., Jourdan, J., & Thornton, P. H. (2013). Institutional Logics as Strategic Resources. In *Research in the Sociology of Organizations. Institutional Logics in Action, Part A*. (Vol. 39, pp. 165–201). Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1108/S0733-558X\(2013\)0039A](https://doi.org/10.1108/S0733-558X(2013)0039A)

Durand R. & Thornton, P. H. (2018). Categorizing Institutional Logics, Institutionalizing Categories: a review of two literatures. *Academy of Management Annals*, 12(2), 631–658. <https://doi.org/10.5465/annals.2016.0089>

Etzioni, A. (1974). *Organizações Modernas* (4ª edição). São Paulo: Pioneira.

Etzkowitz, H. (1998). The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university–industry linkages. *Research Policy*, 27(8), 823-833.

Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.

- Fligstein, N., & McAdam, D. (2011). Toward a general theory of strategic action fields. *Sociological theory*, 29(1), 1-26.
- Friedland, R., & Alford, R. R. (1991). Bringing society back in: Symbols, practice, and institutional contradictions. In W. W. Powell & P. J. Dimaggio (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 232–263). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Giddens, A. (2003) *A constituição da sociedade* (A. Cabral Trad.) (2ª edição). São Paulo: Martins Fontes.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57–63. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais* (8ª edição). Rio de Janeiro: Record.
- Goodrick, E., & Reay, T. (2011). Constellations of Institutional Logics: Changes in the Professional Work of Pharmacists. *Work and Occupations*, 38(3), 372–416. <https://doi.org/10.1177/0730888411406824>
- Goodrick, E. & Reay, T. (2016). An Institutional Perspective on Accountable Care Organizations. *Medical Care Research and Review*, 73(6), p. 685–693.
- Grande, J. F., & Beuren, I.M. (2011). Mudanças de práticas de contabilidade gerencial: aplicação da análise de discurso crítica no relatório da administração de empresa familiar. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE)*, 8(2), 133-145.
- Greenwood, R., Diaz, A. M., Li, S. X., & Cespedes-Lorente, J. (2010). The multiplicity of institutional logics and the heterogeneity of organizational responses. *Organization Science*, 21, 521–539.
- Greenwood, R., & Hinings, C. R. (1996). Understanding radical organizational change: Bringing together the old and the new institutionalism. *Academy of Management Review*, 21(4), 1022-1054.
- Greenwood R., Hinings, C. R., & Whetten, D. (2014). Rethinking Institutions and Organizations. *Journal of Management Studies* 51(7), 1206-1220. doi: 10.1111/joms.12070
- Greenwood, R., Raynard, M., Kodeih, F., Micelotta, E. R., & Lounsbury, M. (2011). Institutional complexity and organizational responses. *The Academy of Management Annals*, 5(1), 317-371.
- Greenwood, R. & Suddaby, R. (2006) Institutional entrepreneurship in mature fields: The Big Five accounting firms. *Academy of Management Journal*, 49(1), 27–48.
- Grenier, C. & Bernardini-Perinciolo, J. (2016). Strategic and Enforced Logics Hybridization: an agency view within French Hospitals and Universities. In M. Lounsbury (Ed.), *Towards a Comparative Institutionalism: Forms, Dynamics and Logics Across the Organizational*

Fields of Health Care and Higher Education. Research in the Sociology of Organizations (Vol. 45, pp. 109-144).<http://dx.doi.org/10.1108/S0733-558X20150000045016>

- Hallen, B. L., & Eisenhardt, K. M. (2012). Catalyzing strategies and efficient tie formation: how entrepreneurial firms obtain investment ties. *Academy of Management Journal*, 55(1), 35–70.
- Hallett, T. (2010). The Myth Incarnate: Recoupling Processes, Turmoil, and Inhabited Institutions in an Urban Elementary School. *American Sociological Review*, 75(1), 52-74.
- Hallett, T., & Ventresca, M. (2006). Inhabited institutions: Social interaction and organizational forms in Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy. *Theory and Society*, 35, 213–236.
- Hansmann, H. (1987). Economic theories of nonprofit organizations. In W.W. Powell (Ed.) *The nonprofit sector: Research Handbook* (pp.27-42). New Haven: Yale University Press. Disponivel em: <https://law.yale.edu/system/files/documents/pdf/Faculty/Hansmaneconomictheories.pdf>
- Heimer, C. A. (1999). Competing Institutions: Law, Medicine, and Family in Neonatal Intensive Care. *Law and Society Review*, 33, 17-66.
- Holm, P. (1995). The Dynamics of Institutionalization: Transformation Processes in Norwegian Fisheries. *Administrative Science Quarterly*, 40, 398-422.
- Ingram, P., & Silverman, B. S. (2002). *The new institutionalism in strategic management* (Vol. 19). Oxford: Elsevier Science Ltd.
- Järvinen, J. T. (2016). Role of management accounting in applying new institutional logics: A comparative case study in the non-profit sector. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 29(5), 861–886. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2012-01058>
- Jarzabkowski, P., Smets, M., Bednarek, R., Burke, G., & Spee, P. (2013). Institutional Ambidexterity: Leveraging Institutional Complexity in Practice. In *Research in the Sociology of Organizations: Institutional Logics in Action, Part B* (Vol. 39, pp. 37–61). Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1108/S0733-558X\(2013\)0039A](https://doi.org/10.1108/S0733-558X(2013)0039A)
- Jepperson, R. (1991). Institutions, institutional effects, and institutionalism. In W.W. Powell & P. J. Dimaggio (Eds.) *The new institutionalism in organizational analysis*, (pp.143-163). Chicago: The University of Chicago Press.
- Jupp, V. (2006). *The SAGE Dictionary of Social Research Methods*. London: SAGE Publications. <https://doi.org/10.1073/pnas.0703993104>
- Juusola, K., Kettunen, K., & Alajoutsijärvi, K. (2015). Accelerating the Americanization of Management Education: Five Responses From Business Schools. *Journal of Management Inquiry*, 24(4), 347-369. Doi: 10.1177/1056492615569352
- Kerlinger, F.N. (1980). Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU- Editora Pedagógica Universitária.
- Klein, H. K., Myers, M. D.(1999). A set of principles for conducting and evaluating Interpretive Field Studies in Information Systems. *MIS Quarterly*, 23(1), 67-94.

- Kraatz, M. S., & Block, E. S. (2008). Organizational implications of institutional pluralism. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp.243–275). London: SAGE Publications.
- Kraatz, M. S., & Zajac, E. J. (1996). Exploring the limits of the new institutionalism: The causes and consequences of illegitimate organizational change. *American Sociological Review*, *61*(5), 812-836.
- Langley, A., & Abdallah, C. (2011). Templates and turns in qualitative studies of strategy and management. In *Building methodological bridges* (pp. 201-235). Emerald Group Publishing Limited.
- Lawrence, T. B., Leca, B., & Zilber, T. B. (2013). Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. *Organization Studies*, *34*(8), 1023-1033.
- Lawrence, T. B., & Suddaby, R. (2006). Institutions and institutional work. In S. R. Clegg, C. Hardy, W. R. Nord & T. Lawrence (Eds.), *Handbook of organization studies* (pp. 215–254). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lawrence, T. B., Suddaby, R., & Leca, B. (Eds.). (2009). *Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional Work : Refocusing Institutional Studies of Organization. *Journal of Management Inquiry*, *20*, 52–58. <https://doi.org/10.1177/1056492610387222Lei> n° 11.502, de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Recuperado em 02 de maio de 2018 do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm
- Lei n° 13.243, de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Recuperado em 02 de maio de 2018 do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm
- Leitão, S. P. (1985). A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. *Revista de Administração Pública*, *19*(4), 3-26.
- Lepori, B. (2016). Universities as hybrids: applications of institutional logics theory to higher education. In *Theory and Method in Higher Education Research* (Vol. 2, pp. 245-264). Emerald Group Publishing Limited. doi:10.1108/S2056-375220160000002013
- Lounsbury, M. (2007). A Tale of Two Cities: Competing Logics and Practice Variation in the Professionalizing of Mutual. *The Academy of Management Journal*, *50*(2), 289-307.
- Lounsbury, M., & Beckman, C. M. (2015). Celebrating Organization Theory. *Journal of Management Studies*, *52*(2), 288–308. <https://doi.org/10.1111/joms.12091>
- Lounsbury, M., & Boxenbaum, E. (2013). Institutional Logics in Action. In *Research in the Sociology of Organizations. Institutional Logics in Action, Part A* (Vol. 39, pp. 3–22). Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1108/S0733-558X\(2013\)0039A](https://doi.org/10.1108/S0733-558X(2013)0039A)

- Maanen, J. Van. (1979). Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research : A Preface. *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 520–526.
- Machado-da-Silva, C. L., Fonseca, V. S., & Crubellate, J. M. (2010). Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(special), 9–39. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552010000600005>
- Mars, M. M. & Lounsbury, M. (2009) Raging Against or With the Private Marketplace? *Journal of Management Inquiry*, 18(1), 4-13. Sage Publications doi:10.1177/1056492608328234
- Martins, G. de A., & Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- McPherson, C. M., & Sauder, M. (2013). Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug Court. *Administrative Science Quarterly* 58(2), 165-196.
- Merriam. (1998). Case Studies as Qualitative Research. In *Qualitative research and case study applications in education* (pp. 26–43). San Francisco: Jossey-Bass.
- Meyer, R. E., Egger-Peitler, I., Höllerer, M. A., & Hammerschmid, G. (2013). Of bureaucrats and passionate public management: Institutional logics, executive identities and public service motivation. *Public Administration*, 92(4), 861-885. Doi: 10.1111/j.1467-9299.2012.02105.x
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: an expanded sourcebook* (2ª edição). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Ministério da Educação (2015). Relatório de Gestão Consolidado – Ministério da Educação – Exercício 2014. Recuperado em 02 de março de 2018 do <https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=52858355>
- Mizruchi, M. S., & Fein, L. C. (1999). The social construction of organizational knowledge: A study of the uses of coercive, mimetic, and normative isomorphism. *Administrative Science Quarterly*, 44(4), 653-683.
- Munir, K. A. (2011). Financial crisis 2008–2009: What does the silence of institutional theorists tell us? *Journal of Management Inquiry*, 20(2), 114–117.
- Nigam, A., & Ocasio, W. (2010). Event Attention, Environmental Sensemaking, and Change in Institutional Logics: An Inductive Analysis of the Effects of Public Attention to Clinton’s Health Care Reform Initiative. *Organization Science*, 21(4), 823–841. <https://doi.org/10.1287/orsc.1090.0490>
- Oliver, C. (1991). Strategic responses to institutional processes. *Acad. Management Rev.*, 16(1), 145–179.

- Oliver, C. (1992). The antecedents of deinstitutionalization. *Organization Studies*, 13(4), 563-588.
- Orlikowski, W. J., & Barley, S. R. (2001). Technology and institutions: What can research on information technology and research on organizations learn from each other? *MIS Quarterly*, 25(2), 145-165.
- Pache, A.-C., & Santos, F. (2010). When worlds collide: The internal dynamics of organizational responses to conflicting institutional demands. *Academy of Management Review*, 35(3), 455-476.
- Pache, A.-C., & Santos, F. (2013). Inside the hybrid organization: selective coupling as a response to competing institutional logics. *Academy of Management Journal*, 56(4), 972-1001. <https://doi.org/10.5465/amj.2011.0405>
- Parecer nº 977, de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. Parecer Sucupira. Recuperado em 02 de maio de 2018 de https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf
- Pascucci, L.M. (2011). *Formação de estratégias em sistemas complexos: um estudo comparativo de organizações hospitalares sob a perspectiva prática*. Tese de Doutorado em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná.
- Pettigrew, A. M. (1990). Longitudinal field research on change: Theory and practice. *Organization Science*, (1)3, 267-292.
- Portaria Nº 59, de março de 2017. CAPES. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Recuperado em 10 de abril de 2018 do <https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>
- Portaria Nº 105, de 25 de maio do Ministério da Educação (2017). Diário Oficial da União. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Art. 2º. ISSN 1677-7042. Recuperado em 20 de março de 2018 do <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/26052017-Portaria-105-de-25-maio-de-2017.pdf>
- Portaria Nº 158, de 10 de agosto do Ministério da Educação (2017). Diário Oficial da União. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Dispõe sobre a participação das Instituições de Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. Recuperado em 20 de março de 2018 do <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/11082017-PORTARIA-N-158-de-10-08-2017.pdf>
- Portaria Nº 227, de 27 de novembro do Ministério da Educação (2017). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Altera o Anexo da Portaria Capes nº 34/2006 e inclui o Anexo II da Portaria nº 34/2006. Recuperado em 20 de março de 2018 do <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/01122017-Regulamento-do-PROEX-2017-Versao-final-compilada.pdf>
- Pouthier, V., Steele, C. W. J., & Ocasio, W. (2013). From Agents to Principles: The Changing Relationship between Hospitalist Identity and Logics of Health care. In *Research in the Sociology of Organizations. Institutional Logics in Action, Part A* (Vol. 39, pp. 203-241).

- Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1108/S0733-558X\(2013\)0039A](https://doi.org/10.1108/S0733-558X(2013)0039A)
- Powell, W. W., & Colyvas, J. A. (2008). Microfoundations of institutional theory. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin & R. Suddaby (Eds.), *The Sage handbook of organizational institutionalism*, (pp. 276-298). Los Angeles, CA: Sage.
- Pozzebon, M. (2004). Conducting and evaluating critical interpretive research: examining criteria as a key component in building a research tradition In: B. Kaplan, et al. (Eds.). *Information systems research: relevant theory and informed practice*. (pp. 275-292). Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers.
- Ramalho, V.C.V.S. (2005). *O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.
- Raviola, E., & Norbäck, M. (2013). Bringing technology and meaning into institutional work: Making news at an Italian business newspaper. *Organization Studies*, 34, 1171–1194.
- Reay, T., Goodrick, E., Waldorff, S. B., & Casebeer, A. (2017). Getting leopards to change their spots: Co-creating a new professional role identity. *Academy of Management Journal*, 60(3), 1043-1070.
- Reay, T., & Hinings, C. R. (2005). The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta. *Organization Studies*, 26(3), 351–384. <https://doi.org/10.1177/0170840605050872>
- Reay, T., & Hinings, C.R. (2009). Managing the rivalry of competing institutional logics. *Organization Studies*, 30, 629–652. Reay, T. & Jones, C. (2015). Qualitatively capturing institutional logics. *Strategic Organization*, 14(4), 1–14.
- Resende, V.M., & Ramalho, V. C. V. S. (2004). Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, 5(1), 185-207.
- Resende, V.M. & Ramalho, V. (2006). *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- Richardson, R. J. (Org.). (2012). *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (3ª edição). São Paulo: Atlas.
- Rigby, J. G. (2014). Three logics of instructional leadership. *Educational Administration Quarterly*, 50(4), 610-644.
- Rojas, F. (2010). Power through institutional work: Acquiring academic authority in the 1968 Third World Strike. *Academy of Management Journal*, 53, 1263–1280.
- Schwartzman, J. (1984). *As teorias da universidade brasileira*. Rio de Janeiro.
- Scott, W. R. (1987). The adolescence of institutional theory. *Administrative science quarterly*, 493-511.
- Scott, W. R. (2001). *Institutions and Organizations* (2ª edição). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Scott, W. R. (2015). Organizational theory and higher education. *Journal of Organizational Theory in Education*, 1(1), 68-76.
- Scott, W. R., Ruef, M., Mendel, P. J. & Caronna, C. A. (2000). *Institutional change and healthcare organizations: from professional dominance to managed care*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S. & Cook, S. W. (1987). Métodos de pesquisa nas relações sociais. (J.R. Malufe & B.A. Gatti, Coord.), (Vol. 1, 2 edição). São Paulo: E.PU.
- Seo, M. G., & Creed, W. D. (2002). Institutional contradictions, praxis, and institutional change: A dialectical perspective. *Academy of Management Review* 27(2), 222–247.
- Sguissardi, V. (2006). A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” - É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, 24(1), 49-88.
- Silva, P. H. R. (2017). *Fatores institucionais externos que influenciam as respostas organizacionais estratégicas na gestão e mensuração dos custos da qualidade em hospitais acreditados*. Dissertação de Mestrado em Controladoria, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.
- Smets, M., & Jarzabkowski, P. (2013). Reconstructing institutional complexity in practice: A relational model of institutional work and complexity. *Human Relations*, 66(10), 1279-1309.
- Smets, M., Jarzabkowski, P., Burke, G. T., & Spee, P. (2015). Reinsurance Trading in Lloyd’s of London: Balancing Conflicting-yet-complementary Logics in Practice. *Academy of Management Journal*, 58(3), 932–970.
- Smets, M., Morris, T., & Greenwood, R. (2012). From practice to field: a multilevel model of practice-driven institutional change. *Academy of Management Journal*, 55(4), 877–904.
- Smircich, L., & Stubbart, C. (1985). Strategic management in an enacted world. *Academy of Management Review*, 10(4), 724–736.
- Spence, D. P. (1982). The Narrative Tradition. In *Narrative truth and historical truth: Meaning and interpretation in psychoanalysis* (Cap. I, pp. 21-37). New York: WW Norton & Company.
- Thornton, P.H. (2004). *Markets from culture: Institutional logics and organizational decisions in higher education publishing*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (1999). Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958-1990. *American Journal of Sociology*, 105(3), 801–843.
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (2008). Institutional logics. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin & R. Suddaby (Eds.), *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 99–129). Los Angeles, CA: Sage Publications.
- Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process*. Oxford: Oxford University Press.

- Tsoukas, H. & Chia R. (2002). On organizational becoming: Rethinking organizational change. *Organization Science*, 13(5), 567–582.
- van de Bovenkamp, H., Stoopendaal, A., & Bal, R. (2017). Working with layers: the governance and regulation of healthcare quality in an institutionally layered system. *Public Policy and Administration*, 32(1), 45–65. Doi: 10.1177/0952076716652934
- Ventresca, M., & Mohr, J. (2002). Archival methods in organization studies. In J. A. C. Baum (Ed.), *Companion to organizations* (pp. 805–828). London: Blackwell.
- Waldorff, S.B., Reay, T., & Goodrick, E. (2013). A tale of two countries: how different constellations of logics impact action. In *Institutional logics in action, Part A* (Vol. 39, pp. 99-129). Emerald Group Publishing Limited.
- Wallenburg, I., Quartz, J., & Bal, R. (2016). Making Hospitals Governable : Performativity and Institutional Work in Ranking Practices. *Administration & Society*, 1–27. <https://doi.org/10.1177/0095399716680054>
- Walsham, G. (1995) Interpreting case studies in IS research. *European Journal of Information Systems*, 4(2), 74-81.
- Whittington, R. (1996). Strategy as practice. *Long Range Planning*, 29(5), 731-735.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. Bookman (2^a edição, Vol. 2). Porto Alegre: Bookman. <https://doi.org/10.1088/1751-8113/44/8/085201>
- Zilber, T. B. (2013). Institutional logics and institutional work: Should they be agreed? In *Research in the Sociology of Organizations: Institutional Logics in Action, Part A* (Vol 39A, pp. 77-96). Emerald Group Publishing Limited.
- Zucker, L. G. (1977). Role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, 42(5), 726–743.
- Zucker, L.G. (1991). The role of institutionalization in cultural persistence. In: W.W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. (pp.83-107). Chicago: The University of Chicago Press.

APÊNDICE A

PROCOLO DO ESTUDO DE CASO

1. VISÃO GERAL DO PROJETO

a) Questão do estudo de caso:

Como o hibridismo de lógicas institucionais predominantes no campo de ensino da pós-graduação *stricto sensu* influencia as respostas dos programas à configuração da avaliação periódica da CAPES?

b) Objetivo Geral

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como o hibridismo de lógicas institucionais predominantes no campo de ensino da pós-graduação *stricto sensu* influencia as respostas dos programas à configuração da avaliação periódica da CAPES.

c) Objetivos Específicos

- (i) Identificar e descrever as lógicas institucionais predominantes no contexto do ensino acadêmico superior brasileiro;
- (ii) Identificar as principais variáveis das fichas da avaliação quadrienal adotadas pela CAPES;
- (iii) Analisar a dinâmica entre as lógicas institucionais e as variáveis de avaliação;
- (iv) Investigar como a interpretação e a promulgação de múltiplas lógicas institucionais, em um processo *bottom-up*, moldaram as respostas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de uma instituição pública em relação a avaliação periódica da CAPES.

d) Instituição de ensino promotora do estudo

Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

e) Organização objeto de análise do estudo de caso

Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Maringá

f) Pesquisador principal

Luísa Millan Rupp, mestranda no programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na linha de pesquisa de Contabilidade Gerencial.

g) Pesquisador orientador

João Marcelo Crubellate, doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP.

2. PROCEDIMENTOS DE CAMPO

2.1. Procedimento preliminares

a) Acessar os programas de pós-graduação objeto do estudo.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Coordenadores dos programas.

Instrumentos: Ligações telefônicas, e-mails e visitas de campo.

b) Obter credenciais nos programas objetos do estudo.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Aprovação na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação.

Instrumentos: Ligações telefônicas, e-mails e visitas de campo.

c) Determinar áreas que deverão compor a atuação das lógicas institucionais: profissional científica, gerencial e estado.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Coordenadores dos programas.

Instrumentos: Base de dados da pesquisa.

d) Estabelecer agenda clara das atividades para efetuar a coleta de dados.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Base de dados desse estudo.

Instrumentos: Computador pessoal.

2.2. Procedimento para análise documental

a) Solicitar documentação para análise documental.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i) e (ii).

Fonte: Coordenadores dos programas; e plataforma da CAPES com as Fichas de Avaliação, os Relatórios de Avaliação e os Documentos de Área.

Instrumentos: E-mails e visitas de campo; e site oficial.

b) Analisar a documentação disponibilizada.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i) e (ii).

Fonte: Documentação disponibilizada.

Instrumentos: Visitas de campo e análise documental.

2.3. Procedimentos para as entrevistas

1. Obter estrutura hierárquica do programa

Por quê? Para identificar os atores a serem entrevistados.

Fonte: Coordenadores dos programas.

Instrumentos: Ligações telefônicas, e-mails e documentos disponibilizados.

2. Identificar os envolvidos no que tange às recomendações da avaliação periódica da CAPES.

Por quê? Para realização posterior das entrevistas.

Fonte: Estrutura hierárquica do programa.

Instrumentos: Relatórios internos.

3. Contatar cada participante para apresentação do projeto e agendamento da Entrevista.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Coordenadores e docentes dos programas.

Instrumentos: E-mail, ligações telefônicas e visitas de campo.

4. Agendar entrevistas com os coordenadores e docentes.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Coordenadores e docentes dos programas.

Instrumentos: E-mail e ligações telefônicas.

5. Entrevistar os participantes envolvidos no que tange às recomendações da avaliação periódica da CAPES.

Por quê? Para atender os objetivos específicos (i), (ii), (iii) e (iv).

Fonte: Coordenadores e docentes dos programas.

Instrumentos: Roteiro de entrevista, termo de consentimento e gravador de áudio.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COORDENADORES

INTRODUÇÃO

Apresentação da minha pesquisa...

Eu necessitarei gravar o nosso diálogo a fim de compor o meu banco de dados para futura análise, comprometo-me em resguardar o nome do programa e dos participantes do estudo. A entrevista consiste de algumas questões para as quais o senhor(a) poderá falar livremente.

(Em média 45 min, passou de uma hora encerrar)

Entrevistado: _____

Hora início: ____:____

Data: __/__/____

Hora fim: ____:____

PERFIL DO RESPONDENTE

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: _____ anos

Qual a sua área de formação acadêmica? _____

() Doutorado, em que área: _____

Tempo de vinculação com o programa _____

QUESTÕES:

Contexto

- 1) Você ou algum professor do programa **participa** ou já participou de alguma comissão de avaliação de cursos de pós-graduação da CAPES? Comente a sua experiência.

Definição avaliação periódico da CAPES (visão professor e programa)

- 2) Qual a **relevância da avaliação** da CAPES para os Programas de Pós-Graduação brasileiros? E para os professores e alunos?
- 3) Na sua opinião, quais os **reais objetivos** da CAPES com o seu processo da avaliação periódica dos programas de pós-graduação *stricto sensu*?
- 4) O programa busca **outras fontes de reputação**, além dos resultados da CAPES?

Excelência

- 5) No seu entendimento, o que é um programa de pós-graduação *stricto sensu* de **excelência**?
- 6) E ainda pensando na excelência, quais as **consequências** e **reflexos** de ser um programa de referência?
- 7) Dentre os **critérios avaliados** pela CAPES, quais deles você considera mais relevante? Você dá foco nas muitas variáveis envolvidas no processo de avaliação periódico CAPES?
- a. Nos últimos anos, quais **decisões** foram tomadas com **base nos resultados** do programa na avaliação periódica CAPES?

- 8) Considerando o resultado da avaliação do programa nos últimos anos, que **dispositivos do regulamento interno** foram definidos em resposta a política de avaliação da CAPES?
- 9) Um dos critérios da CAPES em programas de excelência é a internacionalização. Como você avalia o **esforço de internacionalização** desse programa?
- 10) No seu entendimento, qual a **importância** da **liderança tecnológica** e científica do corpo docente para a excelência acadêmica do programa perante a CAPES?
- 11) Qual a sua opinião sobre a **importância** das ações de **solidariedade acadêmica** para a excelência do programa perante a CAPES?
- 12) O programa desenvolve parcerias de **inovação**? Qual a relação dessas parcerias com o desempenho do programa?

Envolvimento professores e alunos

- 13) Considerando o período mais recente, como os **professores reagiram** aos resultados da avaliação periódica da CAPES? Você consegue pensar em um exemplo?
- 14) Os **alunos participaram** do debate interno sobre a política de avaliação da CAPES no programa? Relate um exemplo típico.
- 15) Qual é a sua opinião sobre os **critérios de ingresso e permanência** dos professores no programa? E sobre o descredenciamento de professores?

Maximização estrutura e eficiência do programa

- 16) Você acredita que os critérios de avaliação da CAPES **superestimulem a produção científica**? Por quê?
- 17) Quais indicativos da qualidade são mais relevantes para o programa? E para você?
- 18) Comente sobre as diferenças entre qualidade e produtividade.
- 19) No seu entendimento, qual a relação entre os resultados do programa na avaliação periódica da CAPES e a **formação profissional e acadêmica dos docentes**?
- 20) No seu entendimento, o programa preconiza o ensino na formação profissional e acadêmica para o **exercício da docência**?
 - a) Acredita que seja importante assegurar uma formação crítica e reflexiva?

Influência estado e mercado

- 21) Na sua opinião, qual a relação entre a **disponibilidade de recursos** para o programa e os resultados da avaliação periódica da CAPES?
 - a) Comentar a participação do governo, fonte estatal e outras fontes de recursos públicos
- 22) Considerando, que é um programa em uma **instituição pública estatal**, na sua opinião qual a **principal competência** que um programa deva ter? E uma dificuldade?

- 23) No seu entendimento, existe nesse programa uma relação **universidade-empresa**? Como se dá essa relação com a iniciativa privada?

Desempenho

- 24) Quais você julga ser os principais **pontos fortes** em termos de competitividade, deste programa em relação a diferentes programas de pós-graduação?
- 25) Você já participou de um ano em que o programa teve a **nota rebaixada**? Poderia relatar alguns exemplos do porquê e como o programa reagiu.
- 26) O programa realiza algum **planejamento** de metas visando aumentar ou melhorar a nota na avaliação periódica da CAPES?
a) Se não, acha que isso seria benéfico ao programa?
b) Se sim, como se dá esse processo?
- 27) Que **outros mecanismos** o programa utiliza para melhorar os escores na avaliação periódica da CAPES?
- 28) Na sua opinião, o programa tem como parte da sua missão proporcionar **contribuições a comunidade**? Como?
- 29) No seu entendimento, como o programa desenvolve o **fator de impacto social**? É bem sucedido?

Revisão critérios

- 30) Para encerrar, acredita que existam elementos dentro da avaliação que precisariam ser revistos, retirados ou fatores que deveriam ser acrescentados? Quais? Por que?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DOCENTES

INTRODUÇÃO

Apresentação da minha pesquisa...

Eu necessitarei gravar o nosso diálogo a fim de compor o meu banco de dados para futura análise, comprometo-me em resguardar o nome do programa e dos participantes do estudo. A entrevista consiste de algumas poucas questões para as quais o senhor(a) poderá falar livremente.

Entrevistado: _____

Hora início: ____:____

Data: __/__/____

Hora fim: ____:____

PERFIL DO RESPONDENTE

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: _____ anos

Qual a sua área de formação? _____

() Doutorado, em que área: _____

Tempo de vinculação com o programa _____

QUESTÕES:

Contexto

- 1) Você ou algum professor já **participou** de alguma comissão de avaliação de cursos de pós-graduação da CAPES? Comente a sua experiência. Você considera importante?

Definição avaliação periódico da CAPES (visão professor e programa)

- 2) Qual a **relevância da avaliação** da CAPES para os Programas de Pós-Graduação brasileiros? E para os coordenadores e alunos?
- 3) Na sua opinião, quais os **reais objetivos** da CAPES com o seu processo da avaliação periódica dos programas de pós-graduação *stricto sensu*?
- 4) O programa busca **outras fontes de reputação**, além dos resultados da CAPES?

Excelência

- 5) No seu entendimento, o que é um programa de pós-graduação *stricto sensu* de **excelência**?
- 6) E ainda pensando na excelência, quais as **consequências e reflexos** de ser um programa de excelência?
- 7) Dentre os **critérios avaliados** pela CAPES, quais deles você considera mais relevantes?
 - a. Nos últimos anos, quais **decisões** foram tomadas com **base nos resultados** do programa na avaliação periódica CAPES?
- 8) Um dos critérios da CAPES em programas de excelência é a internacionalização. Como você avalia o **esforço de internacionalização** desse programa?

- 9) No seu entendimento, qual a **importância** da **liderança tecnológica** e científica do corpo docente para a excelência acadêmica do programa perante a CAPES?
- 10) Qual a sua opinião sobre a **importância** das ações de **solidariedade acadêmica** para a excelência do programa perante a CAPES?
- 11) O programa desenvolve parcerias de **inovação**? Qual a relação dessas parcerias com o desempenho do programa?

Envolvimento professores e alunos

- 12) Considerando o período mais recente, como os **professores reagiram** aos resultados da avaliação periódica da CAPES? Você consegue pensar em um exemplo?
- 13) Os **alunos participaram** do debate interno sobre a política de avaliação da CAPES no programa? Relate um exemplo típico.
- 14) Qual é a sua opinião sobre os **critérios de ingresso e permanência** dos professores no programa? E sobre o descredenciamento de professores?

Atuação professores no processo

- 15) Com que autonomia os **docentes agem para provocar mudanças**?
- 16) Você se sentiu preparado para implementar as mudanças necessárias?
- 17) Quais são as dificuldades que o programa, professores e alunos, enfrentam ao implementar mudanças? Por que?
- 18) Quais ajustes foram feitos e o que poderia ter sido feito na sua opinião? Ofereça alguns exemplos.

Maximização estrutura e eficiência do programa

- 19) Você acredita que os critérios de avaliação da CAPES **superestimulem a produção científica**? Por quê?
- 20) Quais indicativos da qualidade são mais relevantes para o programa? E para você?
- 21) Comente sobre as diferença entre qualidade e produtividade.
- 22) No seu entendimento, qual a relação entre os resultados do programa na avaliação periódica da CAPES e a **formação profissional e acadêmica** dos **docentes**?
- 23) No seu entendimento, o programa preconiza o ensino na formação profissional e acadêmica para o **exercício da docência**?
 - a. Acredita que seja importante assegurar uma formação crítica e reflexiva?

Influência estado e mercado

- 24) Na sua opinião, qual a relação entre a **disponibilidade de recursos** para o programa e os resultados da avaliação periódica da CAPES?
 - a. Comentar a participação do governo, fonte estatal e outras fontes de recursos

- 25) Considerando, que é um programa em uma **instituição pública estatal**, na sua opinião qual a **principal competência** que um programa deva ter? E uma dificuldade?
- 26) No seu entendimento, existe nesse programa uma relação **universidade-empresa**? Como se dá essa relação com a iniciativa privada?

Desempenho

- 27) Quais você julga ser os principais **pontos fortes** em termos de competitividade, deste programa em relação a diferentes programas de pós-graduação?
- 28) Você já participou de um ano em que o programa teve a **nota rebaixada**? Poderia relatar alguns exemplos do porquê e como o programa reagiu?
- 29) O programa realiza algum **planejamento** de metas visando aumentar ou melhorar a nota na avaliação periódica da CAPES?
- c) Se não, acha que isso seria benéfico ao programa?
 - d) Se sim, como se dá esse processo?
- 30) Que **outros mecanismos** o programa utiliza para melhorar as notas/scores na avaliação periódica da CAPES?
- 31) Na sua opinião, o programa tem como parte da sua missão proporcionar **contribuições a comunidade**? Como?
- 32) No seu entendimento, como o programa desenvolve o **fator de impacto social**? É bem sucedido?

Revisão critérios

- 33) Para encerrar, acredita que existam elementos dentro da avaliação que precisariam ser revistos, retirados ou fatores que deveriam ser acrescentados? Quais? Por que?

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada “**O hibridismo de lógicas institucionais e a configuração da avaliação periódica da CAPES: um estudo de caso em programas de pós-graduação *stricto sensu***” tendo eu LUÍSA MILLAN RUPP como pesquisadora responsável. Para poder participar é necessário que você leia este documento com atenção.

Por favor, peça aos responsáveis pelo estudo para explicar qualquer palavra ou procedimento que você não entenda. O documento descreve o **objetivo, procedimentos, benefícios e eventuais riscos ou desconfortos**, caso aceite participar. Você só deve assinar a autorização se quiser participar do estudo. Você pode recusar-se a participar ou retirar-se deste estudo a qualquer momento. Mediante sua liberação, as entrevistas serão gravadas em áudio, a fim de melhor captar os dados e possibilitar achados mais completos e consistentes. As gravações das entrevistas em áudio, depois de transcritas, serão destruídas, também visando atender a premissa de confidencialidade ao mesmo tempo em que satisfaz as necessidades da pesquisa. As informações referentes ao estudo só serão acessadas por pessoas autorizadas, e o uso é estritamente voltado à pesquisa científica, os dados expostos no relatório final dessa pesquisa serão codificados, a fim de preservar integralmente a identidade do entrevistado e manter a confidencialidade aqui firmada.

Não tomará mais do que alguns minutos do seu tempo e é extremamente importante para a pesquisa que estamos realizando, e que **objetiva** analisar as respostas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* à avaliação dos programas de pós-graduação, estabelecidos pela CAPES.

Mediante sua **contribuição** e após as questões dessa pesquisa serem respondidas, pretende-se contribuir em alguns pontos: evidenciar a análise das lógicas institucionais que orientam as práticas que visem criar respostas distintas à avaliação periódica da CAPES. Espera-se despertar nos docentes a reflexão da legitimação das demandas das múltiplas pressões institucionais em que o complexo campo institucional do ensino superior está inserido.

Considera-se que os **possíveis riscos ou desconfortos** decorrentes da participação na pesquisa são em menor grau, porém existentes. Destaca-se como possíveis riscos o

desconforto gerado pelo tempo demandado nas entrevistas e a gravação em áudio das respostas. Além disso, por se enquadrar em entrevistas semiestruturadas, perguntas adicionais estritamente ligadas ao objetivo da pesquisa, a fim de exemplificações e instigações podem ocorrer, o que poderá ocasionar desconforto ou desagrado ao participante. Eu enquanto pesquisadora tomarei todas as providências para não constranger o participante, me comprometo a resguardar o anonimato e a segurança dos dados. Sendo que o participante pode se negar ou pode retirar a participação do projeto a qualquer momento.

Ressaltamos, novamente, que sua colaboração é de extrema importância para nós e antecipamos nossos agradecimentos por sua compreensão e inestimável auxílio.

Para firmar sua concordância, assine na indicação abaixo.

Li e discuti com o/a pesquisador (a) do presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar a minha participação e que posso interrompê-la a qualquer momento sem dar uma razão.

Concordo em participar da pesquisa intitulada “**O hibridismo de lógicas institucionais e a configuração da avaliação periódica da CAPES: um estudo de caso em programas de pós-graduação *stricto sensu***” e que os dados coletados para o estudo sejam usados somente para o propósito acima descrito.

Entendi a informação apresentada neste Termo de Consentimento. Tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Maringá, ____/____/_____.

(NOME DO PARTICIPANTE LEGÍVEL E ASSINATURA)

Email(caso queira a devolutiva):

LUÍSA MILLAN RUPP
PESQUISADORA RESPONSÁVEL: LUÍSA MILLAN RUPP
CONTATO:

APÊNDICE E
CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ESTUDO

Prezados(as) coordenadores(as),

Sou a aluna Luísa Millan Rupp, do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá e estou realizando minha dissertação na área de Estudos Organizacionais. Para tanto, busco coletar dados para a minha pesquisa de dissertação, intitulada “**O Híbridismo de Lógicas Institucionais e a Configuração da Avaliação Periódica da CAPES: Um Estudo em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*”**. O estudo está sendo desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. João Marcelo Crubellate.

Nosso estudo objetiva estudar as ações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de excelência em resposta às avaliações periódicas realizadas pela CAPES e busca contribuir para o entendimento das estratégias bem sucedidas no alcance da excelência acadêmica.

Considerando isso, venho solicitar de Vossa Senhoria autorização para coleta dos dados dessa pesquisa qualitativa, sendo necessária a realização de entrevistas com o(a) coordenador(a) e docentes participantes do vosso Programa de Pós-Graduação.

Ressaltamos que a pesquisa não demandará informações sigilosas. Todas as informações coletadas no desenvolvimento do estudo serão, consideradas estritamente confidenciais e serão utilizadas apenas para a finalidade da pesquisa acadêmica, preservando-se, em todos os sentidos, o anonimato dos participantes do estudo.

Antecipamos nossos agradecimentos por sua compreensão e auxílio.

Respeitosamente,

Luísa Millan Rupp

Mestranda em Contabilidade Gerencial

Universidade Estadual de Maringá